



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS

PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL - (P159052-AO)

PRESTADOR DE SERVIÇOS TÉCNICOS (TSP) PARA APOIAR A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE NEGÓCIOS

PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PGAS) DA FAZENDA JOÃO QUITEQUE

Iniciativa:



Financiamento:



Largo António Jacinto, Edifício B do MINAGRIF, 2º Andar, Direito, Luanda, República de Angola

DEZEMBRO DE 2022

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	13
1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1. Apresentação do projecto PDAC	14
1.2. Objectivos e âmbito do PGAS.....	16
1.3. Estrutura e Conteúdos do PGAS	18
1.4. Identificação da Equipa Ambiental e Social	18
1.5. Breve descrição de responsabilidades do TSP, Proponente, PDAC e Banco Mundial (BM)	19
1.6. Identificação das Etapas de Elaboração, implementação, monitorização e arranjos institucionais dos PGAS	21
1.7. Principais riscos ambientais e sociais associados.....	22
2. DESCRIÇÃO DO SUBPROJECTO	24
2.1. Objectivos do subprojecto	24
2.2. Breve apresentação e caracterização geral da fazenda	24
2.3. Localização da fazenda	24
2.4. Mão de Obra.....	26
2.5. Descrição do processo produtivo a adoptar pelo subprojecto	27
2.6. Principais actividades do projecto.....	27
2.7. Equipamentos agrícolas existentes e por adquirir	28
2.8. Actividades relacionadas as construções e reabilitações	28
2.9. Consumo de energia e água potável	29
2.10. Principais tecnologias adoptadas pelo projecto	30
2.11. Estimativa de produção de resíduos	30
2.12. Agricultura.....	30
2.12.1. Parcelamento e melhoramento dos solos.....	30
2.12.2. Limpeza de terreno.....	31
2.12.3. Análise dos solos	31

2.12.4.	Correcção dos solos (aplicação de calcário dolomítico)	31
2.12.5.	Rotações, sucessões de culturas e áreas a semear anualmente	31
2.12.6.	Necessidades hídricas das culturas	33
2.12.7.	Programação das campanhas agrícolas e aquisição de insumos agrícolas	33
2.12.8.	Preparação da terra Limpa.....	33
2.13.	Avicultura.....	34
2.13.1.	Organização dos aviários.....	34
2.13.2.	Programa de Vacinação (Padrão)	35
2.13.3.	Oficina de produção de rações (Moinho de milho)	35
2.13.4.	As fórmulas de ração	35
2.13.5.	Análise do pavilhão	36
3.	CARACTERIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SOCIAL	36
3.1.	Enquadramento Biofísico	36
3.1.1.	Clima	36
3.1.2.	Vegetação	37
3.1.3.	Áreas de conservação e protegidas.....	37
3.1.4.	Solos	37
3.1.5.	Hidrografia	37
3.2.	Enquadramento da fazenda na Província do Cuanza Sul e no Município da Cela.....	37
3.3.	Demografia.....	38
3.4.	Aspectos socioculturais	38
3.4.1.	Qualificação e escolaridade	39
3.4.2.	Actividade e emprego.....	39
3.4.3.	Agregado familiar e habitação.....	40
3.5.	Relativamente ao abastecimento de água e energia.....	40
3.6.	Enquadramento Local.....	41
3.6.1.	Actividades da população.....	41
3.6.2.	Problemas de doenças e de saneamento básico.....	41



3.6.3.	Usó actual da terra na área do projecto	41
4.	ENQUADRAMENTO LEGAL	41
4.1.	Constituição da República de Angola de 2010.....	41
4.2.	Legislação Ambiental.....	42
	Lei nº 09/04, de 9 de novembro.....	42
4.3.	Legislação Social.....	43
4.4.	Políticas ambientais e sociais do Banco Mundial acionadas pelo subprojecto	45
4.5.	Avaliação das lacunas da legislação e recomendações	46
5.	AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS	48
5.1.	Metodologia de identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais.....	48
5.2.	Crítérios utilizados para determinar a consequência do impacto	49
5.3.	Classificação dos impactos.....	49
5.4.	Fase 1: Construção	52
5.5.	Fase de Operação.....	54
6.	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO PROPOSTAS	58
7.	PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL.....	64
7.1.	Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes.....	64
7.1.1.	Implementação do PGR (Acções, responsabilidades).....	65
7.1.2.	Descartes de resíduos na fazenda	67
7.1.3.	Procedimentos para a gestão de resíduos e efluentes	67
7.1.4.	Cronograma de Acções e Responsabilidades na Gestão de Resíduos	74
7.2.	Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional	75
7.2.1.	Principais causas de acidente no campo	75
7.2.2.	Identificação e Mapeamento dos riscos.....	76
7.2.3.	Levantamento e aquisição dos Equipamentos de Protecção Individual (EPI) necessários; .	77
7.2.4.	Promoção de formações/treinamentos regulares aos trabalhadores	78
7.2.5.	Cronograma de Acções e Responsabilidades de HSSO	79
7.3.	Plano de atendimento às emergências para fazenda.....	79

7.3.1.	Objectivos.....	79
7.3.2.	Directrizes gerais.....	80
7.3.3.	Consciencialização ambiental	80
7.3.4.	Procedimentos de Emergência	81
7.3.5.	Cronograma de implementação do plano de emergências	84
7.4.	Plano de Manuseio e Gestão de Pragas	84
7.4.1.	Uso e Manuseio de Pesticidas	85
7.4.2.	Armazenamento.....	86
7.4.3.	Manipulação	86
7.4.4.	Aplicação.....	87
7.4.5.	Disposição	87
7.4.6.	Embalagens	87
7.4.7.	Fertilizantes	87
7.4.8.	Manuseio integrado de pragas	88
7.5.	Plano de prevenção da COVID-19.....	92
7.5.1.	Plano de contingência da Fazenda.....	92
7.5.2.	Estabelecer medidas gerais de prevenção no ambiente de trabalho	92
7.5.3.	Desenvolver uma política e procedimentos internos para identificação e isolamento de pessoas doentes.....	93
7.5.4.	Práticas de trabalho seguro.....	93
7.5.5.	Cronograma de implementação do plano	94
7.5.6.	Equipamento de proteção individual.....	94
7.5.	Plano de formação e capacitação dos trabalhadores.....	94
7.6.	Condições de habitabilidade das acomodações dos trabalhadores	98
	PLANO DE CONSULTA PÚBLICA	98
	Resumo dos comentários e preocupações recebidos nas reuniões de consulta pública.....	98
	MECANISMO DE SUGESTÃO E GESTÃO DE RECLAMAÇÕES	100
	Implementação do MSGR previsto pelo PDAC.....	100



Acções de divulgação do MSGR.....	101
Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações (MSGR).....	102
Plano de Acção contra Abuso e Exploração Sexual ou Assédio Sexual	102
8. CUSTOS ESTIMADOS	103
9. ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO DO SUBPROJECTO.....	105
9.1. Propósito.....	105
9.2. Meios de verificação e indicadores de execução.....	105
9.3. Acompanhamento.....	106
10. Outros Aspectos	111
10.1. Padronização das actividades previstas no processo produtivo.....	111
10.2. Reporting e cronograma de implementação e elaboração de relatórios	111
11. ANEXOS.....	114
11.1. Anexo I: Relatório da Consulta Pública	114
11.1.1. Fotografias.....	116
11.2. Anexo II: Croquis de Localização do Subprojecto.....	117
11.3. Anexo III. Título de Concessão de Terra da Fazenda João Quiteque	118
11.4. Anexo IV: Registo fotográfico da Fazenda antes do financiamento	120
11.5. Anexo V: Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Gestão de Reclamações – PDAC	120
11.6. Anexo VI: Ficha de Registo de Não Conformidades da fazenda JOÃO QUITEQUE.....	121
11.1. Anexo VIII: Código de Conduta do PDAC.....	122

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Descrição da equipa técnica do TSP BRLi/SIRIUS responsável pela elaboração, supervisão e monitoria da implementação do PGAS	18
Tabela 2: Riscos Ambientais e Sociais.....	22
Tabela 3: produção de frango.....	24
Tabela 4: Consumo diário de água das aves por semana	29
Tabela 5: Principais resíduos produzidos na fazenda.....	30
Tabela 6: Rotação agrícola	32
Tabela 7: A rotação trienal das culturas	32
Tabela 8: Necessidade hídrica das Culturas	33
Tabela 9: Programa de vacinação para a fase de recria.....	35
Tabela 10: Legislação ambiental.....	42
Tabela 11: Legislação social	44
Tabela 12: Políticas Ambientais do Banco Mundial	45
Tabela 13: Descrição das principais lacunas entre as leis nacionais e as Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial	46
Tabela 14: Critérios usados para determinar a consequência do impacto	49
Tabela 15: Classificação dos impactos.....	49
Tabela 16: Identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais	52
Tabela 17: Identificação, avaliação ambiental e social na fase de operação.....	54
Tabela 18: Identificação, avaliação e medidas de mitigação na fase de construção	58
Tabela 19: Resíduos gerados na fazenda João Quiteque.....	64
Tabela 20: Segregação de Resíduos	69
Tabela 21: Metodologia de destino final para resíduos.....	73
Tabela 22: Cronograma de Acção e Responsabilidades na Gestão de Resíduos	74
Tabela 23: Cronograma de Acções e Responsabilidades de HSSO	79
Tabela 24: Procedimentos de emergência.....	82
Tabela 25: cronograma de implementação do plano de emergências	84



Tabela 26: Causas e Medidas de mitigação dos impactos negativos de pragas e uso de pesticidas, inseticidas e venenos	90
Tabela 27: Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças	91
Tabela 28: Calendário de monitoria e supervisão	91
Tabela 29: Cronograma de implementação do plano prevenção a Covid 19	94
Tabela 30: Formação na área ambiental e Social	95
Tabela 31: Formação na área de Segurança e emergência	97
Tabela 32: Custos estimados do PGAS	103
Tabela 33: Plano de Monitoria de impactos da fazenda João Quiteque	107
Tabela 34: Cronograma de Implementação e Elaboração de Relatório	111
Tabela 35: Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Reclamações do PDAC	120
Tabela 36: Relatório De Não Conformidades (RNC)	121

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Componentes do PDAC	16
Figura 2: Localização da fazenda João Quiteque.....	25
Figura 3: Localização da segunda parcela de terreno com 2.29 ha de superfície com as Coordenadas do 1º Ponto: 11°20'11.20" S e 15°09'8.18" E.	25
Figura 4: Aldeias vizinhas.....	26
Figura 5: hyperrenias	37
Figura 6: Gráfico de Desemprego por Género	40
Figura 7: segregação de resíduos	68
Figura 8: Recipiente de pequeno/médio porte para acondicionamento dos resíduos.....	70
Figura 9: Adesivo para a identificação de Resíduos	70
Figura 10: O Especialista Ambiental e Social com a Direcção da Fazenda João Quiteque depois do encontro.....	116
Figura 11: Croqui de Localização	117
Figura 12: Título de Conção de Terra	119
Figura 13: Pormenor do pavilhão da fazenda JOÃO QUITEQUE	120

LISTA DE ACRÓNIMOS

AFD:	Agência Francesa de Desenvolvimento
AIA:	Análise de Impacto Ambiental
BM:	Banco Mundial
BRLi-Sirius:	Empresa contratada pelo PDAC para a prestação de assistência técnica especializada no Corredor
CRA	Constituição da República de Angola
CTI	Comité Técnico de Implementação
EAS/AS:	Exploração e Abuso Sexual e/ou Assédio Sexual
EBRD	Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento
EDA:	Estação de Desenvolvimento Agrário
EIA	Estudo de Impacte Ambiental
EPI	Equipamento de Protecção Individual
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IDA:	Instituto de Desenvolvimento Agrário
IFC:	Corporação Financeira Internacional
IGCA	Instituto Geodésico e Cartográfico de Angola
INE:	Instituto Nacional de Estatística
M & A:	Monitoria e Avaliação
MINAMB	Ministério do Ambiente
MINAGRIF:	Ministério da Agricultura e Florestas
MIP	Manuseio Integrado de Pragas



MIV	Manuseio Integrado de Vectores
MSGR:	Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações
OIT:	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
PDAC:	Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial de Angola
PGAS:	Plano de Gestão Ambiental e Social
PGR	Plano de Gestão de Resíduos
PHSST	Plano de Higiene Saúde e Segurança no Trabalho
PME:	Pequenas e Média Empresas
PMP	Plano de Manuseio de Pragas
PN:	Plano de Negócio
PSS	Plano de Saúde e Segurança
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência humana
TSP:	Prestadores de Serviços Técnicos
UIP:	Unidade de Implementação do Projecto
VBG:	Violência Baseada no Género
AFD:	Agência Francesa de Desenvolvimento
AIA:	Análise de Impacto Ambiental
BM:	Banco Mundial
BRLi-SIRIUS:	Empresa contratada pelo PDAC para a prestação de assistência técnica especializada no Corredor
EAS/AS	Exploração e Abuso Sexual e /ou Assédio Sexual
EBRD	Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento
EDA:	Estação de Desenvolvimento Agrário



IDA:	Instituto de Desenvolvimento Agrário
IFC:	Corporação Financeira Internacional
INE:	Instituto Nacional de Estatística
M & A:	Monitoria e Avaliação
MINAGRIF:	Ministério da Agricultura e Florestas
MINAMB	Ministério do Ambiente
MSGR:	Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações
OIT:	Organização Internacional do Trabalho
PDAC:	Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial de Angola
PGAS:	Plano de Gestão Ambiental e Social
PGR	Plano de Gestão de Resíduos
PME:	Pequenas e Média Empresas
PN:	Plano de Negócio
TSP:	Prestadores de Serviços Técnicos
UIP:	Unidade de Implementação do Projecto
VBG:	Violência Baseada no Género

SUMÁRIO EXECUTIVO

A equipa do TSP BRLi-Sirius submete ao-Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial de Angola (PDAC) o presente Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) para o Plano de Negócio da **Fazenda João Quiteque**, localizada na Província do Cuanza Sul; Município da Cela; Comuna Sede Waco Kungo e compreende 2 Aldeamentos do projecto Aldeia Nova, tem na sua estrutura 7 trabalhadores efectivos, cujo proponente é o Senhor **João Quiteque**. A proposta foi preparada e concebida seguindo as normas do Banco Mundial e a Legislação vigente na República de Angola com a finalidade de apresentar um quadro ilustrativo dos impactos ambientais e sociais negativos do subprojecto, propostas de mitigação dos riscos, medidas de salvaguardas ambientais e sociais e um plano de monitorização ambiental e social.

O subprojecto visa atingir os seguintes objectivos:

- Duplicar a produção de ovos e fazer a recria de pintas e vender frangas poedeiras com 16 semanas.
- Um primeiro pavilhão permitirá criar anualmente 3 bandos de 1200 pintas Isa Brown, em sistema intensivo, o que permitirá produzir aproximadamente 3 600 frangas por ano.
- Um segundo pavilhão permitirá inicialmente fazer uma recria de 1200 pintas poedeiras e passar a explorar em piso 1100 galinhas poedeiras para a produção média de ovos de consumo (70%) com o objectivo anual de 277 200 ovos.
- Um terceiro pavilhão (antigo) permitirá explorar em gaiolas de um piso 1080 galinhas poedeiras para a produção de ovos de consumo 70%) com o objectivo anual de 277 200 ovos.

A categoria ambiental e social do subprojecto foi estabelecida por consultores de salvaguarda ambientais e sociais do PDAC, tendo como base a ficha de triagem social e ambiental apresentada pela BRLi-Sirius. O subprojecto foi classificado como **categoria B**, sujeito a apresentação de um PGAS que inclui disposições sobre gestão de pragas e doenças e de gestão de resíduos.

No âmbito da categorização ambiental e social foi também preenchida a ficha de pré-avaliação/triagem do Reassentamento Involuntário. Pelo preenchimento da ficha concluiu-se que o Plano de Negócio da Fazenda João Quiteque, não irá desencadear a O.P 4.12, visto que o projecto será implementado num terreno privado, cujo proponente apresenta o título de propriedade, já em uso agrícola e sem ocupantes informais, quer para fins de exploração agrícola, quer para fins habitacionais. O subprojecto não irá igualmente afectar o acesso das comunidades vizinhas às suas explorações agrícolas ou a qualquer outro meio de subsistência.

O presente PGAS apresenta programas de mitigação dos impactos ambientais e sociais identificados, as propostas de medidas de mitigação destes impactos, as responsabilidades de execução e coordenação e os custos estimados para cada fase do subprojecto. Os programas de monitorização dos impactos identificam os parâmetros a monitorar, frequências de medição, as responsabilidades quanto a revisão e elaboração de relatórios bem como a estimativa de custos. O PGAS inclui também programas de fortalecimento institucional e capacitação durante os 5 anos de implementação do subprojecto.

O PGAS foi sujeito à consulta pública para sua divulgação e recolha de informações (feedback) em primeira instância pelo PDAC órgão financiador do subprojecto, autoridades locais e Proponente e trabalhadores das fazendas.

As partes interessadas na implementação do projecto além do proponente, são as comunidades vizinhas por gerar emprego e fonte de geração de renda para sustentabilidade da família, o empresariado, a banca local porque aumenta o fluxo de negócio local criando um mercado financeiro viável, as autoridades locais porque diminui o desemprego no seio da juventude que reflete na diminuição da criminalidade.

Os beneficiários directos são o Proponente e a familia dos trabalhadores permanentes. Os beneficiários indirectos são a população das comunidades vizinhas, trabalhadores eventuais



1. INTRODUÇÃO

O Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), é um documento que traça as directrizes gerais de gestão ambiental e social para as operações normais do subprojecto. Inclui procedimentos e especificações ambientais e sociais (integrando as medidas de mitigação) e oferece uma visão geral dos papéis e responsabilidades fundamentais de cada um dos intervenientes. As especificações ambientais e sociais estão divididas em matriz para a fase de construção e matriz para a fase de operação.

Este PGAS diz respeito ao Plano de Negócio da Fazenda João Quiteque, localizada na Província do Cuanza Sul; Município da Cela; Comuna Sede Waco Kungo e compreende 2 Aldeamentos do projecto Aldeia Nova, tem na sua estrutura 7 trabalhadores efectivos cujo o proponente é o Sr. João Quiteque, a sua elaboração teve o suporte técnico da equipa da BRLi -Sirius, contratada no âmbito do PDAC. O Plano de Negócio é duplicar a produção de ovos e fazer a recria de pintas e vender frangas poedeiras com 16 semanas.

1.1. Apresentação do projecto PDAC

O Projecto de Desenvolvimento de Agricultura Comercial (PDAC), cujo objectivo fundamental é de aumentar a produção e produtividade de micro, pequenos e médios agrícolas e facilitar o acesso ao mercado em cadeias de valor seleccionadas. Este projecto tem o financiamento do Banco Mundial e da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) por um período de seis (6) anos que compreende entre 2018 - 2024. O projecto estabelece os seguintes objectivos:

- Aumentar a produção e a produtividade agrícola;
- Diminuir as importações e melhorar a segurança alimentar com a promoção da autossuficiência;
- Gerar empregos e renda em sistemas agroalimentares;
- Promover o alinhamento da oferta pelos produtores e nos mercados privados;
- Fortalecer a prestação e a qualidade da assistência técnica e treinamento para os beneficiários do projecto, suas organizações e principais partes interessadas envolvidas nas cadeias de valor;
- Permitir maior acesso ao capital por meio de subsídios equivalentes e garantias parciais de crédito;
- Apoiar investimentos em infraestrutura como estradas, irrigação, electricidade, etc.;
- Promover investimentos que melhorem o ambiente de agronegócio.

Como principais actividades na implementação do subprojecto podemos destacar as seguintes:

- Construção de dois pavilhões (20*10 m = 200 m²), um pavilhão de recria de pintas poedeiras e outro para explorar galinhas poedeiras para a produção de ovos;
- Construção de um armazém de 40 m², para armazenar produtos agrícolas e local de moagem de milho para a população e preparação de rações para os bandos de frangas e de poedeiras;
- Compra de 3 600 pintas poedeiras de 3 semanas (21 dias), sendo o 1º lote adquirido na 1ª semana de julho para o pavilhão de recria; o 2º lote na 1ª semana de outubro para o pavilhão de postura no piso e o 3º lote na 2ª semana de novembro para o pavilhão de recria;
- Aquisição de uma moto de três rodas para o transporte das aves, ovos e outros produtos agrícolas produzidos na Fazenda para a cidade e trazer produtos da cidade para a Fazenda;
- Compra de 18 em 18 semanas de 1 200 pintas poedeiras com 3 semanas de idade e fazer a recria durante 13 semanas no pavilhão de recria.

E em termos de investimentos previstos a realizar:

- Aquisição de uma Moageira;
- Aquisição de uma betoneira eléctrica para misturar as rações;



- Aquisição de uma motorizada de três rodas;
- Aquisição equipamento informático para a contabilidade e gestão da fazenda;
- Aquisição Pequena ferramenta para as actividades de avicultura e de agricultura.

O Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial em Angola possui quatro componentes interligadas a serem implementadas simultaneamente, seguindo a sequência lógica de actividades de cada uma delas:

Componente 1: Promoção e apoio ao desenvolvimento do agronegócio

Pretende catalisar o potencial da agricultura e do agronegócio apoiando agricultores elegíveis e Pequenas e Médias Empresas (PME) do agronegócio nas áreas do projecto.

Subcomponente 1.1: Fortalecimento das capacidades produtividade e comercialização

Subcomponente 1.2: Garantias parciais de crédito

Componente 2: Infraestrutura para Produção e Marketing

A **Componente 2** apoiará investimentos públicos em estradas de serviço agrícola e outras infraestruturas (irrigação e infraestrutura de “último km”).

Subcomponente 2.1: Reabilitação de Estradas Rurais

Subcomponente 2.2: Apoio a Projectos Públicos de Irrigação

Subcomponente 2.3: Conexões de eletricidade rural de último km

Componente 3: Fortalecimento Institucional e Melhoramento do Ambiente de Negócios

Irá contribuir para a criação dum ambiente mais propício para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, abordando os constrangimentos ao desenvolvimento das cadeias de valor através dum diálogo público-privado, apoiando novas tecnologias nas cadeias de valor prioritárias e fortalecendo a capacidade institucional do MINAGRIF (Ministério da Agricultura e Pescas).

Componente 4: Gestão e monitoria/avaliação do projecto

A Componente se concentra na gestão do projecto, monitoria e avaliação (M&A)

As quatro componentes têm abrangência nos dois corredores de desenvolvimento para o financiamento de seis cadeias de valor (milho, feijão, soja, café, ovos e frangos, mandioca):

Corredor A: cobertura de duas províncias (Cuanza Norte, Malanje);

Corredor B: cobertura de quatro províncias (Cuanza Sul, Huambo, Bié, Huila),



Figura 1: Componentes do PDAC

O subprojecto “Fazenda João Quiteque” integra-se na componente 1 (promoção e apoio ao desenvolvimento do agronegócio).

Em conformidade com o conhecimento sobre as limitações dos produtores para darem o salto para uma agricultura comercial e orientada para o mercado, devido ao limitado conhecimento e manuseamento de tecnologias avançadas, acesso ao financiamento e mercados seguros, o PDAC recrutou o Técnico Prestador de Serviços (TSP) BRLi-Sirius, empresa especializada em consultoria para prover assistência técnica na elaboração de Planos de Negócio e acompanhamento dos proponentes.

Por isso o referido Plano de Negócio da fazenda João Quiteque foi formulado dentro da implementação da prestação de serviços da BRLi-Sirius.

Dentro das suas actividades com fazenda João Quiteque e dados de levantamento, o TSP BRLi-Sirius preencheu uma Ficha de Triagem e Categorização Ambiental e Social do Subprojecto que apresentou à UIP. Com esse documento a UIP tomou a decisão de incluir o subprojecto na categoria ambiental e social B, cujos potenciais impactos ambientais adversos podem afectar as populações humanas e/ou áreas ambientalmente importantes, com impactos específicos ao local do subprojecto e que podem ser mitigados com acções particulares ambientais e sociais.

Deste modo, a equipa ambiental e social da BRLI - SIRIUS apresenta o presente Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), onde são definidas as referidas acções de mitigação dos impactos a ser desenvolvidos pelo proponente para as fases de construção, implementação e operação do projecto com apoio dos especialistas da BRLI-Sirius e o programa de monitorização do TSP, e implementar do PDAC e das entidades multissetoriais estatais competentes.

1.2. Objectivos e âmbito do PGAS

O PGAS serve para fornecer um quadro global para a gestão ambiental e social das actividades do subprojecto, e tem que ser usado como ferramenta prática durante a sua implementação.

Os objectivos específicos do PGAS são:

- Estabelecer procedimentos claros e metodologias de integração das questões ambientais e sociais durante as fases de implementação do projecto;



- Prestabelecer mecanismos de preparação e implementação do projecto que permitam tratar adequadamente as questões de salvaguarda ambiental e social do Governo da República de Angola e do Banco Mundial no caso do PDAC;
- Avaliar os potenciais impactos ambientais e sociais do projecto e propor medidas de mitigação;
- Identificar as necessidades de treinamento e fornecer um orçamento para formação e capacitação do Proponente;
- Elaborar em plano de monitorização ambiental e social.
- Colaborar na implementação do Plano de Acção contra EAS/AS previsto pelo PDAC, bem como na implementação do MSGR.

No presente caso, a elaboração deste PGAS teve em consideração os requisitos do Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de abril (Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental); e leva em conta as políticas relevantes de salvaguardas ambientais e sociais do Banco Mundial ((Ver anexo I).

Ao assumir formalmente as medidas a nível da gestão ambiental e social, o presente PGAS garante que os potenciais impactos negativos sejam minimizados e os positivos maximizados.

No presente caso, a elaboração deste PGAS teve em consideração e leva em conta as políticas relevantes de salvaguardas ambientais e sociais do Banco Mundial. Ao assumir formalmente as medidas a nível da gestão ambiental e social, o presente PGAS garante que os potenciais impactos negativos sejam minimizados e os positivos maximizados.

Os planos de gestão definidos para o presente subprojecto são:

- Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes;
- Plano de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional;
- Plano de Atendimento às Emergências;
- Plano de Prevenção da COVID 19;
- Plano de Formação Ambiental e Social.
- Plano de Gestão de pragas;
- Plano de Prevenção de EAS/AS
- Plano de Implementação do MSGR;
- Plano de Consultas Públicas

O subprojecto abrange o aldeamento de 02 do projecto Aldeia Nova e os campos de cultivo já existentes. O Aldeamento está a 500m da fazenda, o mesmo alberga mais de 100 famílias com agregado familiar 5 pessoas em média. A maioria da população é camponesa-



1.3. Estrutura e Conteúdos do PGAS

Depois desta introdução e apresentação do subprojecto da Fazenda João Quiteque, o presente PGAS aborda os seguintes assuntos:

- Sumário Executivo
- 1. Introdução
- 2. Descrição do subprojecto
- 3. Caracterização do meio ambiente e social
- 4. Enquadramento legal
- 5. Avaliação dos impactos ambientais e sociais
- 6. Medidas de mitigação propostas
- 7. Programa de gestão ambiental e social
- 8. Custos estimados
- 9. Acompanhamento e monitorização do subprojecto
- 10. Outros aspectos
- 11. Anexos

1.4. Identificação da Equipa Ambiental e Social

A seguir é apresentada uma breve descrição da equipa técnica do TSP BRLi/SIRIUS responsável pela elaboração, supervisão e monitoria da implementação do PGAS, inclusive a formação e papel de cada um no PGAS (Tabela 1).

Tabela 1: Descrição da equipa técnica do TSP BRLi/SIRIUS responsável pela elaboração, supervisão e monitoria da implementação do PGAS

Nome	Contacto	Formação	Papel	Base de trabalho
Daniel Sassupe	daniel.corredorb@sirius.co.ao sassupe@yahoo.com.br Telemóvel: 942 817 594	Eng.º Agrónomo; Pós-Graduado em Ciências do Consumo Alimentar Msc. Produção e Tecnologia Alimentar	Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, orientar e capacitar os proponentes na implementação, supervisão e apoiar o MSGR e plano de mitigação de EAS/AS do PDAC Elaborar os PGAS base nas orientações do QGAS, orientar e capacitar os proponentes na implementação dos PGAS	Huambo, Hufla e Bié



Irina Portela	irina.corredorb@sirius.co.ao leiteirina@gmail.com Telemóvel: 928 558 872	Eng ^a Geógrafa	Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, orientar e capacitar os proponentes na implementação, supervisão e apoiar o MSGR e plano de mitigação de EAS/AS do PDAC Elaborar os PGAS base nas orientações do QGAS, orientar e capacitar os proponentes na implementação dos PGAS	Cuanza Sul
---------------	--	---------------------------	---	------------

1.5. Breve descrição de responsabilidades do TSP, Proponente, PDAC e Banco Mundial (BM)

As instituições que participam na implementação e monitoria do PGAS da Fazenda João Quiteque são respetivamente (I) o TSP BRLI/SIRIUS (II) o Proponente, Sr. João Quiteque, (iii) a UIP PDAC e (IV) o Banco Mundial.

O TSP BRLI-SIRIUS é responsável pela elaboração e apresentação à UIP PDAC do presente PGAS, assim como a supervisão e monitoria directa da implementação das acções previstas.

No âmbito das suas atribuições, O TSP BRLI - SIRIUS terá que:

- Garantir que o PGAS elaborado esteja em conformidade com os requisitos legais ambientais e sociais estabelecidos pelo PDAC e pelo Banco Mundial;
- Realizar formações do proponente e das suas equipas para melhor entender o conteúdo do PGAS e para ter capacidades de implementa-lo;
- Apoiar o proponente no planeamento da implementação do PGAS;
- Apoiar o proponente a formular regulamentos e procedimentos particulares em relação às medidas ambientais e sociais definidas;
- Monitorar/controlar a implementação do PGAS mediante o levantamento dos indicadores definidos;
- Monitorizar e avaliar a eficácia das acções previstas no PGAS no que concerne a saúde, segurança e protecção ambiental e social;
- Garantir condições de correcção de eventuais não conformidades com o PGAS com a implementação de medidas corretivas;
- Elaborar relatórios de implementação do PGAS e disponibilizá-los ao PDAC;
- Informar o PDAC e particularmente o especialista ambiental e social nos casos em que o PGAS não esteja a ser implementado conforme previsto ou caso aconteça um problema ambiental e social na gestão da fazenda



As aplicações das medidas previstas no plano de monitoramento do PGAS são da responsabilidade do Proponente que receberá instruções e treinamento do TSP BRLI/Sirius sobre os mecanismos de implementação. O TSP BRLi-Sirius tem a responsabilidade de administrar capacidades ao Proponente sobre os contornos de aplicação dos planos de mitigação dos impactos negativos.

O Proponente: Sr. João Quiteque

O proponente é o principal responsável pela implementação do PGAS na Fazenda João Quiteque. Por isso ele deverá:

- Implementar as medidas acordadas no PGAS;
- Manter uma colaboração salutar com outros intervenientes mencionados neste PGAS;
- implementar activamente as ações tendentes a mitigar os impactos negativos sociais e ambientais;
- Prevenir ou minimizar a ocorrência de acidentes que possam causar danos no ambiente e prevenir ou minimizar, os seus efeitos, além de facilitar acções para prevenir a propagação de a propagação do vírus COVID-19;
- Garantir as condições de segurança, saúde e protecção dos trabalhadores, deve atender a critérios reconhecidos para a acomodação de trabalhadores, como os da IFC / EBRD: (https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/publications/publications_gpn_workersaccommodation).

A UIP PDAC (Unidade de implementação do Projecto PDAC)

A UIP tem a responsabilidade geral de avaliação das fichas de triagem e categorização ambiental e social dos projectos bem como da avaliação dos planos de gestão ambiental e social apresentados pela BRLi - Sirius. Para isso possui uma unidade ambiental e social composta por:

- 1 Especialista Ambiental qualificado cujas responsabilidades são:
 - Avaliar e categorizar as fichas de triagem ambientais e sociais das actividades apresentadas pelo TSP BRLi - Sirius e definir os estudos ambientais e sociais necessários (os PGAS);
 - Revisão dos PGAS
 - Monitorar e avaliar os relatórios ambientais apresentados pelo TSP;
 - Monitorar a implementação das medidas de mitigação dos impactos ambientais negativos no subprojecto incluindo as salvaguardas ambientais;
- 1 Especialista em desenvolvimento social cujas responsabilidades são:
 - Avaliar e categorizar as fichas de triagem ambientais e sociais das actividades apresentadas pelo TSP BRLi - Sirius e definir os estudos ambientais e sociais necessários (os PGAS);
 - Revisão dos PGAS
 - Avaliar a salvaguarda das questões sociais do subprojecto;



- Melhorar os resultados de desenvolvimento social do subprojecto;
- Monitorar o envolvimento dos cidadãos nos processos de participação pública e assegurar que os aspectos de género e juventude incluídos na conceção do projecto sejam adequadamente abordados durante a implementação do PGAS.
- “Implementar o Plano de Formação previsto no PGAS e apoiar a implementação do MSGR e do Plano de mitigação de EAS/AS do PDAC”

A Responsabilidade da monitorização das acções do proponente é da UIP- PDAC

O Banco Mundial (BM)

O **BM** tem a responsabilidade de rever e aprovar este PGAS; de dar a sua não objecção para iniciar a sua implementação; de supervisionar e avaliar os relatórios de monitorização das salvaguardas ambiental e social do subprojecto e garantir que estes apresentem a qualidade necessária.

1.6. Identificação das Etapas de Elaboração, implementação, monitorização e arranjos institucionais dos PGAS

A elaboração do PGAS do subprojecto consiste em 4 etapas fundamentais:

- (i) Triagem de riscos ambientais, verificação no local e categorização do estudo a ser realizado;
- (ii) Realização do estudo conforme a categorização;
- (iii) Consulta pública e processo de divulgação;
- (iv) Revisão e aprovação do estudo de acordo com os resultados;
- (v) Plano de monitorização ambiental e social.

A etapa de Implementação do subprojecto cumprirá a etapa da:

- (i) A capacitação específica para melhor implementação do PGAS para o proponente e trabalhadores da fazenda;
- (ii) Implementação das medidas de mitigação dos riscos ambientais e sociais.

A monitorização dos subprojectos será feita mensalmente pelo especialista das salvaguardas ambientais e sociais e deverá considerar os parâmetros da qualidade da água, biodiversidade, cobertura florestal, produção agrícola, geração de renda, fluxo populacional, consciência ambiental, o uso de pesticidas, a conservação do solo e eficiência no uso da água e da energia, participação das comunidades. Outros arranjos institucionais para a implementação do PGAS são:

A UIP tem a responsabilidade geral pela implementação deste PGAS e pelos instrumentos e outras medidas de salvaguarda ambientais e sociais relacionadas ao subprojecto através dos seus especialistas de salvaguarda social e ambiental da BRLi - Sirius

A UIP assegura através dos especialistas de salvaguardas e sociais assegura a preparação destes documentos, a obtenção das licenças e autorizações exigidas pela legislação nacional relevantes antes de qualquer acção, informa ao comitê de direção de todas as diligências, e assegura que o Banco e os outros atores recebam todos os relatórios de monitoramento ambiental e social. Para isso, possui uma unidade



ambiental e social composta por dois especialistas qualificados (01 especialista em proteção ambiental e 01 especialista em desenvolvimento social).

1.7. Principais riscos ambientais e sociais associados

Tabela 2: Riscos Ambientais e Sociais

Riscos ambientais	Riscos Sociais	
	Direitos humanos	Direitos laborais
Risco de erosão durante as actividades de limpeza e preparo de parcelas agrícolas	A falta de chuva, pode causar desemprego no seio dos trabalhadores do campo, pois não haverá colheita e isso vai provocar desigualdade social	Risco de acidentes de trabalho durante o manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas.
Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem devido a resíduos e efluentes (resíduos sólidos, águas residuais, óleos e combustíveis de máquinas e equipamentos)	A ausência de espaços para repouso separados por género para abrigar os funcionários é algo que vai contra a os hábitos e costumes locais (esta limitação pode gerar situações de assédio sexual ou outras formas de violência baseada no género)	Aumento da propagação do vírus da Covid 19
Geração de poeira, ruído, vibração e gases devido a operação de máquinas e equipamentos com impacto sobre os trabalhadores da Fazenda.	A ausência de informação sobre os Direitos Humanos e laborais vai causar violência e desigualdades de género.	Acidentes de trabalho (fase operacional do projecto)
Geração de resíduos sólidos (resíduos não perigosos, e resíduos perigosos como embalagens de pesticidas e fertilizantes e outras substâncias químicas usadas na manutenção de máquinas) efluentes líquidos ou gasosos	A certa movimentação humana o que provocará o aumento de consumo dos recursos hídricos bem como a produção mais resíduos sólidos domésticos, sem destino adequado e isso associado o ma qualidade da água que a população local consome e a falta de saneamento do meio são factores de risco á saúde da população	Acidentes nas comunidades próximas (transporte)
Contaminação do solo e da água por pesticidas e fertilizantes		O incumprimento dos Direitos Laborais e a ausência de contrato de trabalho da equipa permanente pode gerar situações de exploração laboral, conflitos, desigualdades de género e situações de EAS/AS (devido à vulnerabilidade na contratação precária pela empresa)
		O recrutamento de mão-de-obra eventual para trabalhar nos períodos de plantio e colheita, sobretudo quando vindos



MINAGRIF/PDAC



		de outras regiões, incorrem riscos acrescidos de permanecerem em condições precárias, sem alojamento condigno, condições de higiene, saúde e segurança, e em vulnerabilidade ao risco de trabalho forçado, de exploração laboral e exploração e abuso sexual e/ou assédio sexual (EAS/AS)
		Riscos de EAS/AS ou outras formas de violência baseada no género (VBG) dentro da fazenda, sobretudo em período de contratação de trabalhadores eventuais, prevendo-se que 80% destes será mão-de-obra do sexo feminino.

O subprojecto prevê a utilização de fertilizantes químicos que pode contaminar os solos. Como tal o seu uso deverá ser de acordo com as políticas das salvaguardas ambientais e sociais OP 4.09 do BM e preparados de acordo as directrizes da FAO. No capítulo 7.4 Plano de Manuseio e gestão de pragas são apresentados maiores detalhes sobre as acções de gestão e controle de praga definidas para o subprojecto da Fazenda João Quiteque.



2. DESCRIÇÃO DO SUBPROJECTO

2.1. Objectivos do subprojecto

O objectivo do Plano de Negócio é duplicar a produção actual de ovos e fazer a recria de frangas das três às 16 semanas e vender frangas poedeiras a partir de matérias-primas para a alimentação produzida na fazenda ou comprada nas fazendas vizinhas.

Tabela 3: produção de frango

Produto	Quantidade
Frangas de raça Isa Brown de 13 semanas	3 492
Ovos	554 400

2.2. Breve apresentação e caracterização geral da fazenda

A fazenda João Quiteque tem disponibilidade de terra dentro da fazenda, é reduzida e foi avaliada em 3,33 ha disponíveis. O proponente tem também a possibilidade de produzir o milho e a soja na outra Fazenda de 191 hectares que possui no Município do Ebo. Tem também a possibilidade de adquirir as matérias-primas comprando-as a outros agricultores e de compra directa das rações no PAN do Waco Cungo.

Os 3,33 ha serão divididos em 3 parcelas já existentes e separadas de 0.47, 0.55 e de 2.29 ha cada para constituir as parcelas para entrar na rotação trienal.

A fazenda tem duas parcelas de terra, cuja extensão conjunta é de 194,33 hectares (3,33 + 191) hectares limpos e a área a ocupar pelo subprojecto é de 3,33 hectares.

As infraestruturas existentes na fazenda são 1 casa de habitação de 88 m², e 1 pavilhão de 200 m² as estradas de acesso.

O processo de atribuição do título de concessão de terras foi encaminhado para o Governo Provincial do Cuanza Sul e aguarda pela assinatura do Governador. Este processo não envolveu qualquer tipo de conflitos com as autoridades locais ou comunidades vizinhas.

2.3. Localização da fazenda

O subprojecto agrícola da Fazenda João Quiteque, situa-se na Província do Cuanza Sul; Município da Cela; Comuna Sede Waco Kungo e compreende 2 Aldeamentos do projecto Aldeia Nova. As vias de acesso encontram-se em bom estado, o que permite uma boa transitabilidade para viaturas e outros veículos.



Figura 2: Localização da fazenda João Quiteca

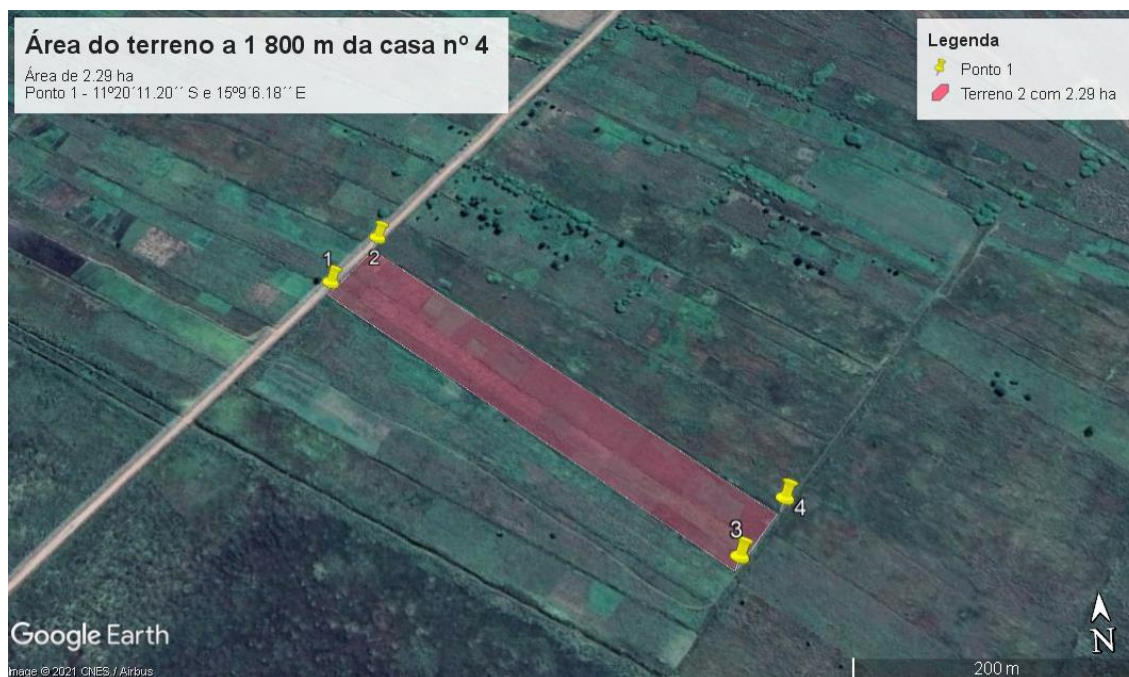


Figura 3: Localização da segunda parcela de terreno com 2.29 ha de superfície com as Coordenadas do 1º Ponto: 11°20'11.20" S e 15°09'8.18" E.

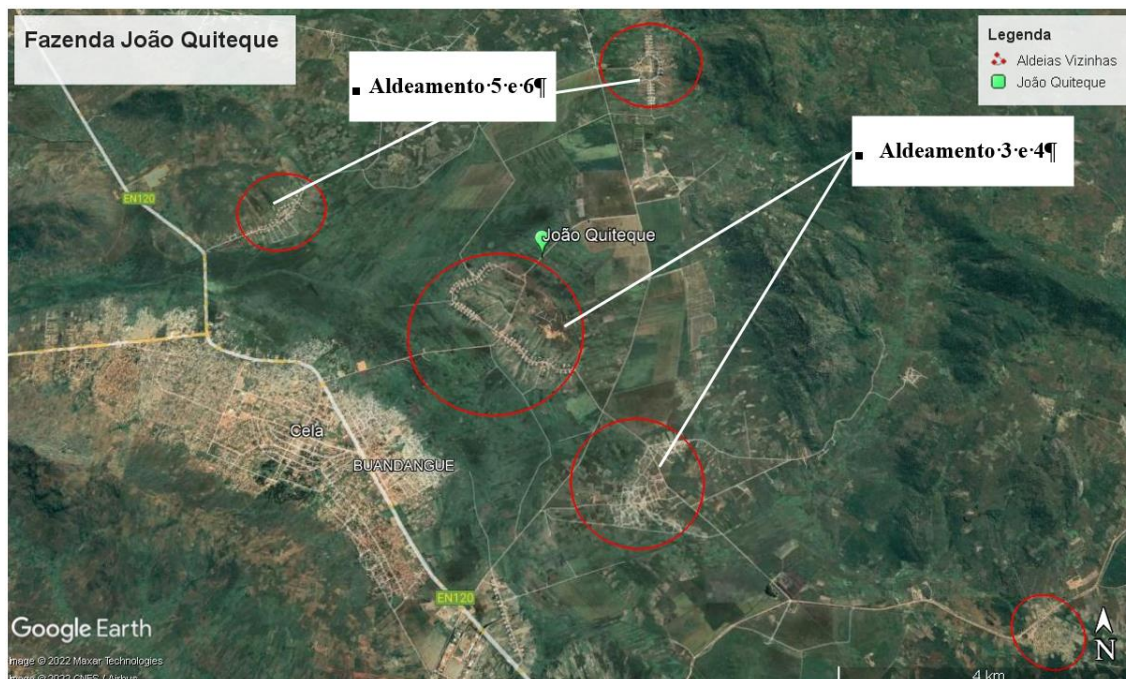


Figura 4: Aldeias vizinhas

Declive da parcela de terreno localizada a 1800 metros da residência, com uma perda de elevação de 4.18 metros, com uma inclinação máxima de 2.7% e mínima de 1.0%. Os riscos de erosão são mínimos e necessidades de obras anti erosivas mesmo necessárias não são importantes.

2.4. Mão de Obra

A fazenda terá 7 funcionários permanentes

— O Gerente

-- O Sub gerente

-- 3 operadores de pavilhão

-- 1 Operador de moinho

-- 1 ajudante de operador de moinho

As atividades agrícolas serão realizadas com trabalhadores eventuais recrutados dentro das comunidades vizinhas.

Paralelamente a fazenda contratará 3 peritos consultores para acompanhar as atividades:

-- 1 consultor veterinário para fazer um acompanhamento técnico da produção de ovos e frangos

-- 1 consultor agrônomo para fazer acompanhamento técnico da produção agrícola

- 1 consultor contabilista para acompanhar a contabilidade da fazenda



A integração das questões do Género no Plano esta salvaguardadas 20% dos trabalhadores efectivos são do sexo feminino dos quais 60% foram recrutados nas aldeias próximas da fazenda. O trabalho sazonal é preferencialmente feito por mulheres (80%). As necessidades anuais de mão-de-obra dependem da cultura e da intensidade da tecnologia.

A maioria dos trabalhadores reside próximo do local de trabalho, mas existem aqueles que terão necessidade de residir na fazenda, sobretudo os seguranças. Para este caso o proponente tem obrigações e responsabilidades em garantir mínimas condições de segurança, saúde e protecção dos trabalhadores, atendendo os critérios reconhecidos para acomodação dos trabalhadores, como os da IFC/EBRD.

No âmbito do subprojecto devem ser contruídos dormitórios arejados e limpos regularmente intervalos, construídos com materiais de fácil limpeza material do piso, as instalações sanitárias podem estar localizadas no mesmo local, mas separadamente para homens e mulheres, devem ser seguidos os padrões usuais que variam de 10 a 12,5 metros cúbicos (volume) ou 4 a 5,5 metros quadrados (superfície), com uma altura mínima do tecto de 2,10 metros, as áreas de dormir separadas são fornecidas para homens e mulheres, exceto em alojamento familiar, todas as portas e janelas devem ser trancadas e fornecidos com telas mosquiteiras onde as condições mandado. Grande parte das operações culturais a ser implementadas na fazenda João Quiteque serão realizadas por trabalhadores eventuais contratados nas aldeias dos arredores. Um dia de trabalho corresponde a um salário de 1000 Kzs.

2.5. Descrição do processo produtivo a adoptar pelo subprojecto

O objectivo do Plano de Negócio é duplicar a produção actual de ovos e fazer a recria de frangas das três às 16 semanas e vender frangas poedeiras a partir de matérias-primas para a alimentação produzida na fazenda ou comprada nas fazendas vizinhas:

A fazenda pretende explorar 3 pavilhões de avicultura. Por ano pretende-se:

- Um primeiro pavilhão permitirá criar anualmente 3 bandos de 1 164 frangas de raça Isa Brown, exploradas em piso, em sistema intensivo, o que permitirá produzir aproximadamente 3 492 frangas por ano (Tomando em conta a taxa de mortalidade).
- Um segundo pavilhão que no primeiro ano fará uma recria de frangas de 13 semanas que ficarão no pavilhão para serem exploradas como galinhas poedeiras durante 19 semanas (1 mês de pré-postura e 18 meses de postura), para a produção de ovos de consumo com objectivo anual é de 277 200 ovos.
- Um terceiro pavilhão permitirá criar um bando de 1 080 galinhas poedeiras para a produção de ovos de consumo com objectivo anual é de 277 200 ovos.

2.6. Principais actividades do projecto

Durante a implementação do subprojecto podemos destacar as seguintes actividades:

- Construção de dois pavilhões (20*10 m = 200 m²), um pavilhão de recria de pintas poedeiras e outro para explorar galinhas poedeiras para a produção de ovos;
- Construção de um armazém de 40 m², para armazenar produtos agrícolas e local de moagem de milho para a população e preparação de rações para os bandos de frangas e de poedeiras;



MINAGRIF/PDAC



- Compra de 3 600 pintas poedeiras de 3 semanas (21 dias), sendo o 1º lote adquirido na 1ª semana de julho para o pavilhão de recria; o 2º lote na 1ª semana de outubro para o pavilhão de postura no piso e o 3º lote na 2ª semana de novembro para o pavilhão de recria;
- Aquisição de uma moto de três rodas para o transporte das aves, ovos e outros produtos agrícolas produzidos na Fazenda para a cidade e trazer produtos da cidade para a Fazenda;
- Compra de 18 em 18 semanas de 1 200 pintas poedeiras com 3 semanas de idade e fazer a recria durante 13 semanas no pavilhão de recria.
- Transferência de 1100 frangas poedeiras de 16 semanas da 1ª, 6ª e 10ª recria para o pavilhão nº 3 (exploração em baterias de um piso);
- Transferência de 1100 frangas poedeiras de 16 semanas da 7 e 11ª recria para o pavilhão nº 2 (exploração em piso);
- Venda de 9 bandos de 1100 frangas poedeiras de 16 semanas.
- Exploração de 1100 galinhas poedeiras em piso num ciclo de 19 meses (1 de pré-postura e 18 meses de postura);
- Exploração de 1080 galinhas poedeiras em gaiolas de um piso num ciclo de 19 meses (1 de pré-postura e 18 meses de postura);
- Alimentar as crias mensalmente de ração a ser produzida mensalmente na fazenda numa necessidade de 6.500 Kg de milho e 2.500 Kg de feijões/soja.

2.7. Equipamentos agrícolas existentes e por adquirir

Os equipamentos disponíveis são: gaiolas montadas de um piso para 1080 galinhas poedeiras.

O plano de negócio prevê a compra de outros equipamentos como:

- uma Moageira,
- uma betoneira eléctrica para misturar as rações,
- uma motorizada de três rodas,
- equipamento informático para a contabilidade e gestão da fazenda,
- pequenas ferramentas para as actividades de avicultura e de agricultura.

Investimentos em equipamentos para os pavilhões serão:

- Bebedouro de 2ª Fase - 20 L
- Comedouro de 2ª Fase -
- Comedouro Recria 20 kg
- Bebedouro Recria 13 L

2.8. Actividades relacionadas as construções e reabilitações

As infraestruturas existentes na fazenda :

- 1 casa de habitação de 88 m²
- 1 pavilhão de 200 m²



O plano de negócio prevê apenas a construção de:

- Dois novos pavilhões de 200 m² que permitirão aumentar e diversificar a produção: a recria de pintas Isa Brown das 3 às 16 semanas para venda de frangas com 16 semanas e reposição das galinhas de dois pavilhões com a capacidade de 1 100 e 1 080 galinhas, respectivamente.
- Um armazém de 40 m², para a instalação de uma moagem e de uma misturadora para triturar, moer e misturar os constituintes da ração.

Os Impactes ambientais e sociais negativos dos subprojectos prendem-se fundamentalmente na poluição ambiental (emissões de poeiras e gases nomeadamente de monóxido de carbono, óxidos de enxofre, geração de resíduos e ainda derramamentos acidentais, contaminações e intoxicações), a segurança dos trabalhadores, das populações e bens. As acções susceptíveis de gerar impactes negativos mais significativos, prendem-se sobretudo com o ruído, a poluição atmosférica e a segurança. Os principais impactes ambientais e sociais negativos identificados relacionam-se sobretudo com os projectos de construção conforme a seguir se indica:

- Desmatamento e redução da cobertura vegetal devido a eventual recorrência a construção;
- Poluição do meio ambiente com resíduos da obra;
- Poluição sonora devido a operações de camiões e máquinas;
- Poluição atmosférica, solos e águas superficiais ou subterrâneas;
- Frustrações derivadas de perspectivas criadas de emprego das populações locais;
- Conflitos sociais derivados de ocupação de terrenos;
- Risco de danos sobre o património construído (redes de infraestruturas: água energia, saneamento, telecomunicações);
- Risco de acidente (durante a construção);
- Interferências com a circulação rodoviária.
- Os impactes ambientais e sociais positivos associados à execução das obras de construção prendem-se, fundamentalmente com:
 - Facilidade de circulação de pessoas e bens;
 - Incremento das actividades económicas;
 - Criação de postos de trabalho e acesso ao emprego;
 - Promoção do desenvolvimento as comunidades
 - Reordenamento das parcelas principalmente dos mais vulneráveis;
 - Acesso aos serviços sociais básicos.

2.9. Consumo de energia e água potável

A área de implementação não beneficia de energia eléctrica, mas beneficia de água canalizada da rede pública. O fazendeiro deverá garantir reservatórios adequados e devidamente higienizados para o armazenamento da água para consumo humano e geradores para o abastecimento de energia eléctrica. Não existem fontes de água na proximidade da fazenda nem a um raio de 5 km.

Tabela 4: Consumo diário de água das aves por semana

Semana	ml / dia / frango	l / dia / 12.000 frangos
1	32	384
2	69	828
3	104	1248
4	143	1716

2.10. Principais tecnologias adoptadas pelo projecto

Será utilizada média tecnologia, com uso de trabalho mecanizado para preparação do terreno, sementeira e parte dos tratamentos e manual para as demais práticas de produção (acompanhamento de maior parte das operações culturais pós-sementeira), organização dos aviários, recria de pintas de raça pura Isa Brown.

2.11. Estimativa de produção de resíduos

Os principais resíduos produzidos na fazenda são:

Tabela 5: Principais resíduos produzidos na fazenda¹

Categorias	Quantidade (kg)/mês
Matéria orgânica perecível	90
Plástico	50
Papel e papelão	15
Vidro (; lâmpadas)	6
frascos de medicamentos e desinfetantes	2
Metal ferroso	3
Material não ferroso	7
Madeira	30
Pano, trapo, couro e borracha	20
Contaminante biológico	15
Contaminante químico	13
Cama de Frango/ Composto	60
Efluentes Líquidos dos aviários	210 m ³
dejetos de frango	190 m ³
frango mortos	6
EPI's usados	8
'iscas' para ratos	2
cinzas	5
outros	9

2.12. Agricultura

2.12.1. Parcelamento e melhoramento dos solos

A disponibilidade de terra dentro da fazenda é reduzida e foi avaliada em 3,33 ha disponíveis. O proponente tem também a possibilidade de produzir o milho e a soja na outra Fazenda de 191 hectares que possui no Município do Ebo. Tem também a possibilidade de adquirir as matérias primas comprando-as a outros agricultores e de compra directa das rações no PAN do Waco Cungo.

Os 3,33 ha serão divididas em 3 parcelas já existentes e separadas de 0.47, 0.55 e de 2.29 ha cada para constituir as parcelas para entrar na rotação trienal.

¹ Adaptado da fonte: SILVEIRA, D. C.; VIEIRA, F. M. Caracterização da geração de resíduos da produção de frangos de corte. Natura e, v.2, n.1, p.34-39, 2020.



Normalmente o solo é plano e os riscos de erosão são muito baixos não sendo necessárias a adopção de medidas anti erosivas.

A totalidade da área está limpa, onde já tem praticado a agricultura, e as parcelas beneficiarão também duma calagem com 2 toneladas de calcário dolomítico nos primeiros meses do PN em julho/agosto do 1º ano. A operação será repetida no ano a seguir com a mesma dose.

2.12.2. Limpeza de terreno

Globalmente a cooperativa detém área limpa de 3,33 hectares. A área útil de produção será de 0.47, 0.55 e de 2.29 hectares cada. Serão estabelecidas parcelas de rotação segmentadas de 15 – 20 hectares. No perímetro das bordaduras das parcelas serão preservadas as faixas com vegetação não inferiores a 5 m, alternadas com as faixas de cultura com quebra – ventos, respeitando escrupulosamente a protecção das nascentes, linhas de água e rios, deixando assim de 25 a 50 metros de distância, de acordo com a situação e dimensão, para limitar os impactos negativos.

2.12.3. Análise dos solos

Antes de iniciar o trabalho, vai se definir um plano geral de parcelamento dentro da fazenda. O Plano de parcelamento será elaborado para (1) facilitar o trabalho mecanizado, (2) eliminar os riscos de erosão, (3) concentrar as parcelas nas zonas mais ricas da fazenda e (4) dimensionamento dos canais de drenagem secundários. Assim, as parcelas disponíveis serão arranjadas segundo as curvas de níveis com largura máxima de 100 - 150 m e comprimento mínimo de 400 m, de acordo com a topografia e dimensões do terreno.

2.12.4. Correção dos solos (aplicação de calcário dolomítico)

O alinhamento das parcelas está definido de acordo com a morfologia do terreno e a sua adaptação a cada tipo de cultura, deixando caminhos para uso da mecanização disponível, divididas por barreiras de quebra-ventos arbóreas, protegendo as nascentes e rios contra todo tipo de degradação e respeitando todos os preceitos de protecção ambiental e social previstos na lei.

2.12.5. Rotações, sucessões de culturas e áreas a semear anualmente.

Na prática, o início do projecto, considerando o tempo necessário para toda burocracia, está previsto para setembro de 2022.

O objectivo principal da produção agrícola será produzir matéria prima para constituir as rações para as aves. Por isso a produção vai orientar-se na produção de milho e soja. Paralelamente vai produzir-se outras leguminosas e cereais para se introduzir na rotação, como se indica na tabela a seguir:

Tabela 6: Rotação agrícola









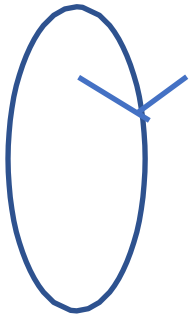
Espécies para substituir a Soja		Espécies para substituir o Milho	
	<i>Vigna sinensis</i> (cowpea)		<i>Manihot esculenta</i> (Mandioca)
	<i>Vigna unguiculata</i> (feijão macunde)		Sorgo (Massambala)
	<i>Canavalia ensiformis</i> (feijão porco – jack bean)		<i>Sudan grass</i> (erva do Sudão).
	<i>Cajanus cajan</i> (pigeon pea, Feijão Congo)		<i>Pennisetum glaucum</i> (massango, milheto no Brasil)

Tabela 7: A rotação trienal das culturas

	Anos dentro da rotação	Época 1 de Julho a Dezembro	Época 2 de Janeiro a Maio
	Primeiro ano da rotação	Soja	Outra leguminosa (eventualmente feijão porco - <i>Canavalia ensiformis</i>)
	Segundo ano da rotação	Milho	<i>Vigna sinensis</i>

	Terceiro ano da rotação	Outra leguminosa (eventualmente feijão porco - <i>Canavalia ensiformis</i>)	<i>Milho</i>
--	-------------------------	--	--------------

2.12.6. Necessidades hídricas das culturas²

Todas as culturas serão instaladas em sistema de sequeiro, contando apenas com as chuvas. De uma maneira geral o consumo é demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 8: Necessidade hídrica das Culturas

Culturas	Consumo por Ciclo
Milho	500 mm á 800 mm
Soja	400 mm à 850 mm
Feijão	300 mm
Batata Rena	350 mm

Obs.: 1 mm de chuva equivale a 1 litro/m².

Tendo em conta o clima da região em que os valores das especificações pluviométricas anuais ultrapassam os 1000 mm, as necessidades hídricas das culturas serão supridas pelas chuvas.

2.12.7. Programação das campanhas agrícolas e aquisição de insumos agrícolas

O proponente terá que planear em pormenores anualmente e/ou por época as diferentes campanhas agrícolas: repartição das culturas nas diferentes parcelas, datas previsionais das operações culturais, necessidades de insumos (sementes, adubos, químicos, combustível).

2.12.8. Preparação da terra Limpa

A preparação do solo será com a prestação de serviço mecanizada para todas as operações como lavoura, gradagem e sementeira. As outras operações serão realizadas com mão-de-obra eventual no início de cada época agrícola e alguns pulverizadores dorsais e ferramentas manuais que poderão também servir nos pavilhões. Em termos de consumíveis, o promotor vai suportar apenas os custos com combustível. Progressivamente a fazenda tentará orientar-se para as tecnologias de sementeira directa com trabalho mínimo do solo.

2.12.8.1. Instalação das culturas (Sementeira/Plantação)

As sementeiras serão realizadas com semeador adquirido no âmbito do Plano de Negócio. Todas sementes serão compradas localmente com variedades conhecidas, qualidade certificada e sem uso de OGM.

² **Fonte:** <https://www.geografiaopinativa.com.br/2018/05/angola-caracteristicas-gerais-clima-relevo-e-hidrografia.html>



2.12.8.2. Seguindo rigorosamente as fichas técnicas e as contas cultura

As diferentes operações culturais serão realizadas com os seguintes objectivos:

Para adubação, aplicar os fertilizantes em tempo certo quando a cultura precisa e em quantidades que permitem manter/melhorar a fertilidade dos solos. A adubação de fundo será realizada no momento da sementeira e nas linhas de sementeira. As adubações de cobertura (particularmente de nitrogénio) serão realizadas com cuidado e o adubo deve ser enterrado próximo das plantas.

Para luta contra doenças e pragas, vai-se priorizar as técnicas de luta biológica para manter os ataques em níveis baixos. Sempre que se usar químicos (inseticidas, fungicidas, herbicidas), será realizado nas datas e com doses certas, com produtos licenciados e comprados em Angola.

O risco para os trabalhadores da exposição a um pesticida é estimado por meio da avaliação de risco, que faz parte do processo para determinar se um produto atende aos padrões de segurança e pode ser registrado. Se o risco para os trabalhadores for considerado preocupante, as ferramentas de gerenciamento de risco podem ser usadas para gerenciar esses riscos reduzindo a exposição. Desenvolver panfletos, posters ou outros materiais para garantir que os trabalhadores agrícolas não qualificados entendam claramente as principais disposições de EHS que devem adoptar nas suas actividades diárias.

2.12.8.3. Acompanhamento das culturas instaladas

Durante o Plano de Negócio o será de média tecnologia para atingir os objectivos de produção acima definidos.

Não está prevista a compra de equipamentos agrícolas senão alguns pulverizadores dorsais e ferramentas manuais que poderão também servir nos pavilhões.

2.12.8.4. Colheita, armazenamento e expedição da produção

A colheita será realizada ceifeira debulhadora. Depois da colheita e, quando os grãos estiverem secos, serão triturados para a ração.

2.13. Avicultura

2.13.1. Organização dos aviários

Em ano de cruzeiro, a exploração será feita em três pavilhões.

- Primeiro pavilhão para a recria de 3 bandos anuais de frangas de raça Isa Brown.
- Segundo pavilhão para um bando de 1 100 galinhas Isa Brown para a produção de ovos em piso.
- Terceiro pavilhão para um bando de 1 080 galinhas Isa Brown para a produção de ovos em baterias de 1 piso.

Primeiro pavilhão terá a função de recria de pintas de raça pura Isa Brown

No pavilhão serão adquiridas de 18 em 18 semanas 1 200 pintas poedeiras com três semanas de idade, num total de 3 recrias de 13 semanas por ano. A produção das pintas será em sistema intensivo de média tecnologia.



Cada bando será constituído inicialmente por 1 200 pintas, e tomando em conta a mortalidade, o número médio será de 1 164 frangas poedeiras com 16 semanas de idade, com um preço de venda de 5 500 Kzs. O planeamento dos blocos de produção é como está abaixo apresentado:

2.13.2. Programa de Vacinação (Padrão)

Ainda que a avicultura no Plano de negócio não seja totalmente intensiva, pois o objetivo é a produção de ovos e frangos de grande qualidade, o objetivo será seguir um programa de vacinação muito rígido tendo em conta as endemias existentes em Angola.

Tabela 9: Programa de vacinação para a fase de recria

Idade	Vacina	Tipo de vacina	Via de aplicação
28º	Newcastle + Bronquite infecciosa	Clone 30 + Nobilis D78	Água de bebida
35º	Variola	Pox	Punção na Asa
56º	Variola	Pox	Punção na Asa
63º	Bronquite infecciosa	H120	Água de bebida
77º	Newcastle	Clone 30	Água de bebida
98º	Encefalomielite	AE	Água de bebida
112º	Bronquite + Q de postura + Newcastle	IB+ND+EDS	Injectável

2.13.3. Oficina de produção de rações (Moinho de milho)

Como indicado nos investimentos vai ser comprado um moinho com uma capacidade mensal de 15 toneladas (e eventualmente um pouco mais). Um moinho de 15 toneladas mês de capacidade servirá 50% do tempo para a fazenda e 50% do tempo para prestação de serviço.

Para alojar o moinho vai construir-se ao lado da estrada de terra que corre ao longo da fazenda um edifício, sendo assim mais fácil fazer a prestação de serviço de moagem de milho para utilizar o moinho a plena capacidade e prestar serviço às comunidades.

2.13.4. As fórmulas de ração

O objectivo é produzir a ração para alimentar as galinhas e frangas com a produção agrícola das parcelas de terreno de 3.33 hectares e a diferença ser adquirida a outros produtores de milho e soja.

São apresentadas a seguir várias fórmulas para o fabrico das rações de acordo com a idade e categoria das aves. Essas rações sugerem o uso do milho e da soja, mas sempre que possível buscar-se-á a substituição parcial do milho pela mandioca, ou por outras gramíneas e da soja por outras leguminosas mais produtiva e mais resistentes.

No cálculo do preço da ração, deste Plano de Negócio, por calcular da seguinte forma:

- 60% de milho (moído com germen e pele rica em proteínas)
- 25% leguminosa: (moída como está) outros ingredientes:
- 15 % outros ingredientes



Por isso nos cálculos de ração tomou-se uma média de custo de 350 Kzs/kg o que permite pagar o preço de milho (200 Kzs/kg) das leguminosas (400 Kzs/kg) e dos outros elementos constitutivos da ração (óleo, sal, vitaminas etc.).

2.13.5. Análise do pavilhão

As necessidades mensais e por ciclo de ração para cada um dos bandos bem como a quantidade de matéria-prima necessária para o fabrico das rações no armazém a construir (40 m²), onde será instalado um moinho com uma capacidade mensal de 15 toneladas (e eventualmente um pouco mais).

Antes de iniciar o trabalho, o local onde destinados à criação dos pintos, devem ser higienizados antes da chegada de novo lote, obedecendo ao seguinte cronograma:

1. Os restos de ração dos comedouros e dos silos e o esterco dos cavaletes e pisos, devem ser retirados para facilitar a limpeza geral do pavilhão. A lavagem dos pavilhões deve ser feita para facilitar a remoção dos dejetos, poeira e penas, através da aplicação de jatos de água com alta pressão, iniciando-se da parte mais alta, no sentido de cima para baixo acompanhando a declividade do pavilhão;
2. Todos os equipamentos e instalações devem ser lavados minuciosamente, principalmente nas juntas de madeira e dobras de gaiolas. A caixa d'água deve ser lavada objetivando a higienização da mesma. Os comedouros e bebedouros devem ser limpos e higienizados;
3. A desinfestação é realizada para eliminar os insetos/ animais nocivos à saúde das aves e humana. A desinfecção deve ser feita com desinfetante aplicados na parte interior e exterior do pavilhão, e quando realizada o aplicador não pode entrar em contato com o produto. Devem ser utilizados produtos aprovados e recomendados para uso na avicultura, devendo ser observada as normas técnicas e de segurança para aplicação e armazenamento dos produtos;
4. Se necessário, são efetuados reparos nos madeiramentos, para dar melhores condições de alojamento para as pintainhas. As lâmpadas são limpas e as queimadas são trocadas para melhorar a iluminação, o que facilita o acesso das aves à ração e à água. No sistema de criação em piso, a cama do aviário deve ser de boa qualidade, sem evidências de fungos, ausente de substâncias tóxicas, baixa condutividade térmica, de partículas de tamanho médio, boa capacidade de absorção de umidade, macia e deve cobrir uniformemente o piso do pavilhão atingindo a espessura de 5 a 10 cm de altura. Dentre os materiais que são utilizados para cama de aviário, destacam-se: sabugo de milho triturado, bagaço de cana, sipilho ou maravalha de madeira, casca de arroz, palha de feijão e feno de gramínea.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SOCIAL

3.1. Enquadramento Biofísico

3.1.1. Clima³

A região onde se enquadra a fazenda é quase integralmente do tipo mesotérmico, húmido, de estação seca no inverno. A estação das chuvas envolve um período de sete meses (outubro-abril), registando-se frequentemente precipitações no último decênio de setembro e no primeiro decênio de maio. A altura pluviométrica varia desde os 1000 mm nas altitudes mais baixas e os 1300-1400 nas superfícies mais altas, sendo março e novembro os meses mais chuvosos, e fevereiro o de menor precipitação, correspondendo-

³ Fonte: <https://www.geografiaopinativa.com.br/2018/05/angola-caracteristicas-gerais-clima-relevo-e-hidrografia.html>

Ihe em geral um curto período seco (pequeno cacimbo). O mês mais quente é abril, e junho o mais frio, sendo a amplitude térmica média anual inferior a 4° C. As oscilações térmicas diárias atingem valores máximos nos meses mais frios (junho e julho). A humidade relativa média anual oscila entre 70 e 80 %, estando os valores mais baixos em correspondência com as aplanções de cota mais elevada, registando-se os máximos em março-abril e os mínimos em junho-julho.

3.1.2. Vegetação⁴

A grande extensão da fazenda é ocupada por um estrato herbáceo pouco denso pela dominado por hyperrenias, devido ao facto de os campos terem sido cultivados durante muitos anos.



Figura 5: hyperrenias

3.1.3. Áreas de conservação e protegidas

Na área de implementação do subprojecto, no município da Cela, província do Cuanza Sul não existem zonas de conservação e protegidas.

3.1.4. Solos

Os solos onde vai ser desenvolvido o PN enquadram-se na categoria de Solos Aluviais, inseridos num vastíssimo vale, profundos, de coloração parda, textura mediana com tendência para argilosa, profundos com boa drenagem, completamente planos com cobertura herbácea.

3.1.5. Hidrografia

O município da Cela é banhado por seis rios que são: rio Nhia, Cuvo, Vula, Cussoi, Canicha, Carimbe.

As necessidades hídricas das principais culturas do subprojecto, nomeadamente milho, feijão, soja e batata rena e serão feitas em sequeiro, isto é, a única fonte de água são as chuvas.

3.2. Enquadramento da fazenda na Província do Cuanza Sul e no Município da Cela

Cuanza Sul é uma das 18 províncias de Angola, localizada na região central do país. Em 2014, contava com uma população de 1 881 873 habitantes, sendo a quinta província mais populosa de Angola. Possui uma área territorial de 55 660 km² e uma densidade populacional estimada de cerca de 33.81 habitantes/km².

⁴ Fonte: <https://www.geografiaopinativa.com.br/2018/05/angola-caracteristicas-gerais-clima-relevo-e-hidrografia.html>



A província é constituída por 12 municípios: Amboim, Cassongue, Cela, Conda, Ebo, Libolo, Mussende, Porto Amboim, Quilenda, Quibala, Seles e Sumbe.

O município da Cela, com uma área de 5 525 km² é constituído por três comunas: Waco Cungo, Quissanga Cungo e Sanga. Em 2014 tinha uma população de 226 220 habitantes (108 186 homens e 118 034 mulheres), projectando-se para 2021 cerca de 268 018 habitantes. Tal como em todo o país, pouco mais de metade dos habitantes são mulheres (51,86%).

3.3. Demografia⁵

Segundo as projecções da população da Região 2014-2050 do INE (Edição de 2016), estima-se para o ano 2021 uma população de 268 018 habitantes (128 997 homens e 139 020 mulheres), o que representa um aumento de 84,40 % relativamente ao ano 2014 (226 220). Tal como se referiu, pouco mais de metade dos habitantes são mulheres.

Caracteriza-se por ter uma população jovem, em que a média etária é de 16,0 anos (e na população rural é de 15,9). Cerca de 47,58% dos habitantes têm menos de 14 anos, 49,49% entre 15 e 64 anos e apenas 2,92% têm mais de 65 anos.

Existe um grande equilíbrio entre a proporção de homens e mulheres nas faixas etárias mais jovens. A partir da faixa etária dos 30-34 anos a proporção de mulheres começa a aumentar, atingindo o máximo de 54,88% na faixa etária dos 40-44 anos e daí, começa a decrescer até a faixa etária dos 75-79 anos.

Os principais indicadores para a Região de Cuanza Sul, apontam para uma melhoria das condições de vida da população da província, entre 2014 e 2022, com um aumento ao nível da esperança média de vida (de 56,7 para 60,2 anos), e reduções significativas na taxa bruta de mortalidade (de 12,3% para 9,4%) e sobretudo de mortalidade infantil (de 85,1% para 60,8%, sendo mais expressiva nos homens). A projecção da natalidade, em 2021, mantém-se praticamente constante face a 2014.

Sendo uma população com grande proporção de jovens, verifica-se uma taxa de dependência dos jovens elevada.

O nível de fecundidade é bastante alto e que não há ainda nenhuma evidência de que a fecundidade esteja a diminuir. Em parte, este comportamento da fecundidade está relacionado aos seguintes factos: a prevalência do uso de métodos contraceptivos é ainda baixa, o início da actividade sexual, do nascimento do primeiro filho e do primeiro casamento ser precoces, e ainda existir desejo por maior número de filhos (INE, 2016).

De acordo com o Censo de 2014 verifica-se ainda uma tendência de migração interna para as áreas urbanas, sobretudo para a província de Luanda. Mais de meio milhão nos 5 anos anteriores aos Censos e cerca de 240 mil nos últimos 12 meses antes do Censo 2014. Em termos de projecção prevê-se que o padrão médio anual de migração interna se mantenha até 2024, exceptuando a província do Bengo.

3.4. Aspectos socioculturais

De acordo com os Censos 2014, na província do Cuanza Sul a língua de comunicação geral é o português. Os dois grupos linguísticos dominantes são os ambundos a norte que falam o quimbundo e os ovimbundos na parte sul, que falam umbundo.

⁵ Fonte: <https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/census/documents/Angola/Angola%202014%20Census.pdf>



No que respeita à religião, 59,3% dos habitantes são católicos, 21,2% protestantes, menos de 0,5% são islâmicos e judaicos, 16% não tem religião e a restante percentagem pertence a outras religiões.

3.4.1. Qualificação e escolaridade ⁶

Quanto à escolaridade, 22,99% da população da província (com mais de 18 anos) não tem nenhum nível de escolaridade concluído. No entanto, 57,01% da população (com mais de 15 anos) sabe ler e escrever. Esta proporção baixa para cerca de 20,0% na população rural.

3.4.2. Actividade e emprego

Em 2019, a população nacional empregada no setor formal com 15 anos ou mais anos de idade foi estimada em 9.976.235 pessoas sendo 4.943.284 homens e 5.032.951 mulheres.

Em Angola 61,2% da população, com 15 ou mais anos é absorvida no mercado de trabalho. A taxa de emprego dos homens (63,4%) foi superior à das mulheres (59,2%). A diferença entre a taxa de emprego na área rural e na área urbana é bastante significativa, de acordo com o INE, 77,3% e 50,4% respectivamente apresentando uma diferença de 26,9% pontos percentuais, superior a cerca de 1,5 vezes, em favor da área rural. Cerca de 36,2% dos jovens, dos 15 aos 24 anos, estavam inseridos no mercado de trabalho, não havendo diferenças, estatisticamente significativas, entre homens (35,6%) e mulheres (36,8%).

Na província do Cuanza Sul, a maioria da população empregada (62%) tem a sua actividade no sector primário (Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), 18% no sector terciário (Transportes, comunicações, comércio, finanças e serviços administrativos) e 6% no sector secundário (Indústria, construção, energia e água), os restantes não têm actividade declarada.

A taxa de desemprego foi de 21,8%, sendo para os homens superior à das mulheres (21,4% e 20,2% respectivamente). Em 68,6% dos agregados familiares (num total de 443 386) pratica uma actividade agropecuária (dos quais 88,9% cultivam cereais).

⁶ Fonte:

http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014_Versao%2022032016_DEFINITIVA%2018H17.pdf

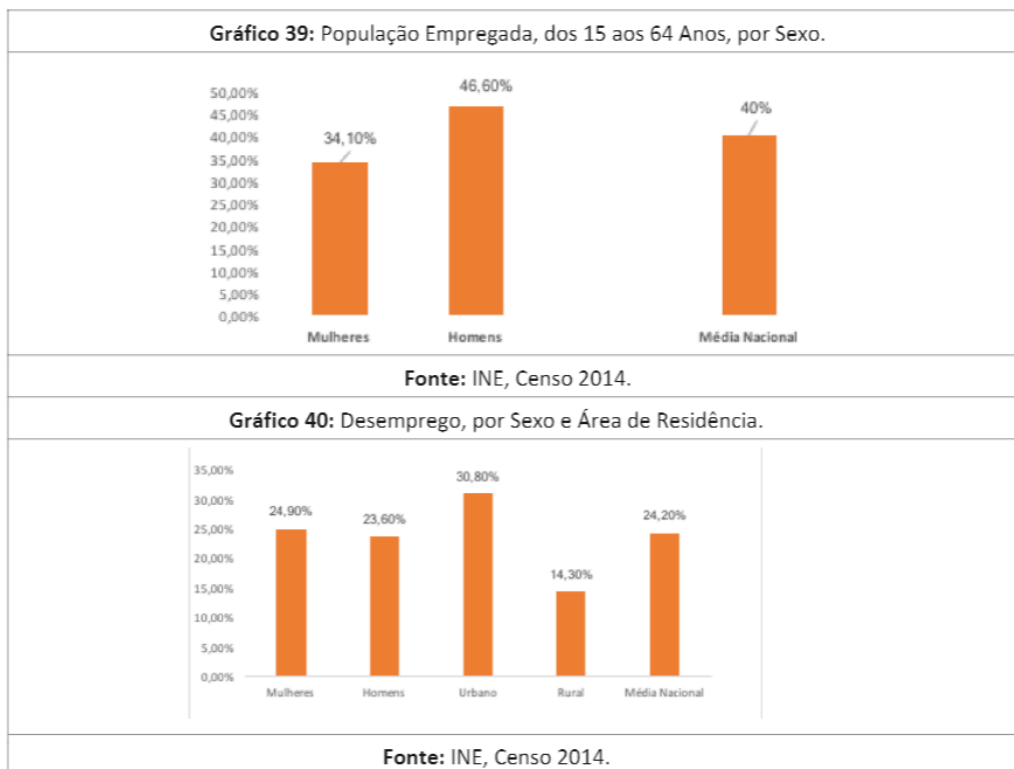


Figura 6: Gráfico de Desemprego por Género

A maioria das mulheres e jovens raparigas estão inseridas no mercado informal. Isso deve-se especialmente ao baixo nível de literacia e educação formal técnica que as relega para actividades comerciais e similares, que não exigem qualificações superiores. Assim sendo, elas não beneficiam dos direitos aplicáveis na legislação em vigor, tais como licença da maternidade, segurança social e salários dignos, para além de estarem vulneráveis à elevada instabilidade profissional. O aumento do nível de escolaridade e oportunidade de empreender dentro do sector agrícola poderá diminuir o desemprego no nível do género dentro do município da Cela

O aumento do nível de escolaridade e oportunidade de empreender dentro do sector agrícola poderá diminuir o desemprego a nível do género dentro do município da Cela.

3.4.3. Agregado familiar e habitação

Os agregados familiares (num total de 443 386) são em média compostos por 4,4 pessoas (zona rural). Nestes agregados, em 59% dos casos, o chefe de família é um homem e nos restantes uma mulher.

Relativamente à habitação 72,6% dos casos a casa é própria, em 22,0% arrendada e em 7,3% ocupada ou cedida. A construção das casas convencionais é maioritariamente: parede de adobe (79,1%) face ao cimento ou blocos, cobertura de zinco (88,6%) face à telha e chão em terra batida (69,7%) face ao cimento.

3.5. Relativamente ao abastecimento de água e energia

Acerca de 56,9% dos agregados familiares têm acesso a fontes apropriadas de água no município da Cela. As fontes de energia mais utilizadas pelas famílias são o gás, carvão e lenha (por ordem de prevalência); sendo nas zonas rurais mais utilizada a lenha, seguida do carvão e do gás. Apenas 38,8% dos agregados têm acesso a electricidade da rede pública, e nas áreas rurais este valor desce para 2,8%. Cerca de 9 em 10



agregados familiares das áreas rurais depositam o lixo ao ar livre por causa da inexistência de empresas publicas de saneamento básico a nível da província e/ou município.

3.6. Enquadramento Local

3.6.1. Actividades da população

Existem 04 aldeias vizinhas os aldeamentos n.º 3, 4, 5 e 6. A sua principal ocupação é a agricultura de subsistência e avicultura para suprir as necessidades com a alimentação e outras necessidades. Também participam da renda familiar a criação de pequenos animais como galinhas, porcos e cabritos.

3.6.2. Problemas de doenças e de saneamento básico⁷

As doenças mais comuns são a malária e dermatites. Seguem-se as doenças diarreicas agudas e algumas do fórum respiratório, muitas vezes associadas à má qualidade da água que consomem e da falta de estruturas sanitárias e de agentes da saúde que devem promover a educação e assistência sanitária.

3.6.3. Uso actual da terra na área do projecto

As terras em causa são na sua maior parte cultivadas com milho, feijão, batata rena e hortícolas em pequena escala. Com a adesão ao financiamento do PDAC, a projecção actual é de produzir em cada ano cultural 400 Ton/ano numa superfície 80 ha, 100 Ton/ano numa superfície de 40 ha, 120 Ton/ano numa extensão de 80 ha e 360 Ton/ano numa superfície de 12 ha, em regime de sequeiro.

Os espaços não cultivados dentro da área do subprojecto são as terras altas, cobertas por savana aberta, composta predominantemente por *Isoberlinia*, *Brachystegia* e *Julbernadia* arbóreas e arbustivas e ainda vegetação herbácea. De acordo com a informação disponibilizada não existem espécies com relevância para a conservação.

Não existem locais culturais ou religiosos susceptíveis de serem perturbados, nem conflitos com a propriedade ou uso de terras e nem se prevê que seja transferida alguma propriedade para o subprojecto. Portanto, pensamos que, avaliados todos os pressupostos e riscos envolvidos no alargamento da área de trabalho e níveis de produção acima referidos, podemos concluir que os interesses naturais (colectivos) e de terceiros estão salvaguardados.

4. ENQUADRAMENTO LEGAL

O PGAS da Fazenda JOÃO QUITEQUE foi concebido para ser implementado segundo as normas legislativas ambientais e sociais da República de Angola e alinhadas às Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Banco Mundial aplicáveis ao PDAC.

4.1. Constituição da República de Angola de 2010

Os aspectos relativos aos direitos, liberdades, deveres e garantias sobre o meio ambiente são largamente abordados na Constituição de Angola (artigo 39 da Constituição da República de Angola - CRA) e na legislação angolana pós-independência. O Artigo 39 da CRA consagra o direito ao ambiente e declara o

⁷ Fonte: <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/10446/1/Tese%20-%20Andy%20Coninckx.pdf>

direito dos cidadãos a viver em ambiente sadio e não poluído, bem como o dever de o defender e preservar. O mesmo Artigo, igualmente exige ao Estado que adopte as medidas necessárias à protecção do ambiente e das espécies da flora e da fauna em todo o território nacional, à manutenção do equilíbrio ecológico, à correcta localização das actividades económicas e à exploração e utilização racional de todos os recursos naturais, no quadro de um desenvolvimento sustentável e do respeito pelos direitos das gerações futuras e da preservação das diferentes espécies. Igualmente exige a punição dos actos que ponham em perigo ou lesem a preservação do ambiente.

4.2. Legislação Ambiental

Tabela 10: Legislação ambiental

<p>Lei n.º 5/98 de 19 de junho Lei de Bases do Ambiente</p>	<p>Esta Lei serve de quadro básico de toda a legislação e regulamentos ambientais em Angola integrando definições de conceitos relevantes, tais como os da protecção, preservação e conservação do ambiente, promoção da qualidade de vida e uso sustentável dos recursos naturais.</p>
<p>Lei n.º 6/17 Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem</p>	<p>Estabelece as normas que visam garantir a conservação e o uso racional e sustentável das florestas e da fauna selvagem existentes no território nacional e, ainda, as bases gerais do exercício de actividades com elas relacionadas. Revoga toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei, nomeadamente os artigos 16.º, 17.º e 18.º da Lei n.º 0 15/05, de 7 de dezembro, Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário, os Decretos n.º m 40040, de 9 de fevereiro de 1955. 44531. de 21 de Agosto de 1962 (Regulamento Florestal) e o Diploma Legislativo n.º 2873, de 11 de Dezembro de 1957 (Regulamento de Caça)</p>
<p>Lei n.º. 6 / 02, de 21 de junho Lei das Águas</p>	<p>A lei prevê a posse do governo dos recursos hídricos do país, e a responsabilidade do Estado para o desenvolvimento, controle preservação dos recursos hídricos. Regulamentos ainda não foram promulgadas</p>
<p>Lei n.º 09/04, de 9 de novembro Lei de Terra</p>	<p>A Lei de Terras de Angola reafirma o posicionamento constitucional de que que o governo possui e exerce autoridade final sobre toda a terra e os recursos naturais. A mesma Lei engloba toda a terra rural e urbana para o qual o Estado pode conferir direitos transferíveis. A Lei inclui uma disposição que obriga as pessoas que ocupam propriedade sem registo para que registem a terra dentro de um prazo estabelecido pela Lei.</p>
<p>Decretos Presidenciais</p>	
<p>Decreto Presidencial N.º 117/20 de 22 de abril Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental</p>	<p>Este regulamento estabelece as normas e procedimentos que regulam a avaliação de impacte ambiental de projectos públicos e privados e do procedimento de licenciamento ambiental das actividades que, pela sua natureza, localização ou dimensão, sejam susceptíveis de provocar impacte ambiental e social significativo. Este diploma revoga o Decreto N.º 51/04 de 23 de Julho sobre a Avaliação de Impacte Ambiental e o Decreto N.º 59/07 de 13 de Julho sobre o Licenciamento Ambiental.</p>

<p>Decreto Presidencial n.º 190/12, de 24 de agosto</p> <p>Regulamento Sobre a Gestão de Resíduos</p>	<p>O presente Diploma tem por objecto estabelecer as regras gerais relativas à produção, depósito no solo e no subsolo, ao lançamento para água ou para atmosfera, ao tratamento, recolha, armazenamento e transportação de quaisquer resíduos, excepto os de natureza radioactiva ou sujeito à regulamentação específica, de modo a prevenir ou minimizar os seus impactes negativos sobre a saúde das pessoas e no ambiente, sem prejuízo do estabelecimento de regras que visem a redução, reutilização, reciclagem, valorização e eliminação de resíduos</p>
<p>Decreto Presidencial n.º 196/12, de 30 de agosto</p> <p>Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos (PESGRU)</p>	<p>O Presente plano estabelece uma nova filosofia para a gestão de resíduos em Angola, constituindo um suporte essencial ao processo de desenvolvimento sustentável que a sociedade e a economia do País têm vindo a percorrer.</p>
<p>Decreto Presidencial n.º 194/11, de 07 de julho</p> <p>Aprova o Regulamento sobre Responsabilidade por danos Ambientais.</p>	<p>O presente diploma tem por objecto estabelecer a responsabilidade pelo risco e degradação do ambiente baseado no princípio do «poluidor-pagador», para prevenir e reparar danos ambientais.</p>
<p>Decreto Presidencial n.º 261/11, de 6 de outubro</p> <p>Sobre a Qualidade da Água</p>	<p>Este diploma estabelece critérios de qualidade de água com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos.</p>
<p>Decreto Presidencial n.º 82/14 de 21 de abril</p> <p>Regulamento De Utilização Geral Dos Recursos Hídricos</p>	<p>O presente Diploma define o regime de utilização geral dos recursos hídricos, incluindo os mecanismos de planeamento, gestão e de retribuição económica e financeira no artigo 2 (Âmbito de aplicação), o presente Diploma é aplicável às águas superficiais e subterrâneas, nomeadamente os cursos de água, lagos, lagoas, pântanos, nascentes, albufeiras, zonas estuarinas e outros corpos de água, sem prejuízo dos respectivos leitos, margens e adjacências</p>
<p>Decreto Executivo</p>	
<p>Decreto Executivo n.º 92/12 de 1 de março</p> <p>Termos de Referência para a Elaboração de Estudos de Impactes Ambientais</p>	<p>O diploma tem como objecto estabelecer as diretrizes orientadores para a elaboração dos Estudos de Impactes Ambientais necessários para análise de viabilidade ambiental dos projectos sujeitos a avaliação de impacte ambiental. O Estudo de Impacte Ambiental deve ser elaborado nos termos da legislação sobre a Avaliação de Impacte Ambiental, e cumprir rigorosamente com os Termos de Referência aprovados pelo Ministério do Ambiente, que orienta a elaboração dos mesmos de acordo com a especificidade de cada projecto</p>
<p>Decreto Executivo n.º 17/13 de 22 de janeiro</p> <p>Gestão de resíduos de demolição e construção</p>	<p>O presente diploma estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos, abreviadamente designados resíduos de construção e demolição ou RCD, compreendendo a sua prevenção e reutilização e as suas operações de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização.</p>

4.3. Legislação Social

Tabela 11: Legislação social

<p>Lei nº 7/04, de 15 de outubro Lei de Bases da Protecção Social</p>	<p>A protecção social obrigatória concretiza-se através dos regimes dos trabalhadores por conta de outrem e dos trabalhadores por conta própria, mediante prestações garantidas como direitos. É garantida a conservação dos direitos adquiridos e a possibilidade de concretizar os direitos em formação.</p>
<p>Lei nº 7/15, de 15 de junho Lei Geral do Trabalho</p>	<p>A nova lei aplica-se a todos os trabalhadores que prestam actividades remuneradas por conta de um empregador, no âmbito da organização e sob a autoridade e direcção deste, em empresas públicas, mistas, privadas, cooperativas, organizações sociais, organizações internacionais e nas representações diplomáticas e consulares existentes no território da República de Angola.</p>
<p>Lei nº 25/11 de 14 de julho Violência Doméstica</p>	<p>Estabelece o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, de protecção e de assistência às vítimas.</p>
<p>Decretos</p>	
<p>Decreto 31/95 de 5 novembro Regulamento relativo aos sistemas de Saúde e Segurança Ocupacional.</p>	<p>O presente decreto estabelece os princípios que visam a promoção da segurança, higiene no trabalho, nos termos do preceituado nº 2 do artigo 46º da Lei Constitucional 23/92</p>
<p>Decreto nº 43/03 de 4 de julho Regulamento sobre o HIV/ SIDA, Emprego e Formação Profissional</p>	<p>A infecção pelo vírus de Imunodeficiência Humana (HIV) e o desenvolvimento do Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA) constituem, na actualidade, uns dos maiores problemas de saúde que a sociedade enfrenta relativamente à implementação dos direitos sociais legalmente protegidos, nomeadamente o direito ao emprego, ao trabalho e à formação profissional.</p>
<p>Decreto n.º 53/05 de 15 de agosto Regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais</p>	<p>Havendo necessidade de se regular as condições objectivas que permitam estabelecer um quadro de protecção social dos trabalhadores e suas famílias contra os riscos profissionais, em observância aos princípios consignados na Convenção n.º 102 da OIT, Organização Internacional do Trabalho;</p>
<p>Decreto Presidencial 222/13 de 24 de Dezembro Política Nacional para a Igualdade e Equidade de género e a respectiva Estratégia de advocacia e mobilização de recursos para implementação e monitoria da política</p>	<p>Considerando que a igualdade é um principio consagrado na Constituição da República de Angola e reitera o acesso de todas as pessoas aos direitos universais, sem discriminação</p>
<p>Lei n.º 1/21 de 7 de janeiro Lei das Expropriações</p>	<p>A Lei da Expropriação por Utilidade Pública prevê as situações que podem originar uma reversão dos bens expropriados, designadamente nos casos em que as autoridades não conseguem implementar o projeto que motivou a expropriação nos prazos legalmente devidos e/ou nas situações em que cessem as finalidades da expropriação. O exercício do direito de reversão está sujeito a um prazo de</p>



MINAGRIF/PDAC



	caducidade e fica dependente da devolução, pelos expropriados, do montante anteriormente recebido a título de indemnização.
<p align="center">Lei n° 25/12 de 22 DE agosto</p> <p align="center">Protecção e Desenvolvimento Integral Da Criança</p>	A presente lei tem como finalidade estender e promover os direitos da criança, tal como se encontram definidos na Constituição da República de Angola, na Convenção sobre os Direitos da Criança, na Carta Africana sob os Direitos e o Bem Estar da Criança e em demais Legislação Aplicável.

4.4. Políticas ambientais e sociais do Banco Mundial acionadas pelo subprojecto

O Banco Mundial definiu 7 Políticas ambientais e Sociais seguidas na elaboração do PGAS:

Tabela 12: Políticas Ambientais do Banco Mundial

OP 4.01 Avaliação Ambiental	A OP 4.01 assegura que todos os projectos do BM sejam sólidos e sustentáveis ambientalmente, informando à partida sobre os riscos ambientais aos dirigentes através de uma análise apropriada das acções e dos seus prováveis impactos.	A política de avaliação ambiental é acionada neste projecto para o levantamento dos impactos ambientais e medidas de mitigação dos impactos.
OP 4.04 Habitat Natural	A OP 4.04 assenta na protecção, manutenção e reabilitação de habitats naturais nas áreas de influência dos projectos, por ele financiado ou cofinanciados	Não foram identificados no projecto algum potencial de conversão ou degradação crítica significativa de habitats naturais e, portanto, as OP & BP 4.04 não são acionadas.
O.P. 4.37 Segurança de barragens/represas	A política de segurança de barragens/represas é acionada em projectos que envolvam barragens existentes e Represas em Construção, bem como a responsabilidade da segurança da obra pelo proponente.	Esta política não é acionada no âmbito do projecto da Fazenda João Quiteque, uma vez que não estão previstos a construção e/ou reabilitação de barragens ou represas.
OP 4.09 Gestão de Pragas	A política operacional de controlo de pragas é acionada para auxiliar a mitigar os potenciais riscos a saúde humana e ao meio ambiente com a preparação de um Plano de Gestão de Pragas de carácter obrigatório	O projecto requer o uso de pesticidas, portanto esta política é acionada.
OP 4.11 Recursos físicos e culturais	Esta política é acionada em projectos que envolvam projectos de infraestruturas que exijam grandes movimentos de terra em áreas susceptíveis e considerados recursos culturais físicos pelas comunidades que habitam no local do projecto	Os projectos de infraestruturas são de pequena dimensão com potenciais impactos sobre recursos físicos e culturais considerados baixos.
OP 4.12 Reassentamento Involuntário	A política de reassentamento involuntário do BM auxilia os beneficiários do projecto a lidar com problemas de aquisição de terra resultante em compensação e/ou o deslocamento físico de pessoas. aplica-se a aquisição de terras e todas as alterações no acesso a recursos (económicos, rodoviários, culturais e étnicos) resultante da implementação de um projecto e subprojecto.	No âmbito dos projectos do PDAC esta política não será acionada.

OP 4.36 Recursos Florestais	Os projectos financiados pelo Banco Mundial não poderão ter impactos negativos directos e indirectos para a saúde e qualidade das florestas, neste âmbito, o BM visa reduzir a desmatção e aumentar a contribuição ambiental de áreas florestais, promover reflorestamento, reduzir a pobreza e incentivar o desenvolvimento económico.	O projecto Fazenda João Quiteque não prevê na sua área de influência qualquer impacto sobre recursos florestais, logo esta política operacional não é acionada.
-----------------------------	---	---

O processo de atribuição do título de concessão de terras foi encaminhada para o Governo Provincial do Cuanza Sul e aguarda pela assinatura do Governador. Este processo não envolveu qualquer tipo de conflitos com as autoridades locais ou comunidades vizinhas.

4.5. Avaliação das lacunas da legislação e recomendações

A avaliação das lacunas legislativas é necessária para verificar se a estrutura legislativa existente no país é adequada para a gestão social e ambiental eficaz e se a estrutura legislativa apoia as políticas de salvaguarda do Banco Mundial. Com base na comparação das políticas do Banco Mundial acionadas pelo projecto, é claro que a legislação em Angola fornece base suficiente para gerir os aspectos ambientais e sociais das actividades propostas no âmbito do projecto. O regulamento de Avaliação de Impacto lista claramente as actividades agrícolas que requerem um EIA. É também evidente que as instituições relevantes estão no local para garantir a efectiva implementação e monitorização das medidas ambientais necessárias, em conformidade com a legislação nacional e as políticas de salvaguarda do Banco Mundial. O Banco Mundial exige que todos os projectos cumpram com a legislação nacional, mas onde há discrepâncias ou lacunas, as políticas do Banco Mundial têm precedência, excepto nos casos em que normas nacionais são mais rigorosas ou equivalente. (Ver tabela abaixo)

Tabela 13: Descrição das principais lacunas entre as leis nacionais e as Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial

Aspecto	Leis de Angola	Exigência do Banco Mundial	Lacuna ou Conflito
O EIA é necessário para actividades de infraestruturas proposta	O Decreto Presidencial Nº 117/20 de 22 de abril sobre o Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental. Este regulamento estabelece as normas e procedimentos que regulam a avaliação de impacte ambiental de projectos públicos e privados e do procedimento de licenciamento ambiental. Este diploma revoga o Decreto Nº 51/04 de 23 de Julho sobre a Avaliação de Impacte Ambiental e o Decreto Nº 59/07 de 13 de Julho sobre o Licenciamento Ambiental.	A PO 4.01 exige EIA completo para todos os projectos classificados como sendo de Categoria A. Para projectos de Categoria B, alguma forma de avaliação ambiental é necessária, geralmente menos rigoroso do que um EIA completo e muitas vezes tomando a forma de um Plano de Gestão Ambiental (PGA).	Sem lacunas assinaláveis
Gestão de Pragas	Angola tem um regulamento para a produção, importação, comércio e utilização de pesticidas aprovados 1965 durante a era colonial. Através deste regulamento, o Ministério da Agricultura tem um mandato para gerir pesticidas no país.	A política de Gestão de Pragas do Banco Mundial (PO 4.09) promove o uso de técnicas Gestão Integrada de Pragas que visam minimizar o uso de pesticidas sintéticos. Ela promove o uso seguro, manuseamento, armazenagem e	O regulamento Angolano de gestão de pesticidas é antigo e pode não ser capaz de lidar com as necessidades da agricultura comercial em vigor. Pelo que se

Aspecto	Leis de Angola	Exigência do Banco Mundial	Lacuna ou Conflito
		eliminação de pesticidas químicos aprovado	recomenda a aplicação dos padrões do Banco Mundial.
Reassentamento involuntário	<ul style="list-style-type: none"> • <i>A Constituição da República de Angola –o n.º 2 do artigo 15 - reconhece às comunidades locais o acesso e o uso das terras, nos termos da lei sem prejuízo da possibilidade de expropriação por utilidade pública, mediante justa indemnização, nos termos da lei.</i> • <i>Lei de Terras, a Lei n. 9/04 - O Estado só pode expropriar terras se for utilizado para uma finalidade pública.</i> • <i>Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo, a Lei n. 3/04, artigo 20</i> • <i>Direito Ambiental, Lei n.º 5/98 – Assume que o desenvolvimento de qualquer infraestrutura que tem um impacto ambiental ou social deve incluir uma consulta prévia com a população afectada.</i> 	PO 4.12 requer o desenvolvimento de Plano de Reassentamento para abordar os impactos económicos e sociais resultantes de investimentos assistidos pelo Banco e que resultam da tomada involuntária de terras, resultando em (i) mudança ou perda de abrigo; (ii) perda de bens ou acesso a bens; ou (iii) perda de fontes de renda ou meios de subsistência, independentemente se as pessoas afectadas devem ou não mudar para outro local; ou (B) a restrição involuntária de acesso a parques e áreas designadas legalmente protegidos, resultando em impactos adversos sobre meios de subsistência das pessoas deslocadas.	Embora peças de legislação angolana abordem assuntos relacionados ao reassentamento, não foi identificada uma regulamentação específica sobre o reassentamento como resultado das actividades económicas. A política do Banco Mundial e Padrão de Desempenho GBM deve ser aplicada em caso de necessidade de reassentamento. O QPR fornece mais orientações sobre este assunto.
Saúde e Segurança no Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Lei Geral do Trabalho (Lei 7/15) – A nova lei aplica-se a todos os trabalhadores que prestam actividades remuneradas por conta de um empregador, no âmbito da organização e sob a autoridade e direcção deste, em empresas públicas, mistas, privadas, cooperativas, organizações sociais, organizações internacionais e nas representações diplomáticas e consulares existentes no território da República de Angola.</i> 	O BM elaborou Manuais de Procedimentos de Revisão Ambiental e Social (ESRP) que definem as tarefas aprovadas pela administração da GBM para alcançar a conformidade do cliente com as Normas de Política e Desempenho sobre Sustentabilidade Ambiental e Social, Política de Acesso à Informação e Diretrizes de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (EHS).	Pouco rigor na observância das normas sobre a SST (implementação e controlo quase inexistente; existência de poucos profissionais de SST e SST percebido como impedimento).
Consultas Públicas	<p>Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento (Decreto Presidencial 117/20 de 22 de abril)</p> <p>Os projectos sujeitos à avaliação de impactos ambiental são obrigatoriamente sujeitos a consultas públicas promovidas pelo departamento ministerial do ambiente.</p>	<p>O processo de consulta deverá envolver : (i) consultas a grupos de interesse que exigem atenção especial (grupos focais), agencias nacionais, ONGs i (ii) reuniões abertas ao público nos municípios.</p> <p>As consultas deverão acontecer na fase de selecção do local do projecto, triagem do projecto, elaboração de documentos (PGAS).</p>	<p>Na legislação nacional as consultas públicas são feitas após a elaboração e análise do EIA, convocadas pelo órgão ministerial e organizadas pelo proponente. Os projectos que passam pela consulta pública são projectos industriais e de obras porque têm maior impacto</p> <p>O BM existe consulta pública para todos os subprojectos e são</p>

Aspecto	Leis de Angola	Exigência do Banco Mundial	Lacuna ou Conflito
			realizados pelo consultores e promovidos pela UIP do PDAC.
Ficha de triagem ambiental e social	<p>Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento (Decreto Presidencial 117/20 de 22 de abril)</p> <p>Os projectos sujeitos à avaliação de impactos ambiental são sujeitos a triagem ambiental no portal de registo dos projectos SIA (Serviço Integrado de Avaliação) do Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (MINAMB)</p>	<p>Banco Mundial realiza triagem ambiental de cada subprojecto proposto para determinar a extensão apropriada e tipo de avaliação ambiental exigido. A OP 4.01 do Banco sobre avaliação ambiental classifica o projecto</p> <p>proposto em uma das quatro categorias A, B, C e D, dependendo do tipo, localização, sensibilidade escala do projecto e da natureza e magnitude dos impactos ambientais previstos.</p>	<p>Na legislação nacional não são feitas a triagem ambiental e social apenas a elaboração e análise do EIA, convocadas pelo órgão ministerial</p> <p>O BM exige uma ficha de triagem ambiental e social que prevê a pré avaliação ambiental e social do subprojecto antes da elaboração do PGAS e das consultas públicas.</p>

5. AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Neste capítulo são apresentados a metodologia e os critérios utilizados para determinar os potenciais impactos ambientais e sociais ligados à implementação do projecto. A avaliação ambiental e social fornece um procedimento formal para avaliar a importância dos impactos. Isto é feito tendo em conta as actividades do projecto e os elementos no meio receptor. O objectivo da análise de avaliação de impacto é identificar as interações significativas que exigem medidas de mitigação possíveis para reduzir os impactos a níveis aceitáveis e em conformidade com as normas de desempenho ambiental e social.

A avaliação dos impactos ambientais e sociais envolveu as seguintes etapas:

- Descrição das actividades ao longo do projecto (construção e exploração);
- Descrição de atributos ambientais e sociais;
- Identificação de interações ambientais e sociais do projecto;
- Previsão dos efeitos ambientais e sociais; e
- Descrição dos efeitos ambientais e sociais.

5.1. Metodologia de identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais

Definição dos impactos: “Um impacto é qualquer mudança ambiental, para melhor ou para pior, especialmente com efeitos no ar, na terra, na água, na biodiversidade e na saúde das pessoas, resultante de actividades humanas.” – Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de abril.

A metodologia utilizada foi a **matriz de interação** que consiste em uma listagem de controle bidimensional onde são relacionados os aspectos e impactos ambientais. A eficiência desse método está na identificação dos impactos directos, ou seja, na alteração do meio que está directamente em contacto com a acção transformadora, visto a interação entre os factores ambientais e sociais e os elementos do projecto. Com

isso, é possível conhecer os aspectos que proporcionam maior impacto e aqueles que afectam os factores ambientais e sociais mais relevantes.

5.2. Critérios utilizados para determinar a consequência do impacto

Os impactos podem ser de natureza positiva ou negativa. É negativo quando ocorre uma alteração indesejável no ambiente e positivo quando ocorre uma alteração desejável, ou seja, quando ocorre uma melhoria no ambiente. A significância de determinado impacto é definida como uma combinação entre a consequência do impacto que está a ocorrer e a probabilidade que o impacto venha a ocorrer. Os critérios usados para determinar a consequência do impacto são apresentados na tabela seguinte:

Tabela 14: Critérios usados para determinar a consequência do impacto

Critério	Descrição
Natureza do impacto	Os impactos são classificados como positivos , quando resultar em melhoria da qualidade ambiental e negativo , quando resultar em danos ou perturbação em algum componente ambiental;
Âmbito (A)	Os impactos são classificados como locais , quando incidem sobre o local do projecto; regionais quando incidem num raio de 1- km do local do projecto, ou inter-regionais , num raio entre km-10 km da área do projecto.
Magnitude (M)	Indica a intensidade do impacto em face de um determinado factor ambiental ou área de ocorrência, foi classificada como reduzida , moderada e elevada .
Probabilidade (P)	Indica a possibilidade de o evento ocorrer, foram determinados com base no conhecimento das características de cada uma das acções e de cada factor ambiental, permitindo classificar cada um dos impactos como baixa probabilidade , média probabilidade e alta probabilidade .
Duração (D)	Os impactos são considerados temporários no caso de se verificarem apenas durante um período curto (menos de 6 meses), média (entre 6 meses a 2 anos) e permanentes (períodos acima de 2 anos)
Reversibilidade (R)	Quando a alteração causada ao meio ambiente pode ser reversível por acções/intervenção, ou irreversível quando a alteração causada ao meio não pode ser revertida por acções/intervenção.
Significância (S)	A significância de determinado impacto é definida como uma combinação entre a consequência do impacto que está a ocorrer e a probabilidade que o impacto venha a ocorrer.
Hierarquização (H)	Corresponde a prioridade de acção dos prováveis impactos do projecto e está directamente relacionada ao <i>grau de impacto</i> , para o grau de impacto fraco foi estabelecido como impacto de prioridade 1 , para o grau de impacto moderado, impacto de prioridade 2 e para o grau de impacto forte, impacto de prioridade 3 .

5.3. Classificação dos impactos

Segue na tabela abaixo a classificação dos impactos ambientais e sociais utilizadas na elaboração do presente PGAS.

Tabela 15: Classificação dos impactos

Classificação	Definição de Classificação	Pontuação
Local	Confinado à área do projecto ou do estudo ou a uma parte dessa área	1



MINAGRIF/PDAC



Classificação	Definição de Classificação	Pontuação
Regional	As consequências do impacto atingem um raio de 1-5 km do local do projecto	2
Inter-regional	As consequências do impacto atingem um raio de 5-10 km do local do projecto	3
Intensidade		
Baixa	As funções e processos naturais e/ou sociais são alterados de forma ínfima.	1
Média	As funções e processos naturais e/ou sociais continuam, embora de forma alterada	2
Elevada	As funções e processos naturais e/ou sociais são gravemente alterados.	3
Duração		
Curto prazo	Até 6 meses.	1
Médio prazo	6 meses a 2 anos.	2
Longo prazo	Mais de 2 anos.	3
Probabilidade		
Baixa	<40% de probabilidade de ocorrer	1
Média	Entre 40%- 70% de probabilidade de ocorrer	2
Alta	>70%-90% de probabilidade de ocorrer	3
Reversibilidade		
Reversível	As medidas de mitigação são capazes de reverter as acções dos impactos	1
Irreversível	As medidas de mitigação não são capazes de reverter as acções dos impactos	2
Significância (D+R+M+A)		
Pouco significativo	Quando as consequências do impacto são pouco significativas	4-14
Significativo	Quando as consequências do impacto são significativas	15-28
Muito significativo	Quando as consequências do impacto são muito significativas	29-42
Grau de impacto (S x P)		
Fraco	Quando o impacto tem baixa probabilidade de ocorrência e é pouco significativo	4-14
Moderado	Quando o impacto tem média probabilidade de ocorrência e é significativo	15-28
Forte	Quando o impacto tem alta probabilidade de ocorrência e muito significativo	29-42
Hierarquização		
Prioridade 1	As acções de mitigação dos impactos é de prioridade 1	4-14



Classificação	Definição de Classificação	Pontuação
Prioridade 2	As ações de mitigação dos impactos é de prioridade 2	15-28
Prioridade 3	As ações de mitigação dos impactos é de prioridade 3	29-42

Os impactos resultantes das actividades na fazenda João Quiteque são de-Natureza negativa de âmbito regional e local, com magnitude reduzida e moderada, têm uma probabilidade média baixa de duração média, reversível com significativo numa estala de 4-14 com o grau de moderado e de prioridade 2

5.4. Fase 1: Construção

Tabela 16: Identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais

Aspecto ambiental/Social	Fase do subprojecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	G I	H
Qualidade do solo	Construção	Limpeza do terreno para preparação de parcelas agrícolas. Preparação das parcelas agrícolas e Compactação do solo Manutenção de máquinas	Compactação do solo supressão de vegetação Risco de erosão Reduz a qualidade do solo reduzindo a taxa de infiltração e as características do solo. Contaminação dos solos	Negativa	Local	Reduzida	Baixo	Temporário	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Qualidade da água	Construção	Contaminação por microrganismos Alteração na biodiversidade e planctónica e piscícola das águas superficiais Gestão de recursos hídricos	Águas caracterizada como veiculo de doenças humanas e animais Perda da biodiversidade aquática Pressão sobre os recursos hídricos	Negativa	Reduzida	Baixo	Temporário	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2	Local
Qualidade do ar	Construção	Geração de ruídos e poeiras devido o funcionamento dos equipamentos, quer para o cultivo da terra ou para o processamento As emissões de poeira resultante da preparação de terras de agricultura durante a época seca. Emissões de (CO ₂ , SO ₂ , NO _x e PM) resultantes da queima de combustível fóssil nos equipamentos; Emissões de geradores de energia a diesel	Qualidade do ar trazendo doenças respiratórias nas zonas circunvizinhas aos projectos. O seu uso pode sequencial pode dar origem à trazem incomodo as comunidades mais próximas e trazer doenças oftalmológicas como a conjuntivite	Negativo	Local	Reduzida	Baixa	Temporária	Reversível	Pouco	Moderado	Prioridade 2



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Fase do subprojecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	G	H
Ruido	Construção	Geração de ruídos e poeiras devido o funcionamento dos equipamentos, quer para o cultivo da terra ou para o processamento Construção de infra- estruturas físicas	Emissões de ruído terá um impacto sobre a biodiversidade sensível ao ruído, como pássaros e outros Emissões de ruído terá um impacto sobre a biodiversidade sensível ao ruído, como pássaros e outros; - Qualidade de vida degradada nas zonas circunvizinhas aos projecto	Negativa	Local	Reduzida	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Gestão de resíduos	Construção	Má gestão de resíduos perigosos (resíduos de construção, os recipientes dos pesticidas, pesticidas obsoletos e as respectivas embalagens, produtos de limpeza. Limpeza do terreno para preparação de parcelas agrícolas.	Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem Compactação do solo, supressão de vegetação, e risco de erosão	Negativa	Local	Reduzida	Baixa	Média	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Habitat e vida selvagem terrestre	Construção	Gestão de recursos hídricos	Pressão sobre os recursos hídricos	Negativa	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Pouco	Moderado	Prioridade 2
Saúde e segurança Ocupacional	Construção	Manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas	Riscos de acidentes no local de trabalho durante as obras como quedas de pessoas e objectos cortantes.	Negativa	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Saúde e Segurança Pública	Construção	Propagação do vírus da Covid 19	Aumento da incidência da doença com o não observância das medidas de boi segurança.	Negativa	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Desequilíbrio de género no acesso ao trabalho	Construção	Desigualdade e falta de equidade no tratamento da questão de género Desequilíbrio de género no acesso ao trabalho devido as razões culturais, falta de acesso à informação, priorização de um género nas oportunidades, riscos de baixar a produtividade quando empegar o sexo feminino	Potencial de aumento de casos de violência baseada no género ou outra forma de desigualdade de género um dos grandes motivos é o ciúme, muitos maridos não permitem que as mulheres trabalhem por causa de terminarem o trabalho no fim do dia Desigualdade de oportunidades entre géneros Marginalização da mulher e pagamentos baixos e pagamentos baixos ao género feminino	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2

Aspecto ambiental/Social	Fase do subprojecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
Trabalho infantil	Construção	Trabalho infantil, ganancia do fazendeiro por lucro	Exacerbação da pobreza e crescente número de crianças sem educação Aumento do numero de casos de doenças ocupacionais e redução da idade de expectativa de vida.	Negativo	Local	Moderado	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Conflitos culturais, assédio sexual, transmissão de doenças sexuais	Construção/	Assédio sexual, transmissão de doenças sexuais devido a trabalhadores contratados que vivem em casas perto das comunidades por longos períodos Exploração e abuso sexual Trabalhadores rurais que vivem longe das suas famílias	Alta taxa de doenças de transmissão sexual Conflitos culturais com os trabalhadores expatriados ou trabalhadores vindos de outras partes do país Degradação dos valores morais locais,	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2

Legenda: N-Natureza; A-Âmbito; M-Magnitude; P-Probabilidade; D-Duração; R-Reversibilidade; S-Significância; GI-Grau de Impacto; H-Hierarquização

5.5. Fase de Operação

Tabela 17: Identificação, avaliação ambiental e social na fase de operação

Aspecto ambiental/Social	Fase do Projecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
Qualidade do solo	Operação	Uso excessivo de herbicidas / pesticidas Manutenção de máquinas Supressão da vegetação e risco de erosão	Redução e/ou eliminação da biodiversidade; Poluição atmosférica Eliminação da vegetação e exposição do solo aos agentes erosivos	Negativa	Regional	Moderada	Média	Média	Reversível	Significati	Moderado	Prioridade



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Fase do Projecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
Qualidade da água	Operação	Gestão dos recursos hídricos Produção de resíduos nos aviários Microrganismos patogênicos Reabilitação de infraestruturas de apoio a produção (armazém e pavilhões) Supressão da vegetação e risco de erosão	Pressão sobre os recursos hídricos Geração de resíduos químicos oriundos das dietas dos frangos com antibióticos, coccidiostatos ou larvicidas aplicadas na cama também podem ser encontrados em resíduos avícolas, que podem ser transportados pela água de chuva para os pontos mais baixos do terreno e rede de drenagem, afetando os cursos de água. As fezes de todos os animais contêm bactérias, que em contato com as fontes de água potável podem causar contaminação (Escherichia coli e Salmonella) Desperdício de água Assoreamento de corpos d'água próximos ao site	Negativa	Regional	Moderada	Média	Média	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Qualidade do ar	Operação	Manutenção de máquinas Produção de resíduos nos aviários Microrganismos patogênicos	Geração de resíduos sólidos (perigosos e não perigosos) trazem um cheiro forte que pode causar incomodo aos trabalhadores	Negativa	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Ruido	Operação	Geração de ruídos e poeiras devido o funcionamento dos equipamentos sem manutenção, quer para o cultivo da terra ou para o processamento Reabilitação de infraestruturas de apoio a produção (armazém e pavilhões)	Emissões de ruído terá um impacto sobre a biodiversidade sensível ao ruído, como pássaros e outros Qualidade do ar trazendo doenças respiratórias nas zonas circunvizinhas aos projectos.	Negativa	Local	Reduzida	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Gestão de Resíduos	Operação	Manutenção de máquinas Deficiente gestão de Resíduos agrícolas Má gestão de resíduos perigosos como recipientes de pesticidas e produtos de limpeza. Produção de resíduos nos aviários	Poluição atmosférica Contaminação dos solos e da água Exposição a produtos tóxicos Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem Potencial de poluir as águas superficiais e o lençol freático (amónia e nitratos). (Efeitos sobre a qualidade da água)	Negativa	Local	Reduzida	Média	Média	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Fase do Projecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
Habitat e vida selvagem terrestre	Operação	O desmatamento de áreas agrícolas, abertura de acessos e estradas, abertura para a rede de distribuição de energia estão entre as possíveis causas de impacto Geração de ruídos e poeiras devido o funcionamento dos equipamentos sem manutenção, quer para o cultivo da terra ou para o processamento Supressão da vegetação	Pressão sobre os recursos hídricos Emissões de ruído terá um impacto sobre a biodiversidade sensível ao ruído, como pássaros e outros Qualidade de vida degradada nas zonas circunvizinhas aos projectos	Negativo	Regional	Moderada	Média	Média	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Saúde e segurança Ocupacional	Operação	Perigos operacionais em local de trabalho Manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas	Pode causar entorses, luxações e fraturas Riscos de acidentes no local de trabalho como queimaduras, alergias aos insecticidas entre outros	Negativo	Local	Moderado	Baixo	Temporário	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Saúde e Segurança Pública	Operação	Propagação do vírus da Covid 19 Insectos e roedores Reabilitação de infraestruturas de apoio a produção (armazém e pavilhões) Elevado fluxo de pessoas em áreas do subprojecto (aumento de trabalhadores eventuais na fazenda)	Aumento da incidência da doença a falta do cumprimento das medidas de biossegurança Infestação de insectos e roedores devido ao Manuseio de volumes muito grandes de alimento de alta qualidade, esterco e mortalidades de aves que atraem rapidamente insectos e roedores Deposições dos entulhos que favorecem a multiplicação de vectores patogênicos: ratos, baratas, moscas, vermes, bactérias, fungos e vírus Aumento na incidência de doenças sexualmente transmissíveis (DST's) incluindo o vírus da imunodeficiência humana (HIV) e síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA)	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Desequilíbrio de género no acesso ao trabalho	Operação	Desigualdade e falta de equidade no tratamento da questão de género Desequilíbrio de género no acesso ao trabalho devido as: razões culturais, falta de acesso à informação, priorização de um género nas oportunidades, riscos de baixar a produtividade quando empegar o sexo feminino	Potencial de aumento de casos de violência baseada no género ou outra forma de desigualdade de género no momento da sacha em que o trabalho é efectuado por mulheres na sua maioria e este termina muitas vezes ao calar do dia. Desigualdade de oportunidades entre géneros; Marginalização da mulher e pagamentos baixos e pagamentos baixos ao género feminino.	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2

Aspecto ambiental/Social	Fase do Projecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
Trabalho infantil	Operação	Trabalho infantil, ganancia do fazendeiro por lucro	Exacerbação da pobreza e crescente número de crianças sem educação	Negativo	Local	Moderado	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Conflitos culturais, assédio sexual, transmissão de doenças sexuais	Operação	Conflitos culturais Assédio sexual, transmissão de doenças sexuais devido a trabalhadores contratados que vivem em casas perto das comunidades por longos períodos Exploração e abuso sexual Trabalhadores rurais que vivem longe das suas famílias	Alta taxa de doenças de transmissão sexual Conflitos culturais com os trabalhadores expatriados ou trabalhadores vindos de outras partes do país Degradação dos valores morais locais,	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2

Legenda: M-magnitude; A-abrangência; P- probabilidade; D-duração; R- reversibilidade; S- significância; GI- grau de impacto; H- hierarquização



6. MEDIDAS DE MITIGAÇÃO PROPOSTAS

Na tabela a seguir são enumeradas algumas medidas de mitigação para os principais impactos identificados, bem como as responsabilidades do proponente e do TSP.

Tabela 18: Identificação, avaliação e medidas de mitigação na fase de construção

Aspecto ambiental/Social	Impacto	Mitigação	Responsabilidade
Qualidade do solo	Compactação do solo	Acompanhamento do plano integrado de controle de pragas ou controle biológico	Proponente com apoio técnico do TSP
	supressão de vegetação	Redução dos níveis de adubos verdes (sideração)	
	Contaminação dos solos	capacitação dos trabalhadores para o uso adequado de defensivos agrícolas	
	Redução e/ou eliminação da biodiversidade	Uso de equipamentos apropriados para protecção das condições meteorológicas (vento e chuvas)	
	Exposição do solo aos agentes erosivos	Escolher o tempo certo para aplicação de fertilizantes para maximizar a absorção e minimizar o escoamento de nutrientes ou volatilização	
		Utilização de resíduos como fertilizante de forma correcta, pautando-se pelo balanço de nutrientes e da capacidade de suporte dos solos	
		Racionalização do uso de medicamentos e promotores de crescimento de acordo as com as recomendações técnicas	
	Não utilizar o resíduo como adubo quando as condições do solo não forem propicias (alta humidade)		
	Manter distancias sanitárias e barreiras físicas (vegetação) ao redor das áreas receptoras de adubos.		



<p>Qualidade da água</p>	<p>Águas caracterizada como veiculo de doenças humanas e animais</p> <p>Perda da biodiversidade aquática</p> <p>Pressão sobre os recursos hídricos</p> <p>Geração de resíduos químicos oriundos das dietas dos frangos com antibióticos, coccidiostatos ou larvicidas aplicadas na cama que transportados pela água de chuva para os pontos mais baixos do terreno e a rede de drenagem, afeta os cursos de água.</p> <p>As fezes de todos os animais contêm bactérias, que em contato com as fontes de água potável podem causar contaminação</p>	<p>Assegurar a humidade do solo apropriado por um controlo activo da humidade do solo.</p> <p>Correcta gestão de substâncias perigosas e acompanhamento das Diretrizes Gerais de SSMA do IFC.</p> <p>Correcto tratamento de efluentes e disposição de resíduos no solo como fertilizantes</p> <p>Correção no sistema hidráulico nas instalações da fazenda e no uso do recurso para higienização</p> <p>Utilização de tecnologias nutricionais a fim de diminuir a excreção de elementos impactantes</p>	<p>Proponente com apoio técnico do TSP</p>
<p>Qualidade do ar</p>	<p>Geração de resíduos sólidos (perigosos e não perigosos) trazem um cheiro forte que pode causar incomodo aos trabalhadores</p> <p>O uso de equipamentos em manutenção pode dar origem à degradação da do ar causando fumo</p> <p>O pó gerado nas instalações avícola contém bactérias que afetam a qualidade microbiológica do ar dentro e fora dos pavilhões</p> <p>Libertação dióxido de sulfuroso, óxido nítrico, cinzas e odores</p>	<p>Aplicar técnicas sustentáveis de cultivo que favoreçam a matéria orgânica (rotação, sementeira directa)</p> <p>Realizar formações/capacitações dos trabalhadores sobre o uso de fertilizantes no solo.</p> <p>Acções de reutilização e redução de resíduos (conforme o plano de gestão de resíduos).</p> <p>Cultura de separação dos resíduos perigosos e não perigosos</p> <p>Evitar a selecção de áreas com elevados valores de biodiversidade, tais como habitats críticos ou naturais, zonas com altos valores de conservação.</p> <p>Capacitação do uso de equipamentos apropriados para protecção das condições meteorológicas (vento e chuvas).</p> <p>Cultura de separação dos resíduos perigosos e não perigosos</p>	<p>Proponente com apoio técnico do TSP</p>



	<p>Produção de amónia (NH₃), gás mais nocivo produzido em pavilhões de frangos além de afetar a saúde das aves⁸</p> <p>Produção de os odores dos pavilhões de frangos resultantes da degradação microbiana de uma variedade de compostos orgânicos da cama dos frangos, incluindo as fezes</p> <p>Nos humanos aumento da frequência respiratória, asfixia, irritabilidade das mucosas, membranas e olhos, náuseas depressão do sistema nervoso.⁹</p>	<p>Manuseamento adequado de resíduos e embalagens (de pesticidas, fertilizantes, plásticos e outros) não deverão ser queimados, estes devem ser armazenados em locais apropriados e devidamente descartados. (acções de capacitação).¹⁰</p> <p>Aproveitamento dos resíduos como fertilizantes de forma menos impactante (incorporação do solo)</p> <p>Correcto Manuseio dos sistemas de tratamento de água para que estes não sejam fontes de emissão de gases e odores</p>	
Gestão de Resíduos	<p>Poluição atmosférica</p> <p>Contaminação dos solos e da água</p> <p>Exposição a produtos tóxicos</p> <p>Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem</p> <p>Potencial de poluir as águas superficiais e o lençol freático (amónia e nitratos). (Efeitos sobre a qualidade da água)</p>	<p>Assegurar que todas as embalagens de pesticidas e herbicidas são recolhidas do campo após o seu uso, e que estão devidamente armazenados até o descarte final</p> <p>Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos;</p> <p>Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem (conforme o plano de gestão de resíduos).</p>	Proponente
Habitat e vida selvagem terrestre	<p>Pressão sobre os recursos hídricos</p> <p>Emissões de ruído terá um impacto sobre a biodiversidade sensível ao ruído, como pássaros e outros</p>	<p>Recuperação da flora e fauna nativa em áreas específicas da fazenda</p> <p>Estabelecer e respeitar recessos e zonas-tampão em áreas ribeirinhas</p>	Proponente

⁸ Fonte: https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/publications/publications_policy_ehs_annual_crop_production

⁹ Adaptado da fonte <https://pt.engormix.com/avicultura/artigos/matriz-impacto-ambiental-aves-t37374.htm>

¹⁰ Fonte: as directrizes do EHS do WBG



	Qualidade de vida degradada nas zonas circunvizinhas aos projectos	Seguir minuciosamente o plano integrado de controle de pragas ou controle biológico; Redução dos níveis de adubos verdes (sideração) capacitação dos trabalhadores sobre o uso adequado de defensivos agrícolas	
Saúde e segurança Ocupacional	Pode causar entorses, luxações e fraturas Riscos de acidentes no local de trabalho como queimaduras, alergias aos insecticidas entre outros	Educar os agricultores para que adoptem boas práticas com base nas técnicas de Manuseio de pragas, Não uso de pesticidas químicos a menos que seja recomendado pelos técnicos autorizados Usar vestuário de protecção apropriado, tais como: camisa de mangas compridas, calças compridas, chapéu, luvas e botas; Manter no local material para prestar os primeiros socorros (por exemplo: soro antiveneno). o pessoal treinado deve estar disponível para os procedimentos de evacuação de emergência (conforme os planos de emergência) Implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional (PHSST); Garantir o abastecimento de água adequado para responder ao consumo dos trabalhadores	Proponente com apoio técnico do TSP
Saúde e Segurança Pública	Aumento da incidência da doença a falta do cumprimento das medidas de biossegurança. Infestação de insectos e roedores devido ao Manuseio de volumes muito grandes de alimento de alta qualidade, esterco e mortalidades de aves que atraem rapidamente insectos e roedores Deposições dos entulhos que favorecem a multiplicação de vectores patogênicos: ratos, baratas, moscas, vermes, bactérias, fungos e vírus.	Promover acções de sensibilização para o cumprimento das medidas de biossegurança para a não propagação do vírus Covid 19 Promover acções de sensibilização para trabalhadores e seus dependentes sobre HIV/SIDA (uso de preservativos) e outras doenças sexualmente transmissíveis e outras doenças como a malária. Implementação do plano de gestão de resíduos	Proponente com apoio técnico do TSP



<p>Desequilíbrio de gênero no acesso ao trabalho</p>	<p>Potencial de aumento de casos de violência baseada no género ou outra forma de desigualdade de género do dia.</p> <p>Desigualdade de oportunidades entre géneros</p> <p>Marginalização da mulher e pagamentos baixos e pagamentos baixos ao género feminino.</p>	<p>Promover o recrutamento de mão-de-obra feminina, tanto para trabalhos especializados ou não.</p> <p>Promover encontros de sensibilização das comunidades locais a aderirem a encontros de reflexão e análise da evolução da situação social, económica e cultural da mulher rural nas suas múltiplas dimensões, incluindo assuntos relacionados co a violência baseada no género.</p> <p>Supervisão dos contratos das pessoas que trabalham na fazenda de forma a garantir o cumprimento das normas trabalhistas estabelecidas na lei geral de trabalho e nas normas de OIT (Organização Internacional de Trabalho) e previstos no plano de Negócios</p>	<p>Proponente</p>
<p>Conflitos culturais, assédio sexual, transmissão de doenças sexuais</p>	<p>Alta taxa de doenças de transmissão sexual</p> <p>Conflitos culturais com os trabalhadores expatriados ou trabalhadores vindos de outras partes do país</p> <p>Degradação dos valores morais locais</p>	<p>Sensibilizar os trabalhadores e as comunidades a melhorar os sistemas tradicionais de agricultura com agricultura melhor adaptada ao clima e solo e mais produtiva, com sistemas de irrigação eficiente</p> <p>Construção de pequenos espaços separados (homens e mulheres) com material local e com mínima comodidade, para albergar os trabalhadores durante os períodos de descanso.</p> <p>Sensibilização sobre o mecanismo de reclamação e denúncia contra a EAS/AS do PDAC 11</p> <p>Sensibilização dos trabalhadores sobre os hábitos culturais locais, os valores morais e doenças transmissíveis sexualmente; assédio sexual;</p> <p>Sensibilização sobre as medidas disciplinares claras para situações de assédio sexual</p>	<p>Proponente, Administração Local com o apoio da BRLI-SIRIUS</p>

¹¹ <https://pdac.co.ao>



<p>Condições de habitabilidade</p>	<p>A falta de condições mínimas uma cama e um espaço condigno para os trabalhadores se acomodar pode trazer problemas ergonómicos como dores lombares</p> <p>As portas e janelas deverão ter redes anti mosquito para evitar a propagação da malária</p> <p>Assedio sexual nas acomodações</p>	<p>As acomodações devem ter portas e janelas, um colchão e um tecto sem infiltração</p> <p>A colocação de redes nas janelas evita a propagação de doenças como a malária</p> <p>As acomodações devem ser separadas por género da mesma forma as casa de banho</p>	<p>Proponente</p>
---	--	---	-------------------

Os relatórios de visitas de constatação devem indicar o cumprimento das normas ambientais e especificações no subprojecto a ser supervisionado pelos TSP e a UIP, juntamente com as penalidades para que se evite o não cumprimento por parte dos proponentes, empreiteiros ou trabalhadores. A supervisão ambiental e social requer o cumprimento das especificações do deste PGAS por parte do proponente ou do seu supervisor ambiental designado. Os empreiteiros também são obrigados a cumprir com os regulamentos nacionais e municipais que regem o meio ambiente, saúde e segurança pública.

7. PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Esta secção inclui os programas de gestão definidos para o presente subprojecto, nomeadamente:

- Programa de Gestão de Resíduos e Efluentes;
- Programa de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional;
- Programa de Gestão de Pragas
- Plano de prevenção da COVID-19
- Plano de formação e capacitação dos trabalhadores.

7.1. Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes

Os principais resíduos produzidos na fazenda são:

- Resíduos Orgânicos (restos de culturas, restos de comida);
- Resíduos Agroquímicos (fertilizantes);
- Resíduos de Construção e demolição;
- Plásticos (sacos plásticos, garrafas pet);
- Metais (latas de tintas e refrigerantes).

O proponente deve separar os resíduos perigosos dos não perigosos, acondicionando-os e armazenando-os em função da sua natureza.

Para fazer gestão de resíduos as empresas devem seguir a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Tabela 19: Resíduos gerados na fazenda João Quiteque

Actividade	Resíduos gerados	Estado	Forma de acondicionamento	Classificação
Produção Agrícola: Milho	Palha, folhas, troncos, poda, matéria orgânica;	Sólido	Containers	Não perigosos
	Embalagens de fertilizantes, sacos plásticos ou de nylon;			Não perigosos
	Embalagens de agrotóxicos (herbicidas);	Sólido	Containers	Perigosos
	Equipamentos de Protecção Individual usados			Perigosos
	Resto de alimentos e frutas;	Sólido		Não perigoso

Actividade	Resíduos gerados	Estado	Forma de acondicionamento	Classificação
Administrativo (Escritório e residências)	Papel A4		Contentor de plástico	
	Plásticos e Embalagens			Não perigoso
Área de serviço (cozinha e banheiros)	Restos de alimentos e frutas;	Sólido	Contentor de plástico	Não Perigosos
	Plásticos/Embalagens			Não Inertes
	Papel higiênico, Papel toalha			Perigosos
Máquinas e veículos agrícolas	Fusível	Sólido	Containers	Perigosos
	pneus		Caçambas	
	óleos e lubrificantes.		Tambores ou bombonas	
Depósito (Armazém)	Fertilizantes, produtos químicos em uso	Sólido	Containers	Perigosos
	Ferramentas			Perigosos
	Sobra de Material de construção: tintas, solventes		Caçambas	Perigosos
	Embalagens vazias - nylon, sacos plásticos e agrotóxicos		Containers	Perigosos
	Lâmpadas, pilhas a baterias		Bombonas	Perigosos
	Equipamentos de Protecção Individual (EPI's) usados		Containers	Perigosos
	Resíduos de Construção		Caçambas	Perigosos
Ração, aves mortas	Resíduos Orgânicos	Sólido	Compostagem	Perigosos
Acumulo de água na cama tornando-a empastada.	resíduos de cascão	Pastoso	Reciclagem	Inerte
lavagem de Pavilhões	Água contaminada com Esterco de animais, geração de odores	Efluente Líquido	Disposição no solo após estabilização	Não perigoso

7.1.1. Implementação do PGR (Acções, responsabilidades)

- **Redução na fonte geradora**

A redução consiste em diminuir os insumos utilizados na fazenda e tem como objectivo eliminar a maior quantidade possível de resíduos ainda na fonte de geração. Para tal, o proponente deverá:



Realizar campanhas de sensibilização aos trabalhadores sobre redução do consumo de embalagens, bem como do reaproveitamento dos resíduos gerados. Esta sensibilização deverá ser feita pelo proponente com o apoio do especialista ambiental e social do TSP;

- **Uso de cartazes para sensibilização**

Usar recipientes grandes e / ou sistemas a granel para combustíveis, óleos, fertilizantes e produtos químicos para reduzir o volume de recipientes de resíduos;

Reutilizar os resíduos orgânicos no processo produtivo, incorporando os restos vegetais no solo

- **Acondicionamento**

Esta etapa tem início logo após a geração dos resíduos sólidos e tem como propósito prepará-los de forma correcta para a recolha e transporte interno. O acondicionamento reduz o risco à exposição aos resíduos, facilita a recolha e transporte interno, minimiza o impacto visual, minimiza o odor que possa ser gerado e evita a proliferação de vectores de doenças.

Os acondicionamentos dos resíduos deverão ser acondicionados em baias, que permitem a separação dos mesmos dentro da fazenda. As baias são uma espécie de cômodos que acomodam os resíduos, identificando-os por suas tipologias (. O fazendeiro deve organizar na sua propriedade rural baias para depósito temporário de resíduos, antes de destinar para reciclagem ou destinação final. Os recipientes utilizados para facilitar o Manuseio dos resíduos nestes locais de acomodação são tambores, baldes, pequenos contentores.

As baias de acondicionamento devem ter acesso facilitado, para que a recolha e transporte de resíduos sejam realizados. Outras práticas são a sinalização do resíduo, distribuição dos locais de acomodação pela exploração, manutenção e troca dos sacos e outros recipientes.

- **Recolha e transporte interno**

É a operação de recolha dos resíduos lá onde são gerados e acondicionados, seguida do transporte até um local de armazenamento temporário. Recomenda que sejam observados alguns aspectos como: frequência da recolha, período e distância de transporte da área de armazenamento e quantidade de resíduos a recolher por dia. Por envolver processos manuais destaca-se a importância do uso de EPI's (Equipamento de protecção individual), o treinamento e capacitação dos colaboradores que irão realizar a actividade e as boas condições das ferramentas e equipamentos de transporte.

- **Armazenamento interno**

Consiste em armazenar os resíduos transportados internamente para locais próprios e adequados, de fácil acesso e em pontos estratégicos para conservar os resíduos até o momento da recolha e transporte externo para a destinação final, sem que se altere suas classificações e de forma que sejam minimizados os riscos de danos ambientais. Nesta etapa de armazenamento temporária podem ser exploradas inúmeras acções, trazendo benefícios tanto financeiro quanto de impacto ambiental, reduzindo volume de resíduo gerado para o aterro sanitário. Como a exemplo de implementação de controle nos resíduos de construção civil, implementação de contentores para acomodar resíduos de vidro.



- **Tratamento e disposição final**

Existem tratamentos de resíduos sólidos que servem para reduzir o volume, diminuir o potencial poluidor e transformar os resíduos em novos produtos. O ideal é que sejam dispostos nos aterros sanitários somente os rejeitados, ou seja, resíduos em que todas as possibilidades de tratamento já foram esgotadas.

7.1.2. Descartes de resíduos na fazenda

- **Descarte de Pneus**

Deve-se definir um local adequado para o seu armazenamento e assim poder mandar para a reciclagem ou direcioná-lo para pontos de recolhimento. O local deverá ser coberto e bem identificado.

- **Descarte de óleo lubrificante queimado**

Todo óleo lubrificante usado ou contaminado deverá, obrigatoriamente, ser recolhido e terá um destino adequado, de forma a não afectar negativamente o meio ambiente. Todo produto que esteja contaminado com óleo queimado deve ter uma destinação correcta.

Outras acções que o proponente deve levar a cabo na gestão de resíduos são:

- Recolher todas as embalagens de pesticidas e herbicidas do campo após o seu uso, e armazenar devidamente até o descarte final;
- Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos;
- Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem;
- Gerir os resíduos sólidos de acordo com as Diretrizes Gerais de SSMA do IFC ou legislação local aplicável.
- Sempre que possível usar recipientes a granel para combustíveis, óleos, fertilizantes e produtos químicos para reduzir o volume de resíduos resultantes de recipientes ou embalagens.
- Gerir pesticidas expirados e indesejados como resíduos perigosos seguindo as Diretrizes Gerais de SSMA da FAO para a gestão de pequenas quantidades de pesticidas indesejados e obsoletos.

7.1.3. Procedimentos para a gestão de resíduos e efluentes¹²

A avicultura concentra diversos resíduos, que se manuseados de forma inadequada permitirão a presença de uma alta carga de nutrientes poluentes para o meio ambiente. O trabalho aborda os aspectos dos resíduos gerados nos aviários e os cuidados necessários no seu Manuseio. É necessário conhecer e adotar de medidas mitigadoras para reduzir os riscos de contaminação do meio ambiente e qualidade de vida da comunidade. Entre os resíduos gerados destacam-se a cama, poeira, odor, água de lavagem e carcaças de aves. O planeamento e a capacitação do pessoal no Manuseio adequado da cama e das aves mortas são ações que contribuem para redução do impacto ambiental negativo do empreendimento.

¹² RONDÓN, 2008

Os resíduos dos aviários podem ser tanto um recurso como um poluente, no entanto, o Manuseio adequado destes resíduos com altos conteúdos de nutrientes possibilita impacto ambiental mínimo. Assim, a implementação de um Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes garantirá que estes resíduos não serão descartados de forma inadequada.

7.1.3.1. Segregação Dos Resíduos ¹³

A segregação é a etapa da gestão dos resíduos mais importante, porque garante a organização e a segurança durante o manuseio e o armazenamento dos resíduos, bem como e seu destino de forma correcta e otimizada.

A segregar consiste em separar os resíduos essencialmente de acordo com a sua característica e classe. A separação para este caso tem que ser feita entre os seguintes resíduos:

- Perigosos e não - perigosos;
- Sólidos (como papéis, plásticos ou panos sujos),
- Líquidos (como solventes sujos, óleos queimados ou soluções de fonte usadas)

Recomenda-se que a separação do resíduo seja feita no local onde é gerado. Cada sector deverá segregar os seus resíduos para facilitar os colaboradores da limpeza evitando assim a contaminação ou mistura dos mesmos.

O acondicionamento deverá ser feito em recipientes devidamente identificados de acordo com a sua natureza. Para tal, poderão ser feitas pilhas próximas aos locais de origem para posterior ser transportadas para seu acondicionamento. Recomenda-se que essa segregação seja feita ao término de um serviço específico, preferencialmente por quem realizou o serviço, com o intuito de assegurar a qualidade do resíduo (sem contaminações) potencializando a sua reutilização ou reciclagem. Para facilitar o processo de segregação de resíduos pode-se utilizar o código de cores.



Figura 7: segregação de resíduos

¹³ Fonte: <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/456bbb17-b961-45b3-b0a7-c1bd1c7163e0/1-6%2BWaste%2BManagement.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nPtgEW>

A segregação adequada evita mistura de resíduos incompatíveis e reacções químicas indesejadas, aumentando a possibilidade de reutilização, reciclagem e segurança no manuseio dos resíduos. Esta prática contribuirá para evitar que os resíduos e alguns materiais se espalhem, gerando contaminação promovendo a desorganização, odores desagradáveis e poluição visual.

A fazenda deverá fazer a segregação dos resíduos conforme a tabela abaixo:

Tabela 20: Segregação de Resíduos

Resíduos	Locais de geração	Manuseio
Papel ou cartão; Plástico; Vidro; Metal; Entulho.	Local da Obra	Separação por tipo em Containers
Águas contaminadas com óleos lubrificantes, combustível e aditivos.	Estacionamento de Veículos	Separação primária por sistema de separação óleo/água Óleo encaminhar para reciclagem
Resíduos orgânicos e Restos de alimentos.	Refeitório e dormitórios.	Armazenar em local adequado Encaminhar para empresa licenciada para recolha de resíduos
Resíduos de construção	Obras de Construção	Armazenar em caçambas
carcaças de animais mortos	Aviários	compostagem

7.1.3.2. Identificação e Acondicionamento

O acondicionamento inicia após a geração dos resíduos que consiste na preparação dos resíduos sólidos para a recolha, de forma adequada com o tipo e a quantidade de resíduos. A importância do acondicionamento adequado está em:

- Evitar acidentes;
- Evitar a proliferação de vectores;
- Minimizar o impacto visual e olfactivo;
- Reduzir a heterogeneidade dos resíduos;
- Facilitar o processo de recolha.

A escolha do recipiente dependerá das características dos resíduos, das quantidades geradas, periodicidade e tipo de transporte, necessidade ou não de tratamento e da forma de disposição a ser adoptada. Desta forma em função dos resíduos gerados, os recipientes devem observar os seguintes critérios mínimos:

- Ser construído com material compatível com os resíduos;
- Serem herméticos, para evitar derramamento ou exposição dos resíduos;
- Apresentar resistência física a pequenos choques que possam ocorrer durante o manuseio;
- Ser durável;
- Ser compatível com o equipamento de transporte, em termos de forma, volume e peso;
- Serem económicos, de maneira que possam ser adquiridos com facilidade;
- Não produzir ruídos excessivos ao serem manuseados.

Existe uma gama variada de recipientes para o acondicionamento de resíduos sólidos. Normalmente são utilizados sacos plásticos, latas ou baldes, caixas e contâmines.

Para este caso poderão ser usados dois tipos de recipientes: os de pequena capacidade, instalados próximo aos pontos de geração e os de grande capacidade, instalados na área de armazenamento de resíduos da obra e deverão ter as seguintes características:

- Tambor de plástico de 200 litros para resíduos sólidos sem características corrosivas;
- Big Bags plásticos, que são sacos de polipropileno trançado, de grande capacidade de armazenamento, quase sempre superior a 1 m³;
- Containers de plástico, padronizado nos volumes de 1.100 ou 1.600 litros, para resíduos que permitem o retorno da embalagem;
- Caixa de papelão de porte médio até 50 litros para resíduos a serem incinerados.



Figura 8: Recipiente de pequeno/médio porte para acondicionamento dos resíduos.

Os recipientes usados para acondicionamento dos resíduos deverão estar devidamente identificados por cores ou símbolos, para uma gestão eficaz dos mesmos. Para tal, deve-se adotar os seguintes adesivos com símbolos informativos com referência dos resíduos a serem depositados por contentor.

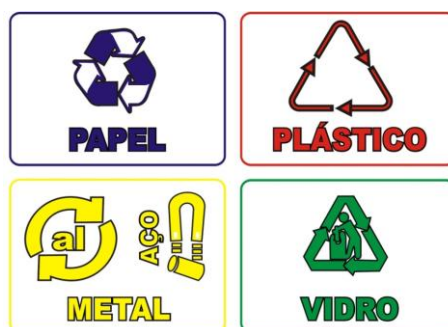


Figura 9: Adesivo para a identificação de Resíduos

7.1.3.3. Armazenamento De Resíduos

O armazenamento de resíduos é entendido como a permanência temporária de resíduos em área autorizada e identificada a espera de reciclagem, recuperação, tratamento final. Os locais destinados para armazenamento dos resíduos devem ser instalados a uma distância mínima de duzentos metros dos cursos de água.



MINAGRIF/PDAC



Na escolha da área onde o resíduo vai ser depositado temporariamente, devem ser observados os seguintes itens:

- O local deve ser projectado para que o risco de contaminação ambiental seja mínimo;
- Deve ser de fácil acesso para os equipamentos de transporte;
- Deve ter acesso limitado e sinalização;
- Os resíduos devem estar devidamente identificados e dispostos em áreas separadas;
- O piso deve ser impermeabilizado e com drenagem para uma Estação de Tratamento de Águas (ETA);
- Os resíduos de diferentes classificações não devem ser armazenados próximos;
- O local deve ser coberto, dependendo do tipo de resíduo armazenado;
- O local deve ser ligeiramente afastado de áreas administrativas;
- Deverá ser controlada a direcção predominante dos ventos para evitar problemas de odor;
- A instalação deverá possuir equipamentos de segurança e protecção individual compatíveis com os resíduos e com as possíveis emergências.

Ainda sobre a selecção do local de armazenamento, devem ser considerados os seguintes factores:

- Uso do solo;
- Topografia;
- Geologia;
- Recursos hídricos;
- Acesso;
- Área disponível;
- Meteorologia.

Mesmo se adoptando técnicas adequadas, os locais de armazenamento de resíduos estão sujeitos a diversos tipos de acidentes. Os acidentes mais frequentes são os incêndios, derrames e fugas. Em virtude da possibilidade destes acidentes com resíduos, a empresa deve desenvolver um Plano de Emergência, definido como um conjunto de instruções e acções pré-estabelecidas a serem imediatamente adoptadas em caso de acidentes. A correcta identificação de cada contámine ou recipiente de resíduos é fundamental para uma gestão adequada.



7.1.3.4. Recolha e Transporte de Resíduos

De acordo com o art.º 20 e 21 do Decreto Presidencial n.º 190/12, qualquer resíduo gerado no decurso ou em consequência das actividades realizadas, tem de ser recolhido, manuseado e transferido de forma segura e de acordo com os requisitos legais e orientações praticáveis.

Os resíduos da obra devem ser transportados por um transporte externo, onde resíduos serão recolhidos e transferidos:

- Apenas por pessoas ou entidades devidamente autorizadas pelo órgão responsável (MINAMB);
- De uma forma que garanta que os materiais são adequadamente acondicionados para o transporte e que todos os contentores de resíduos são adequadamente rotulados para fins de armazenamento e transporte;
- O resíduo durante o transporte deve estar protegido de intempéries, assim como deve estar devidamente acondicionado para evitar que se espalhe na via pública;
- Utilizando um sistema de Notas ou Fichas para Transporte e Deposição de Resíduos assinadas para documentar os detalhes de cada carregamento de resíduos. Cada nota fornecerá uma descrição do carregamento de resíduos, que permitirá ao seu receptor eliminá-lo ou tratá-lo em segurança;
- Manter registos de todos os resíduos transferidos.

Para uma recolha eficiente, cada contentor de resíduos que saia de um local do projecto deverá:

- Estar rotulado de forma clara com a descrição do resíduo que contém. Quaisquer rótulos ou marcas antigas deverão ser completamente removidos ou totalmente tapados para evitar confusão quanto ao seu conteúdo;
- Estar em boas condições e sem fugas (adequadamente selado com uma tampa);
- Ser o mais indicado para os resíduos que contém;
- Não emitir quaisquer gases nocivos ou gerar calor.

Os resíduos devem ser colocados de forma correcta nos veículos que fazem o transporte para a unidade de armazenamento, tratamento e destino final de forma a manter a carga íntegra e evitar derrame durante o trajeto.

De forma a confirmar o transporte e a transferência adequada de cada carregamento a partir do local de origem até ao destino final em instalações autorizadas, deverá ser adoptado um sistema de notas de consignação para o transporte e deposição de resíduos. Cada vez que os resíduos passam de um agente autorizado para outro, o receptor terá de assinar o formulário para acusar a recepção dos mesmos em segurança, ficando uma cópia com a pessoa que entrega os resíduos. No ponto de tratamento ou eliminação final o formulário será assinado por uma pessoa autorizada nas instalações licenciadas e uma cópia do formulário será devolvida ao local de origem como prova da recepção em segurança da consignação no local de destino.

Somente as entidades contratadas para o tratamento de resíduos que consigam apresentar a autorização necessária do Ministério do Ambiente (MINAMB) para o transporte do tipo particular de resíduos deverão ser consideradas para o transporte dos mesmos.

7.1.3.5. Regras de Transporte de Resíduos

O manuseamento dos resíduos e dos contentores requerem que os seus operadores sejam bem orientados e adoptem cuidados mais exigentes quanto ao grau de perigosidade dos resíduos. Em grande parte dos casos de contacto directo com o resíduo justifica-se a utilização de luvas e mascaras.

Embalagens com resíduos líquidos e pastosos devem ser manuseadas, transportadas e armazenadas com a tampa virada para cima. Deve-se ter atenção a todos os equipamentos depositados como resíduos em contentores, que sejam susceptíveis de conter líquidos, uma vez que estes devem ser previamente drenados para bidões específicos.

7.1.3.6. Tratamento e Destino Final dos Resíduos

Os resíduos que não se reutilizam nem se reciclam têm de ser eliminados de forma adequada para minimizar qualquer impacto potencial sobre a saúde humana e sobre o ambiente.

É de responsabilidade do gerador o destino dos resíduos produzidos na sua fazenda, isto é, o gerador tem a obrigação de contratar uma empresa certificada pela Agência Nacional dos Resíduos que se encontra sob tutela do Ministério do Ambiente.

Consoante a tipologia identificada de resíduos, o melhor destino para o empreendimento seria a reutilização, a reciclagem bem como aterro sanitário.

Tabela 21: Metodologia de destino final para resíduos

Código/cor	Categoria do resíduo	Tipo de resíduos	Tratamento
RSNP	Resíduos Sólidos Não Perigosos	Papel, cartão	Deposição em aterro de resíduos não perigosos
RMNP	Resíduos Metálicos Não Perigosos	Pedaços de tubos e outros resíduos metálicos	Reciclagem
RNP	Resíduos Não Perigosos – Plástico	Garrafa de água de plástico, e outros plásticos	Reciclagem e/ou Deposição em aterro de resíduos não perigosos

7.1.3.7. Descarte de Fertilizantes e pesticidas é feito da seguinte maneira:

O descarte é feito em cinco passos abaixo garantem que o descarte das embalagens de agrotóxicos seja feito da forma correta:

- **Lave bem as embalagens**

É necessário, primeiro, esvaziar completamente as embalagens no tanque do pulverizador. Depois, deve-se adicionar água limpa em até um quarto do volume do frasco, tampe e agite por 30 segundos. Esta água também deve ser jogada no tanque do pulverizador. Repita a operação três vezes. Ela é chamada de tríplice lavagem.

- **Corte e faça furos para torná-las inutilizáveis**

Após passarem pelo processo da tríplice lavagem, todas as embalagens devem ser inutilizadas (danificadas para que não sejam usadas como recipiente novamente). Para isso, corte o fundo da embalagem ou faça furos no fundo, atentando para ter a certeza de que ela não terá mais utilidade.

- **Leve a embalagem a um lugar apropriado**

Armazene os frascos lavados e inutilizados em um local adequado e verifique com o revendedor do produto se ele pode recolher as embalagens, ou se você deve levá-las até um local indicado, geralmente um posto de recebimento ou na própria loja, respeitando a exigência de até um ano.

- **Devolução de recipientes**

Todos os recipientes devolvidos – diretamente ou através da revenda – devem seguir para uma central de recebimento. As embalagens passam por um novo tratamento e de lá, seguem em blocos compactados e prensados para as fazendas recicladoras.

7.1.3.8. Procedimento para gestão de efluentes

A grande diversidade das actividades agrícolas ocasiona durante o processo produtivo, a geração de efluentes, os quais podem contaminar o solo e a água, sendo preciso observar que nem todas as fazendas geram efluentes com poder impactante nesses dois ambientes.

- As águas residuais das instalações sanitárias não devem ser escoadas para os cursos de água locais;
- Em caso de água contaminada com óleos e/ou combustíveis ou outros poluentes não poderão ser descarregadas para o sistema de drenagem nem no solo.

7.1.4. Cronograma de Acções e Responsabilidades na Gestão de Resíduos

Tabela 22: Cronograma de Acção e Responsabilidades na Gestão de Resíduos

Acções	Descrição das acções	Responsabilidades	Cronograma
Reciclar os resíduos e outros materiais orgânicos deixando os materiais no local	Compostagem (e espalhamento).	Proponente	Fim do ciclo de cada cultura
Prevenção e controle de potenciais impactos resíduos não agrícolas ou resíduos perigosos dos sistemas de produção (por exemplo, recipientes de pesticidas, resíduos, pesticidas e embalagens)	Recolher do campo após o uso, todas as embalagens de pesticidas e herbicidas e armazenar devidamente até a disposição final. Não queimar embalagens, plásticos ou outros resíduos sólidos; Fazer a gestão dos resíduos sólidos de acordo com as Directrizes EHS; Utilizar grandes recipientes e/ou sistemas a granel para combustíveis, óleos, fertilizantes e produtos químicos para reduzir o volume de resíduos recipientes	Proponente com apoio do TSP BRLI/SIRIUS	Início da instalação das culturas



	Examinar formulações e embalagens alternativas de produtos (por exemplo, material biodegradável). Gerir os pesticidas vencidos e indesejados como resíduos perigosos de acordo com Directrizes EHS e da FAO a Gestão de pequenas quantidades de pesticidas indesejados e Obsoletos.		
Capacitação/treinamento do pessoal	Indicar as acções de capacitação e treinamento previstas	Proponente com o apoio do TSP BRLI/SIRIUS	

7.2. Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional

Os agricultores desenvolvem diariamente diversos trabalhos de preparação das operações culturais, manuseamento de produtos fitofarmacêuticos, de armazenamento e de manutenção de equipamento. Simultaneamente, desenvolvem também operações culturais (sementeiras, sachas manuais, mecânicas e químicas, amontoas, colheitas, rega), que se concretizam com condução de veículos e máquinas agrícolas, manuseio de animais, movimentação manual de cargas, manuseamento de substâncias perigosas e produtos tóxicos, permanente exposição às condições climáticas por se realizar ao ar livre e força muscular considerável.

Como resultado do trabalho desenvolvido nesta actividade, existem riscos de atropelamento, de esmagamento, de quedas, de lesões dorso-lombares, de intoxicações, ferimentos e outros perigos tais riscos de incêndios.

7.2.1. Principais causas de acidente no campo

As principais causas de acidentes estão descritas abaixo, com as possíveis acções para evitar a ocorrência dos mesmos:

- Falta de treinamento para lidar com máquinas agrícolas e agrotóxicos;
- Inexistência, em muitos casos, de equipamentos adequados de protecção individual e coletiva;
- Gestão e contenção de animais;
- Exposição ao sol; etc.

É comum verificarmos em áreas cultivadas, trabalhadores rurais aplicando produtos de várias classes tóxicas. Deve manter-se um registo de acidentes ocupacionais na fazenda e uma análise da causa raiz desses acidentes para identificar acções corretivas destinadas a evitar a recorrência.

cológicas sem camisas, de shorts, descalços ou com simples sandálias de dedo.

O presente PHSST prevê as seguintes acções:

- Identificação/Mapeamento dos riscos;
- Levantamento e aquisição dos Equipamentos de Protecção Individual (EPI) necessários;
- Promoção de formações/treinamentos regulares aos trabalhadores;



- Padronização das actividades previstas no processo produtivo;
- Criar um sistema de Registo e Documentação dos acidentes ocorridos na fazenda;
- Definição de equipas de trabalho;
- Registo de acidentes ocupacionais, acções preventivas e correctivas (anexo VI. Ficha de Registo de acidentes e não conformidades)

7.2.2. Identificação e Mapeamento dos riscos

É importante que o fazendeiro faça um mapeamento dos riscos da decorrentes da actividade da sua fazenda, para que todos eles sejam contemplados no plano de higiene, saúde e segurança ocupacional.

No caso desta fazenda agrícola são identificados os riscos físicos, risco de incêndio e os riscos biológicos e riscos químicos.

Os riscos físicos compreendem os operacionais e no local de trabalho e as máquinas e veículos. Os primeiros (operacionais e no local de trabalho) compreendem os seguintes:

- Entorses, luxações e fraturas;
- Dor lombar ou quadril e dor no joelho, gastrointestinal;
- Excesso de exposição ao ruído, vibração e condições climáticas extremas ou adversas pode causar problemas nas mãos ou braços, ou perda de audição.

Para que estes riscos sejam minimizados ou amenizados o fazendeiro deve implementar as seguintes acções:

De acordo com das orientações gerais EHS

Os trabalhos com máquinas, tractores e veículos expõe os operadores a vários riscos, dos quais se destacam:

- Reviramento/capotamento;
- Quedas de pessoas;
- Entalamento/esmagamento;
- Cortes;
- Ruído e vibrações;
- Colisão com outras máquinas;
- Problemas respiratórios devido a trabalhos em ambientes com muito pó.

Acções que devem ser implementadas:

- Seleccionar o equipamento em boas condições de trabalho;
- Identificação clara de equipamento em condições inapropriadas de utilização;



- Elaborar listas diárias de verificação e inspecção dos equipamentos antes de usar;
- Exigir formação profissional ou capacitar os operadores;
- Adquirir e exigir o uso obrigatório de estruturas de protecção de segurança (arco, quadro ou cabinas);
- Verificar se a máquina/tractor dispõe de extintor;
- Fazer manutenção regular, apenas com a máquina totalmente desligada e imobilizada;
- Utilizar vestuário e calçado adequado;
- Avaliar correctamente as condições do terreno;
- Evitar a proximidade de valas ou bermas de declives;
- Não fazer manobras bruscas;
- Não transportar pessoas em máquinas não adequadas para essa finalidade;
- Não beber bebidas alcoólicas;
- Cuidado no engate e desengate de alfaias;
- Não estar na proximidade de órgãos animados de movimento;
- Se a máquina produz muito ruído, usar auriculares/protectores de ouvidos; impedir a circulação de terceiros na zona de trabalho;

7.2.3. Levantamento e aquisição dos Equipamentos de Protecção Individual (EPI) necessários;

Ao fazer o mapeamento das actividades dos processos, o empresário agrícola deve fazer o levantamento dos equipamentos de protecção individual (EPI's) que devem ser utilizados em cada situação. A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, de forma gratuita, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento.

Responsabilidade do empregador:

8. adquirir o EPI adequado ao risco da actividade;
9. exigir o seu uso;
10. orientar e treinar o trabalhador quanto a seu uso, guarda e conservação;
11. substituir imediatamente quando extraviado ou danificado;
12. responsabilizar-se por sua manutenção e higienização
13. Responsabilidade do trabalhador:



14. usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;
15. responsabilizar-se por sua guarda e conservação;
16. comunicar qualquer alteração que o torne impróprio para uso;
17. cumprir as determinações do empregador sobre seu uso adequado.

Os tipos de EPI a serem adquiridos e utilizados:

- **Protecção da cabeça (para operadores de máquinas e equipamentos)**
 - Capacete: Protecção do crânio contra impactos, choques eléctricos e no combate a incêndios.
 - Capuz: Protecção do crânio contra riscos de origem térmica, respingos de produtos químicos e contacto com partes móveis de máquinas.
- **Protecção dos olhos e face**
 - Óculos: Protecção contra partículas, luz intensa, radiação, respingos de produtos químicos;
 - Protector facial: Protecção do rosto
- **Protecção dos membros superiores**
- **Luvas de protecção, Mangas e Dedeiras:** Protecção de mãos, dedos e braços de riscos mecânicos, térmicos e químicos
- **Protecção dos membros inferiores**
 - Calçados de segurança- Botas e botinas
 - Protecção de pés, dedos dos pés e pernas contra riscos de origem térmica, humidade, produtos químicos, quedas
- **Protecção respiratória**
 - Protecção do sistema respiratório contra gases, vapores, névoas, poeiras.
 - Máscaras de protecção respiratória

7.2.4. Promoção de formações/treinamentos regulares aos trabalhadores

Os treinamentos são importantes para que os trabalhadores saibam como agir em cada situação. Com o apoio dos especialistas ambientais e sociais do TSP, o promotor Deve realizar cursos, palestras e workshops de forma periódica, para qualificar os trabalhadores e colaboradores sobre higiene, saúde e segurança no trabalho.

Deverão ser debatidos nestas formações temas como a prevenção de acidentes e doenças, a importância do uso de EPI's e protecção colectiva, a qualidade de vida na fazenda, cuidados na utilização de agrotóxicos.

7.2.5. Cronograma de Acções e Responsabilidades de HSSO

Tabela 23: Cronograma de Acções e Responsabilidades de HSSO

Acções	Responsabilidades	Período de execução
Capacitar, instruir educar e sensibilizar os trabalhadores para o uso correcto do EPI no manuseio de substâncias perigosas;	Proponente com apoio do TSP BRLSIRIUS	No início do ciclo cultural e sempre que a situação o exigir
Garantir que as condições de trabalho e habitabilidade dos trabalhadores são salvaguardadas;	Proponente	No início de cada campanha agrícola
Registar periodicamente do nº de acidentes e outras situações de perigo da vida humana	Proponente	Sempre que estes ocorrerem
Capacitação dos trabalhadores para identificação dos perigos e pronto atendimento a emergências;	Proponente e entidades locais da saúde	Semestralmente

7.3. Plano de atendimento às emergências para fazenda

A emergência é uma grande ameaça ao bem-estar do meio ambiente ou à saúde pública devido à libertação de alguma substância nociva ou perigosa ou, ainda, devido a um desastre natural ou acidente de trabalho. A preservação da integridade do meio ambiente e dos trabalhadores é possível por meio da antecipação, conhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de acidentes, existentes ou que venham existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a protecção do meio ambiente e dos recursos naturais.

O Plano de Atendimento à Emergências tem como objectivo identificar cenários emergenciais e definir acções que devem ser seguidas no caso do desencadeamento de processos emergenciais na fazenda. Ajuda a preservar vidas e a reduzir possíveis danos diante das situações emergenciais.

O Plano de Atendimento à Emergência estabelece as estratégias e os procedimentos que devem ser adoptados para o controle de situações emergenciais que, por ventura, aconteçam no decorrer das actividades da fazenda, de modo a preservar vidas, bem como reduzir os possíveis danos, proteger a comunidade, minimizar impactos ambientais e perdas patrimoniais.

7.3.1. Objectivos

Objectivo Geral

Definir procedimentos para o atendimento de emergências, que por ventura possam ocorrer durante a execução das actividades da unidade de produção agrícola.

Objectivos específicos

- Estabelecer procedimentos formais a serem adoptados em situações emergenciais e que estes sejam seguidos pelos trabalhadores da fazenda;



- Conscientizar os trabalhadores da fazenda para que tenham conhecimento dos danos ambientais e acidentes de trabalho que as suas tarefas possam desencadear;
- Prevenir danos materiais e, principalmente, danos ambientais.

7.3.2. Directrizes gerais

A seguir são apresentados alguns conceitos importantes para o melhor entendimento do Plano de Apoio à Emergências:

- **Acidente Ambiental ou de trabalho**

Há uma série de acidentes que podem gerar danos ambientais, alguns deles são:

- Incêndios.
- Explosões.
- Derrames de produtos químicos e resíduos perigosos.
- Fenômenos naturais: raios fulminantes, chuvas acompanhadas de ventos fortes e granizo.
- Acidentes com máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, intoxicações, entre outros.

- **Emergência Ambiental**

Entre as várias consequências de um acidente ou emergência ambiental pode-se citar:

- Poluição do ar;
- Contaminação do solo e dos recursos hídricos;
- Danos à fauna e flora;
- Destruição de ecossistemas;
- Danos à saúde humana;
- Prejuízos económicos.

7.3.3. Conscientização ambiental

É necessário que sejam disseminadas gradualmente na fazenda acções que visem à sustentabilidade ambiental na execução das diversas actividades agrícolas.

- **Quanto à geração de resíduos**

Devem ser incentivadas a adopção de boas práticas de gerenciamento de resíduos conforme descrito a seguir:

(i) Uso de coletores específicos para coleta seletiva, de modo a não misturar os resíduos facilitando assim a reciclagem futura;



(ii) Palestras sobre educação ambiental e gerenciamento de resíduos sólidos;

(iii) Reutilização de materiais, como por exemplo, folhas de papel; Manutenção adequada dos locais internos armazenamento de resíduos na fazenda.

- **Quanto à poluição atmosférica**

Deve haver uma actuação com os trabalhadores para que ocorra a disseminação do conhecimento de como a poluição atmosférica pode afectar o bem-estar e a saúde dos trabalhadores. Esta poluição causa ainda mais impactos no campo ambiental, tendo acção directa no aquecimento global, sendo responsável por degradação de ecossistemas e potencializadora de chuvas ácidas.

7.3.4. Procedimentos de Emergência

Tendo em consideração a Identificação e Avaliação dos Aspectos e Impactes Ambientais do subprojecto, são definidos os modos de gestão associados aos aspectos ambientais das situações de emergência (ex. derrames acidentais de hidrocarbonetos, focos de incêndio, etc.), e sua consideração, quando aplicável, no Plano de Emergência Interno.

Os procedimentos de emergência ambientais são semelhantes aos definidos no PSS, uma vez que os acidentes que conduzem a danos ambientais significativos são na maioria dos casos coincidentes, pelo que devem ser aplicados os procedimentos do PSS. As situações identificadas sem detrimentos de outras que se venham a identificar, durante a execução do Projecto, são:

- Incêndios;
- Vazamentos acidentais e derrames de substâncias tóxicas;
- Acidentes com veículos e equipamentos;
- Desabamentos / deslizamentos de terras.

Manter disponível a lista dos números de contacto de emergência e relevantes telefone para funcionários e pessoal chave sobre os procedimentos necessários. Estes contactos devem ser inscritos em Português e Quimbundo. Após a ocorrência de qualquer acidente deverá ser elaborado um relatório específico, no qual se procederá à descrição, análise e avaliação da ocorrência, incluindo causas possíveis, consequências, correcção e eventuais alterações nos procedimentos de segurança já estabelecidos para evitar a ocorrência de situações semelhantes. O tratamento e remediação de áreas afectadas por situações de emergência deverão ser realizadas e suportadas pela proponente.

7.3.4.1. Meios de Prevenção e Intervenção em Caso de Emergência ¹⁴

- **Incêndio**

Todas as viaturas devem ser munidas de extintores. Os extintores de pó químico ABC e CO₂, que se encontram devidamente identificados e distribuídos.

¹⁴ Plano de Gestão Ambiental e Social-Kuito-V5.docx



- **Primeiros Socorros**

Em todas as viaturas, deve haver caixas de Primeiros Socorros, contendo utensílios devidamente identificados nos escritórios da fazenda. Todos os produtos da mala de primeiros socorros estão dentro do seu prazo de validade ficando esta verificação periódica sob a responsabilidade proponente.

- **Meios Humanos**

Dada a natureza dos trabalhos, em cada equipa de trabalho fará parte integrante um trabalhador com formações capazes de actuar sobre eventuais ocorrências de emergência, até se verificar a chegada dos meios externos de intervenção, e de coordenar, caso necessário, a evacuação das pessoas.

7.3.4.2. Processo de Comunicação de Emergência

Os meios de comunicação existentes são telemóveis (proponente, gerente) e rádios móveis (chefes de equipa). Quando o sinistro for detetado por um trabalhador, este deve dar o alerta verbal ao gerente ou chefe da equipa.

NOTA: no caso de não ser possível seguir o normal desencadeamento das acções de emergência, dever-se-á comunicar directamente aos meios exteriores.

Telefones de Emergência

Os telefones de emergência deverão ser afixados na placa informativa ao longo da fazenda, assim como em cada veículo que estiver na frente da lavoura deverá ter uma cópia. Salienta-se ainda que cada veículo mencionado deverá possuir uma caixa de primeiros socorros e um extintor ABC.

Tabela 24: Procedimentos de emergência

Situação de Emergência/Acidente	Ações Preventivas	Medidas a Implementar
Derrame de Combustíveis	<p>Formação dos trabalhadores relativamente aos procedimentos para lidar com derrames acidentais de hidrocarbonetos e a limpeza dos espaços.</p> <p>Armazenar com segurança os combustíveis. Adotar a solução de contenção mais adequada tendo em atenção os seguintes factores: de coesão do terreno, o nível do lençol freático e as solicitações acidentais previsíveis</p> <p>Assegurar que os materiais e equipamentos necessários para lidar com os derrames e vazamentos estão disponíveis nos locais e em todos os momentos.</p> <p>Manter disponível a lista dos números de contacto de emergência e relevantes telefone para funcionários e pessoal chave sobre os procedimentos necessários.</p> <p>Prestar informações aos trabalhadores sobre a organização do estaleiro, afixando as suas regras na vitrina de segurança. Zelar pelo cumprimento das regras de fazenda impostas a todos os frequentadores do mesmo.</p>	<p>Estancar ou eliminar o derrame utilizando barreiras de areia, sacos de areia, material de serradura, absorvente e / ou outros materiais aprovados pelo RE, tomando sempre as devidas precauções de segurança, incluindo EPI.</p> <p>Absorver e recolher o derrame para um recipiente próprio de modo a proceder à sua eliminação.</p> <p>Notificar as autoridades competentes, informando acerca do local exacto da ocorrência e qual produto derramado. Esperar pela actuação das autoridades, não abandonando o local e adoptando uma atitude preventiva no que diz respeito aos efeitos que o derrame poderá provocar.</p> <p>Preencher o registo da ocorrência.</p>



		Elaborar um relatório específico no qual se procederá à descrição, análise e avaliação da ocorrência, incluindo causas possíveis, consequências, correção e eventuais alterações nos processos necessários para evitar a ocorrência de situações semelhantes.
Incêndio/explosões	<p>Formação dos trabalhadores relativamente aos procedimentos para lidar com incêndios.</p> <p>Assegurar que os equipamentos necessários para combater os incêndios estão disponíveis nos locais e em todos os momentos. Manter disponível a lista dos números de contacto de emergência e relevantes telefone para funcionários e pessoal chave sobre os procedimentos necessários. Manter a fazenda devidamente organizado. Recolher os resíduos e escombros e evacuá-los para os devidos locais de recolha.</p> <p>É expressamente proibido queimar qualquer tipo de resíduos na zona de estaleiro.</p> <p>As vias de circulação destinadas a veículos devem ser implantadas com uma distância suficiente em relação às portas, portões, passagem para peões, corredores e escadas, ou locais de trabalho, ou dispor de meios de protecção adequados.</p> <p>Instalar sinalização de segurança provisória ou definitiva que identifique claramente os riscos, as obrigações e as proibições nos diversos locais do estaleiro</p>	<p>Combater o incêndio com o extintor mais próximo. Acionar socorros externos – bombeiros.</p> <p>Criar mecanismos e treinos de evacuação dos trabalhadores.</p> <p>Afixar a sinalização de Ponto de Encontro no estaleiro, para casos de emergência.</p>
Acidentes com veículos e equipamentos	<p>Guardar distâncias de segurança entre as vias ou zonas de circulação de veículos e os postos de trabalho ou zonas de deslocação de peões.</p> <p>Guardar distâncias de segurança na movimentação de veículos e equipamentos, e destes em relação às movimentações de materiais.</p> <p>Instalar sinalização de segurança provisória ou definitiva que identifique claramente os riscos, as obrigações e as proibições nos diversos locais do estaleiro.</p> <p>Prestar informações aos trabalhadores sobre a organização do estaleiro, afixando as suas regras.</p> <p>Zelar pelo cumprimento das regras de estaleiro impostas a todos os frequentadores do mesmo.</p> <p>As vias de circulação destinadas a veículos devem ser implantadas com uma distância suficiente em relação às portas, portões, passagem para peões, corredores e escadas, ou locais de trabalho, ou dispor de meios de protecção adequados.</p>	<p>No caso de Acidentes de Veículos: isolar a área e sinalizar adequadamente o local do acidente. Verificar o tipo do acidente (carro, motocicleta, colisão, atropelamento etc.), a gravidade aparente do acidente, o número aproximado de vítimas envolvidas; verificar se há vazamento de combustível ou produtos químicos; proceder a limpeza do local. Preencher o registo da ocorrência. Elaborar um relatório específico no qual se procederá à descrição, análise e avaliação da ocorrência, incluindo causas possíveis, consequências, correção e eventuais alterações nos processos necessários para evitar a ocorrência de situações semelhantes. Em caso de incêndio: Isolar a área.</p>

	<p>Todo o equipamento deverá ser revisto periodicamente, em especial os órgãos de acionamento pneumático;</p> <p>Todos os veículos deverão ter afixado, em local visível, a especificação da “tara” e “carga máxima”.</p> <p>É proibido o transporte de pessoas fora das cabines. Os trabalhadores deverão ser transportados apenas em viaturas homologadas para o efeito.</p> <p>Todos os veículos terão de estar dotados de sinalizador sonoro automático de marcha atrás.</p> <p>Dotar os equipamentos com extintores adequados.</p>	
Desabamentos/deslizamento de terras	<p>Antes do início dos trabalhos, verificar o terreno, a fim de detectar possíveis fendas ou instabilidade no solo. Evitar sobrecargas no bordo da escavação (terras ou materiais). Organizar o trânsito dos veículos de carga, de forma a diminuir os efeitos das sobrecargas e vibrações por eles originados.</p> <p>As escavações a realizar devem ser defendidas de infiltrações de água. Caso exista acumulação de água dentro da vala, esta deverá ser removida constantemente.</p>	<p>Comunicar imediatamente a entidade. Proibir a realização de trabalhos no local. Delimitação do local. Remoção do material solto.</p> <p>Preencher o registo da ocorrência. Elaborar um relatório específico no qual se procederá à descrição, análise e avaliação da ocorrência, incluindo causas possíveis, consequências, correcção e eventuais alterações nos processos necessários para evitar a ocorrência de situações semelhantes</p>

7.3.5. Cronograma de implementação do plano de emergências

Tabela 25: cronograma de implementação do plano de emergências

Acções	Responsabilidades	Cronograma
Identificação das principais actividades que possam provocar acidentes	Proponente com apoio das autoridades locais de saúde, serviços de protecção civil	Rotina
Aquisição de equipamentos de segurança, combate a incêndio e contenção de produtos químicos (kits de primeiros socorros, EPI)	Proponente	No início da campanha agrícola
Colocação de sinalização de emergência em locais críticos e alarmes	Empresa de construção civil	No início da campanha agrícola
Treinamento de pessoal	TSP BRLi-Sirius	No início da campanha agrícola e sempre que forem enquadrados novos trabalhadores

7.4. Plano de Manuseio e Gestão de Pragas

O objectivo principal do Manuseio de pragas não deve ser erradicar todos os organismos, mas sim manejar “pragas”, incluindo pragas de insetos, doenças e ervas daninhas que podem afectar negativamente as culturas anuais para que elas permaneçam em níveis abaixo de um limiar economicamente prejudicial. As pragas devem ser manejadas através de um processo de Manuseio integrado de pragas (MIP) que combina



abordagens químicas e não químicas para minimizar ao mesmo tempo que minimiza o impacto de tais medidas no meio ambiente. Os pesticidas devem ser usados apenas na medida necessária sob uma abordagem MIP e gestão integrada de vetores (IVM), e somente depois que outras práticas de Manuseio de pragas falharam ou se mostraram ineficientes. Os passos a seguir devem ser considerados e documentados em um plano de Manuseio integrado de pragas/vetores:

- Identificar as principais pragas que afectam as lavouras da região, avaliar os riscos para a operação e determinar se existe uma estratégia e capacidade para controlá-los.
- Sempre que possível, aplicar mecanismos de alerta precoce para pragas e doenças (ou seja, pragas e doenças técnicas de previsão);
- Selecionar variedades resistentes e usar o controle cultural e biológico de pragas, doenças e ervas daninhas para minimizar a dependência de opções de controle de pesticidas (químicos). Um regime de MIP eficaz deve:
 - Identificar e avaliar pragas, níveis de limiar e opções de controle (incluindo as listadas abaixo), bem como os riscos associados a essas opções de controle;
 - Faça a rotação de culturas para reduzir a presença de insetos, doenças ou ervas daninhas no solo ou na cultura;
 - Apoiar organismos de bio controle e benéficos - como insectos, pássaros, ácaros e micróbios agentes - para realizar o controle biológico de pragas (por exemplo, proporcionando um habitat favorável, como arbustos para locais de nidificação e outra vegetação original que pode abrigar predadores de pragas e parasitas).
 - Favorecer o controle manual, mecânico de ervas daninhas e/ou capinas selectivas.
 - Considerar o uso de controles mecânicos - como armadilhas, barreiras, luz e som - para matar, realocar ou repelir pragas;
 - Usar pesticidas para complementar essas abordagens, não para substituí-las;
 - Antes de adquirir qualquer pesticida, avalie a natureza e o grau dos riscos associados e eficácia, levando em consideração o uso proposto e os usuários pretendidos.

7.4.1. Uso e Manuseio de Pesticidas¹⁵

Um plano de gestão de pesticidas (PMP) que inclui procedimentos para a seleção, aquisição, armazenamento, manuseio e destruição final de todos os estoques desatualizados devem ser preparados de acordo com as diretrizes FAO.

O PMP prescreve o tipo de agrotóxico a ser utilizado, bem como a finalidade de seu uso e descreve as melhores práticas para a aquisição e armazenamento de todos os pesticidas. O pessoal deve ter treinamento apropriado, incluindo certificação, quando relevante para manusear e aplicar pesticidas com segurança. Em especial:

¹⁵ **Fonte:** Diretrizes Gerais de SSMA do IFC



- Garantir que quaisquer pesticidas usados sejam fabricados, formulados, embalados, rotulados, manuseados, armazenados, descartados e aplicados de acordo com o Código Internacional de Conduta da FAO sobre Manuseio de Pesticidas;
- Não comprar, armazenar, usar ou negociar pesticidas que se enquadrem nas normas da Organização Mundial da Saúde (OMS) Classificação Recomendada de Pesticidas por Classes de Perigo 1a (extremamente perigoso) e 1b (altamente perigoso);
- Não usar pesticidas listados na Classe de Perigo II da OMS (moderadamente perigoso),

7.4.2. Armazenamento

As práticas recomendadas de armazenamento de pesticidas incluem:

- Armazenar todos os pesticidas em um recipiente fechado e ou armazenar em local com espaço suficiente para controlar qualquer derramamento sem contaminar o meio ambiente. Os locais devem estar longe de fontes de água, áreas residenciais e construídas, bem como áreas de armazenamento de alimentos e confinamento de gado;
- Adquirir kits de derramamento e instituir medidas de controle adequadas em caso de derramamento acidental;
- Armazenar todos os pesticidas em seus recipientes originais e rotulados e certificar-se de que as instruções de armazenamento estão a ser seguidas;
- Manter um registo de todos os pesticidas adquiridos, registrando quando foram recebidos, a quantidade utilizada, o valor restante na loja e sua localização.
- Os armazéns devem ter ventilação adequada, contenção secundária e chuveiros e de kits de emergência

7.4.3. Manipulação

- Os operadores devem ler, entender e seguir as instruções do rótulo do produto para uma mistura segura, aplicação e descarte; use pessoal treinado para operações críticas (por exemplo, mistura, transferências, tanques de enchimento e aplicativo),
- Insistir para que o equipamento de proteção individual (EPI) correcto (por exemplo, luvas, macacão, proteção para os olhos) deve ser usada sempre ao manusear e aplicar pesticidas.
- Obrigar que qualquer mistura e enchimento de tanques de pesticidas ocorram em uma área de enchimento designada.
 - Este deve ser colocado longe de cursos de água e drenos.
 - Se em concreto, a água deve ser coletada em um reservatório separado e descartada como resíduos perigosos
 - Certifique-se de que os derramamentos sejam limpos imediatamente usando kits de derramamento apropriados; derrames não devem ser levado para cursos d'água ou drenos.



7.4.4. Aplicação

- Dar preferência ao método de aplicação com o menor risco EHS e certificar-se de que os organismos não são afectados.
- Seleccionar tecnologias e práticas de aplicação de pesticidas projetadas para minimizar o movimento fora do local
- Assegurar que todos os equipamentos estejam em boas condições e devidamente calibrados para aplicar a dosagem correta.
- Insistir para que as aplicações ocorram em condições climáticas adequadas; evitar tempo húmido e condições de vento

7.4.5. Disposição

Qualquer pesticida diluído não utilizado que não possa ser aplicado à cultura - juntamente com água de enxague e pesticidas desactualizados ou não aprovados - devem ser descartados como resíduo perigoso, conforme Diretrizes da FAO.

Os recipientes de pesticidas vazios, selos de alumínio e tampas devem ser enxaguados três vezes,

7.4.6. Embalagens

Devem ser armazenados de forma segura e protegida antes de serem descartados com segurança e não devem ser utilizadas para outros fins.

7.4.7. Fertilizantes

- Armazene os fertilizantes em sua embalagem original e em um local dedicado que possa ser trancado e devidamente identificados com sinais, cujo acesso é limitado a pessoas autorizadas.
- Garantir que o SDS e os estoques estejam disponíveis nas instalações de armazenamento de fertilizantes e disponíveis para os primeiros respondedores quando necessário.
- Compre e armazene apenas os requisitos mínimos de fertilizantes e use primeiro os fertilizantes mais antigos.
- Mantenha os estoques de fertilizantes separados de pesticidas e maquinário (por exemplo, combustíveis, ignição ou fontes).
- Conhecer e compreender as necessidades de fertilizantes de cada cultura e aplicar apenas o necessário, quando é necessária, para minimizar as perdas ao meio ambiente.
- Implementar um programa de treinamento adequado para o pessoal que está transportando, manuseando, carregando, armazenamento e aplicação de fertilizantes.

7.4.7.1. Descarte de embalagens de fertilizantes e pesticidas

Existem procedimentos apropriados para o descarte das embalagens e os procedimentos são de acordo as directrices gerais SSMA, do programa de alimentação e agriculturas (FAO) e a legislação



- Assegurar que todas as embalagens de pesticidas e herbicidas são recolhidas do campo após o seu uso, e que estão devidamente armazenados até o descarte final.
- Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos.
- Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem.
- Gerir os resíduos sólidos de acordo com as Diretrizes (Gerais de SSMA do IFC ou legislação local aplicável).
- Gerir pesticidas expirados e indesejados como resíduos perigosos seguindo as Diretrizes gerais de SSMA e do Programa de Alimentação e Agricultura (FAO) para a gestão de pequenas quantidades de pesticidas indesejados e obsoletos.

7.4.8. Manuseio integrado de pragas¹⁶

O plano de Manuseio de pragas da fazenda João Quiteque teve como base o plano de gestão de pragas elaborado pelo PDAC e serve para orientar, identificar as principais pragas que afectam as culturas na região, avaliar os riscos para a operação, determinar uma estratégia para controlá-los. aplicar mecanismos de alerta precoce para pragas e doenças, escolher variedades resistentes e usar o controlo cultural e biológico de pragas, doenças e ervas daninhas;

O Manuseio Integrado de Pragas (MIP) é uma abordagem eficaz e ambientalmente sensível para controlo de pragas. O uso de pesticidas vem crescendo a nível mundial, devido aos riscos ambientais e de saúde, o uso de predadores naturais, plantas resistentes a pragas e outros métodos para preservar um ambiente saudável, representam um esforço para diminuir a dependência de pesticidas nocivos e melhor a abordagem para combater as pragas. O uso de controlo químico por si só não proporcionará um controlo de pragas a longo prazo. A dependência de técnicas de controlo único resulta em degradação ambiental, contaminação de produtos alimentares, problemas de resíduos e resistência em espécies alvo, prejudicando seriamente a sustentabilidade no sector agrícola.¹⁷

- **Moscas**

As fezes produzidas pelos animais constituem um excelente substrato, altamente atrativo para o desenvolvimento de dípteros cinantrópicos. Com a elevada disponibilidade deste substrato passamos a ter potenciais “grandes criadouros” de moscas. A presença de um maior ou menor número de moscas de uma determinada espécie varia diretamente com as condições climáticas da região e com o Manuseio do esterco empregado na propriedade. Atuam como vetores de micro-organismos patogênicos como vírus, rickettsias, bactérias, e também de cistos de protozoários e ovos de helmintos.

Mosca doméstica é uma das espécies mais presentes, com alcance de voo entre 10 e 20 km, voando ao redor de uma extensa área para explorar o ambiente em busca de alimento adequado e suficiente para postura e abrigo. A tendência é permanecer dentro de um raio de 100 a 500 metros do local de criação. O melhor potencial de desenvolvimento ocorre no esterco com 55 a 75% de humidade.

¹⁶ https://www.avisite.com.br/revista/pdfs/revista_edicao85.pdf

¹⁷ base das orientações do PGP elaborado pelo PDAC



Stomoxys calcitrans tem comportamento hematófago sobre o gado bovino, causando sérios prejuízos a produção. O esterco acumulado sob gaiolas de poedeiras e a cama de aviária podem servir de criadouro para esta espécie que pode se deslocar até 10 km de distância, em busca de equinos e bovinos. O melhor potencial de desenvolvimento ocorre no esterco com 45 a 55% de humidade.

O gênero **Chrysomya** compreende algumas espécies de interesse avícola. O corpo possui coloração verde metálica. São espécies numerosas e facilmente encontradas em fezes com umidade acima de 75% e carcaças de animais. As moscas se dispersam pelo estímulo olfatório e pela alta densidade populacional, sendo encontradas posteriormente em locais que exerçam forte atração como fábricas com odores adocicados ou de substratos em fermentação ou putrefação, em áreas a cerca de 1 a 5 km de distância. Manejar o esterco é opção importante.

- **Roedores**

Estes animais competem diretamente com o homem e suas criações zootécnicas por alimentos. As perdas ainda podem ser maiores se considerarmos a contaminação das rações por urina e fezes, rompimento de sacarias, roeduras em lonas, fiação e embalagens. Países importadores com rígidos níveis de fiscalização podem condenar toneladas de alimentos pela simples presença de alguns poucos montículos de excrementos, acarretando elevados prejuízos econômicos e a imagem do exportador.

Os ratos são ainda responsáveis pela transmissão de diversas doenças ao homem. A Organização Mundial de Saúde já catalogou cerca de 200 doenças transmissíveis, destacando-se a leptospirose e a salmonelose. O olfato é uma habilidade sensorial muito apurada nos roedores. Costumam marcar as trilhas as quais percorrem podendo delimitar áreas e detectar condições favoráveis ao acasalamento. Não estranham o odor do ser humano. A audição é muito aguçada e sensível a ruídos estranhos, habilidade muito importante devido ao hábito noturno. A visão é adaptada para ambientes escuros e o paladar altamente desenvolvido podendo discriminar e memorizar os diferentes gostos, rejeitando alimentos estragados e identificar raticidas misturados ao alimento. Outra característica importante sobre os roedores é sua capacidade reprodutiva.

Adopção de medidas sanitárias: manter a área externa limpa: sem entulhos e materiais empilhados. Mato e capim devidamente aparados. Poda de galhos de árvores que se projetem sobre as construções. Armazenamento adequado e protegido de rações, grãos, farelos

Controle químico: as principais categorias de produtos rodenticidas são a de contato corporal conhecido como pó de contato e iscas raticidas de ação prolongada com anticoagulante de dose única nas formulações peletizadas, grãos impregnados, girassol impregnado, blocos entrosados e blocos parafinados. A alternância de formulações pode ser utilizada como alternativa a rejeição de iscas pelos roedores.

- **Besouros**

É uma espécie cosmopolita, comumente encontrada infestando resíduos de produtos húmidos estocados. Trata-se de uma espécie que se adaptou com sucesso aos modelos zootécnicos de criação de aves, principalmente nos sistemas de confinamento. A forma adulta é ovalada, com tegumento marrom escuro. A longevidade pode chegar a 20 meses e ovipor 2000 ovos. As larvas se desenvolvem em temperaturas entre 22 e 31 °C, com 96,7% de sobrevivência a 28 °C. Considerado um vector de patogénicos devido a sua capacidade de viver na cama de aviários e o hábito de se alimentar de aves moribundas e mortas; como das bactérias *Streptococcus* SP., *Clostridium perfringens*, *Citrobacter* sp, *Klebsiella pneumoniae*, *Enterobacter* spp., *Proteus* spp, *Bacillus subtilis*, *Corynebacterium* SP., *Staphylococcus aureus*, *Escherichia coli*, *Serratia marcescens*, *Salmonella typhimurium* e dos fungos *Aspergillus flavus* e *Cândida* sp., dentre outros. O crescimento populacional de besouros é contínuo enquanto as condições forem satisfatórias e de



maneira não uniforme no aviário, ocorrendo pontos com alta e baixa infestação. O controle é considerado difícil devido aos inúmeros abrigos que esta espécie encontra no ambiente interno e externo do aviário.

- **Baratas**

A Peri planeta americana chega a ter 3,8 cm de comprimento, de cor castanho-escuro. O ciclo de desenvolvimento das formas jovens é de cerca de 9 a 13 meses e a longevidade dos adultos em torno de 2 a 3 anos. Os abrigos preferenciais são caixas de esgoto e gordura, caixas d'água, quadros de energia elétrica, cisternas, embalagens, depósitos, esterco, materiais acumulados. Peri planeta americana é um importante vector de *Klebsiella pneumoniae*, *Enterobacter aerogenes*, *Serratia marcescens*, *Hafnia alvei*, *Enterobacter gergoviae*, *Enterobacter cloacae*, *Serratia* spp., *Escherichia coli*, *Proteus vulgaris*, *Staphylococcus* spp., *Shigella* spp., *Salmonella* spp., *Proteus* spp., *Entamoeba histolytica*.

O controle de baratas tem sido realizado tradicionalmente com a utilização de inseticidas, na forma líquida e gel, porém alguns critérios devem ser adoptados, como a correcta identificação da espécie. É preciso determinar o nível de infestação para a adopção dos métodos de controle mais adequados. Inspeccionar o ambiente e determinar quais as condições locais que propiciaram o desenvolvimento da infestação é outro ponto importante, além de avaliar as medidas de controle com base nos ingredientes ativos e formulações disponíveis. Já o monitoramento pós-tratamento pode ser utilizado como um indicador de eficácia do controle. Vale ressaltar que as baratas podem ser facilmente transportadas em embalagens e sacarias, aumentando a sua dispersão e infestação.

7.4.8.1. Riscos de saúde ambiental, ocupacional e público associados ao uso de pesticidas

Os riscos de uso de pesticidas estão associados ao armazenamento, manuseio, transporte, aplicação descarte de embalagens vazias e pesticidas obsoletos. O uso de agroquímicos, especialmente os pesticidas, se não forem devidamente geridos, podem levar a sérias consequências para a Saúde Ambiental, Profissional e Pública. Os riscos ambientais e de saúde pública associados ao uso de agroquímicos são:

- Poluição de recursos hídricos e vida aquática.
- Acondicionamento impróprio e disposição de pesticidas por agricultores e auxiliares nos campos de produção nas lavras dos produtores.
- Impacto nas perdas pós-colheita devido a pragas
- Saúde e segurança geral dos agricultores (culturas e segurança pública)
- A modificação da flora microbiana do solo e do teor de resíduos de pesticidas no solo que podem causar poluição.
- Poluição do ar.
- Intoxicação e mortalidade da fauna, extinção ou proliferação de espécies ou grupos de espécies, quebra da cadeia alimentar e perda de biodiversidade.

Tabela 26: Causas e Medidas de mitigação dos impactos negativos de pragas e uso de pesticidas, insecticidas e venenos

Impactos negativos de pragas e usos de pesticidas ameaças e riscos	Causas	Medidas de mitigação	Ferramentas de implementação	Resultados esperados	Indicadores de monitoria
Envenenamento da fauna, flora e humano	Eliminação inadequado de	Eliminar e destruir os recipientes de	Recipientes de pesticidas limpos, e	Plano de limpeza e descarte de recipientes	Numero de agricultores

	recipientes de pesticidas e dos pesticidas obsoletos após o uso, e a má disposição de venenos e insecticidas	pesticidas após o uso Boa disposição de venenos e insecticidas Educação e treinamento Os agricultores adoptam Boas pratica agrícolas	plano de recolha disponível Adição de técnicas/ Abordagem PMP	de pesticidas desenvolvido e implementado s Agricultores treinados Em técnicas de PMP e Boas praticas	Treinados, registo de treinamento
Uso improprio de pesticidas pelos agricultores e seus auxiliares	Pessoal não treinado em técnicas de aplicação de pesticidas, uso de ETP inadequado	Controlo e supervisão Uso de pesticidas nas propriedades agrícolas	Adoção de abordagens técnicas MP Procedimentos de amostragem aleatória Para culturas e estabelecido limite de armazenamento de produtos químicos	Agricultores treinados em técnicas MP	Numero de agricultores treinados, registos de treinamentos realizado
Saúde e segurança dos agricultores Para culturas/danos ambientais	Necessidade de treinamento	Educar os agricultores para que adoptem BPAs com base nas técnicas de MP, e não usem Pesticidas químicos a menos que seja recomendada o pelos técnicos autorizados	Técnicas de MP com enfase em controlo cultural e biológico no controlo de pragas	Conformidade com politica nacional de MIP e politica do BM sobre pragas/gestão de pesticidas	agricultores treinados, em técnicas de MP, numero de agricultores que implementa m MP em suas lavras

7.4.8.2. Cronograma de implementação do Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças

Tabela 27: Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças

Acções	Responsabilidade	Cronograma
Identificação e compreensão da espécie de pragas e tipos de doenças que ocorrem na região (Registo)	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar
Planeamento das acções de combate	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar
Preparação do local e dos Preparação do local e de outros meios preventivos e biológicos	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar
Implementação e avaliação do métodos de controle (priorizando os físicos e biológicos)	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar
Avaliação e monitoramento do Manuseio Integrado de Pragas (Registo)	Engenheiro agrónomo e proponente	Devem ser emitidos trimestralmente, reportando resultados obtidos

7.4.8.3. Calendário de supervisão

Tabela 28: Calendário de monitoria e supervisão

Responsável	Frequência	Tipo de avaliação / Monitoria
Proponente com auxilio do TSP da BRLi- Sirius.	Mensalmente ou conforme necessidade	Monitoria de conformidade /semelhante à inspecção in loco de acordo com as regras do PMP.
TSP	Trimestral	Implementação das medidas de mitigação ambientais identificadas durante a aprovação do programa.



TSP	Anual	Avaliação global do desempenho dos projectos, incluindo a implementação do PMP. Isso pode fazer parte do programa geral de monitoria do Programa.
-----	-------	---

7.4.8.4. Relatórios

Será elaborado um relatório anual sobre o Manuseio de pragas e pesticidas, indicando os casos de pragas identificadas e controladas usando abordagens MIP, a localização de pragas, o nível de sucesso do tratamento, quantidade e tipo de pesticida utilizado, nível e tipo de associação de agricultores e outras informações relevantes (por exemplo, programas de treinamento organizados, número de demonstrações utilizando a abordagem escola de campo de agricultor realizadas etc.).

7.5. Plano de prevenção da COVID-19

7.5.1. Plano de contingência da Fazenda

É importante que todos o empresário agrícola crie um plano de contingência para lidar com a pandemia da COVID-19. Esse plano orienta empresa e trabalhadores a identificarem riscos e determinarem a conduta adequada em cada situação. As orientações sobre esse assunto não pretendem ser protocolos ou recomendar regulações. Cada empresa poderá adaptar essas orientações para sua realidade local. Para preparar um ambiente de trabalho na empresa agrícola para lidar com a pandemia da COVID-19, é necessário que se cumpram algumas recomendações que são apresentadas a seguir:

7.5.2. Estabelecer medidas gerais de prevenção no ambiente de trabalho

Essas medidas são destinadas a todos os trabalhadores da fazenda:

- Comunicar as medidas de prevenção de infecção pela COVID-19;
- Lavar as mãos com água e sabão, por pelo menos 20 segundos, ou usar álcool em gel com frequência;
- Cobrir o nariz e boca ao espirrar ou tossir;
- Evitar aglomerações;
- Manter ambientes bem ventilados;
- Não compartilhe objetos pessoais;
- Preparar o ambiente de trabalho para estimular a higiene frequente das mãos dos trabalhadores, clientes e visitantes, prioritariamente mediante lavagem com água e sabão;
- Desestimular o compartilhamento de objectos que são tocados por mão e boca como telemóveis, copo, talheres, bebedouro, etc.;
- Estimular a higienização frequente de objectos que precisam ser compartilhados no trabalho como ferramentas e equipamentos;
- Estimular medidas de etiqueta respiratória como cobrir tosses e espirros com os cotovelos;



- Definir se é possível estabelecer políticas e práticas no trabalho com menor aproximação e contato humano, por exemplo:
- Redução de reuniões presenciais;
- Restrição de acesso ao público externo;
- Diferentes turnos de refeição
- Aumentar o rigor na higienização do local de trabalho, com desinfecção de superfícies de equipamentos e mobiliário;
- Obrigar os trabalhadores a aderirem as campanhas de vacinação contra COVID19.

7.5.3. Desenvolver uma política e procedimentos internos para identificação e isolamento de pessoas doentes

- Criar um fluxo para rápida identificação e isolamento dos casos suspeitos de COVID19;
- Estimular que trabalhadores informem prontamente sua condição de saúde e se auto monitorem nesse sentido;
- Criar procedimentos ágeis para que trabalhadores informem quando estão doentes ou com sintomas da COVID-19;
- Quando apropriado, a empresa deve criar procedimentos para isolamento imediato de casos suspeitos e treinar seus trabalhadores para implementar esses procedimentos;
- Quando possível, prover máscaras cirúrgicas descartáveis e orientações de como usá-las e descartá-las apenas para os casos suspeitos. A medida visa criar uma barreira de contacto com as secreções respiratórias;
- Restringir o número de pessoas com acesso a áreas de isolamento, quando houver;
- Proteger os trabalhadores que precisam ter contacto prolongado com suspeitos com medidas adicionais de segurança e de equipamentos de proteção individual;
- Classificar trabalhadores por perfil de risco (baixo, médio, alto, muito alto) para endereçar medidas apropriadas de proteção em cada caso.

7.5.4. Práticas de trabalho seguro

Essas práticas incluem procedimentos para reduzir o tempo, frequência e intensidade de exposição ao risco, como:

- Disponibilizar acesso a material para higiene pessoal e dos equipamentos de trabalho: álcool em gel, latrinas, equipamentos pessoais sem necessidade de compartilhamento;
- Fixar em vários locais do ambiente laboral lembretes sobre as medidas de higiene e etiqueta respiratória;
- Criar protocolos de higienização sistemática;

- Uso de máscaras por pessoas com sintomatologia da doença ou casos confirmados, com substituição conforme manual do fabricante, visando criar uma barreira contra os respingos respiratórios.

7.5.5. Cronograma de implementação do plano

Tabela 29: Cronograma de implementação do plano prevenção a Covid 19

Acções	Descrição	Responsabilidade	Cronograma
Promover a lavagem regular e completa das mãos dos trabalhadores e visitantes	Colocar reservatórios de água para higienizar as mãos em locais destacados no trabalho; Assegurar-se de que os trabalhadores tenham acesso a locais onde possam lavar as mãos com água e sabão Exibir cartazes promovendo a lavagem das mãos	Proponente	Diariamente
Promover uma boa higiene respiratória no local de trabalho	Utilizar cartazes sobre higiene respiratória e combinar essa acção com medidas de comunicação incluindo a orientação de funcionários de saúde e segurança ocupacional, instruções em reuniões e Fornecer máscaras faciais e ou lenços àqueles que tenham secreção ou tosse, além de caixas fechadas para descarte higiénico desses elementos.	Proponente/Autoridades locais da saúde	Diariamente
Desenvolva um plano de contingência e continuidade das operações da fazenda	Os temas do plano devem incluir como manter a actividade da empresa; Compartilhar o plano com todos os trabalhadores e verificar que eles saibam o que fazer com base nas diretrizes.	Proponente/Autoridades locais da saúde	Mensalmente

7.5.6. Equipamento de protecção individual

O uso correto de EPI previne exposição ao risco. São exemplos: luvas, gorros, máscaras, protecção ocular. Nesses casos é preciso prezar pela manutenção, higienização a cada uso ou descarte, uso correcto desses.

7.5. Plano de formação e capacitação dos trabalhadores

O objectivo deste plano é apresentar os principais temas e conteúdos programáticos, planeamento, para formação dos trabalhadores sobre Ambiente e Social, de forma a assegurar a sustentabilidade das acções de construção e operação, bem como salvaguardar a saúde e integridade física dos trabalhadores e colaboradores e outras áreas do projecto a serem de intervencionadas.

Os treinamentos são importantes para que os trabalhadores saibam como agir em cada situação. Com o apoio dos especialistas ambientais e sociais do TSP, o promotor Deve realizar cursos, palestras e workshops de forma periódica, para qualificar os trabalhadores e colaboradores sobre higiene, saúde e segurança no trabalho.

Deverão ser debatidos nestas formações conteúdos principais como:

- Regras gerais de segurança;

- Uso de equipamentos de protecção colectiva e individual;
- Primeiros socorros;
- Planos de emergência;
- Combate a incêndios;
- Técnicas de investigação de incidentes;
- Legislação sobre Higiene e Segurança no Trabalho;
- Sinalização de Segurança;
- Segurança rodoviária;
- Plano de emergência;
- Prevenção de violência baseada no género;
- Mecanismo de reclamações.

Tabela 30: Formação na área ambiental e Social

Formação para Área Ambiental					
Nº	Conteúdo de Formação	Conteúdo Programático	Beneficiários	Responsável	Cronograma
1	Acolhimento /sensibilização sobre as regras de preservação e conservação do ambiente.	Regras gerais básicas de preservação e conservação do ambiente(em obra e áreas circundantes);	Todos os trabalhadores	Especialista ambiental da BRLI-Sirius	Trimestralmente Quando tiver novo trabalhador
2	Prevenção e controlo da poluição.	<p>Importância da limpeza do ambiente de trabalho;</p> <p>Prevenção e controlo da erosão dos solos;</p> <p>Actividades/acções com risco de poluição da água e dos solos</p> <p>Gestão de resíduos sólidos: geração, acondicionamento, transporte e deposição final.</p>	Todos os trabalhadores	Especialista ambiental e de saúde e segurança da BRLI-Sirius)	Trimestralmente
3	Prevenção e controlo do risco de substâncias perigosas, e acidentes ambientais.	Regras de manuseamento e armazenamento de combustíveis, óleos e outras substâncias	Todos os trabalhadores.	Especialista ambiental e de saúde e segurança da BRLI-Sirius	Trimestralmente

Formação para Área Ambiental					
Nº	Conteúdo de Formação	Conteúdo Programático	Beneficiários	Responsável	Cronograma
		<p>perigosas</p> <p>Procedimentos de prevenção e actuação em caso de derrame de substâncias perigosas;</p> <p>Procedimentos em caso de ocorrência de acidente ambiental.</p>			
Formação para Área social					
4	Prevenção da violência baseada no género.	<p>Conceito de violência baseada no género, exploração e abuso/assédio sexual</p> <p>Funções e responsabilidades das partes interessadas</p> <p>Mecanismo de reclamação de incidentes de violência com base no género</p> <p>Procedimentos de reclamações para membros da comunidade</p>	<p>População ao redor da fazenda.</p> <p>Todos os trabalhadores da fazenda.</p>	Especialista ambiental e social da BRLI-Sirius	Trimestralmente
5	Mecanismo d reclamações	<p>Objectivos e benefícios dos mecanismos de reclamação;</p> <p>Tipo e fluxo de apresentação e resolução de reclamações</p> <p>Principais responsabilidades do pessoal-chave</p> <p>Requisitos para ser ponto focal de recebimento de reclamações.</p>	<p>População ao redor da fazenda.</p> <p>Trabalhadores.</p>	Especialista ambiental e social da BRLI-Sirius	Trimestralmente

Tabela 31: Formação na área de Segurança e emergência

Nº	Conteúdo de Formação	Conteúdo Programático	Beneficiários	Responsável	Cronograma
6	Acolhimento /sensibilização sobre as regras de segurança e higiene.	<p>Regras de segurança e potenciais riscos por actividade</p> <p>Equipamentos de protecção colectiva (EPC) e individual(EPI)</p> <p>Procedimento em casos de emergência.</p>	Todos os trabalhadores da obra.	Especialista da BRLI-Sirius	<p>Sempre que necessário</p> <p>Trimestralmente</p>
7	Álcool: efeitos e consequências.	<p>Risco e consequências do uso de álcool durante o trabalho</p> <p>Norma interna de despistagem do consumo de álcool e respectivas sanções.</p>	Todos os trabalhadores da obra.	Especialista da BRLI-Sirius	<p>Sempre que necessário</p> <p>Trimestralmente</p>
8	Prevenção e controlo de doenças.	<p>Regras e meios de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (HIV/SIDA, sífilis, gonorreia)</p> <p>Regras de prevenção de doenças de veiculação hídrica (malária, diarreia, cólera)</p> <p>Medidas de prevenção e controlada COVID-19.</p>	Todos os trabalhadores	Especialista da BRLI-Sirius	Trimestralmente
9	Postura de trabalho e manipulação de cargas.	<p>Factores de riscos associados à manipulação de cargas.</p> <p>Lesões associadas à movimentação manual/mecânica de cargas</p> <p>Regras de segurança na condução de máquinas</p> <p>Medidas preventivas para minimizar riscos associados à manipulação de cargas</p>	<p>Todos os trabalhadores</p> <p>Sessão específica para motoristas e operadores de máquinas.</p>	Especialista da BRLI-Sirius	Quando tiver trabalhador novo ou trimestralmente

Nº	Conteúdo de Formação	Conteúdo Programático	Beneficiários	Responsável	Cronograma
10	Sinalização de Segurança.	Sinais de obrigatoriedade Sinais de proibição Sinais de aviso Sinalização de obstáculos e locais perigosos, e produtos químicos.	Todos os trabalhadores da obra.	Especialista da BRLI-Sirius	Quando tiver trabalhador novo ou trimestralmente
11	Segurança rodoviária	Procedimentos gerais de segurança rodoviária Limite de velocidade Condução defensiva Importância do estado mecânico das viaturas e máquinas para prevenção de acidentes Procedimentos de comunicação em caso de acidente.	Condutores de viaturas e máquinas.	Especialista da BRLI-Sirius	Quando tiver trabalhador novo. Trimestralmente
12	Plano de emergência.	Procedimentos de evacuação Simulacro Prevenção e extinção de incêndio Primeiros socorros.	Todos os trabalhadores.	Especialista da BRLI-Sirius	Quando tiver trabalhador novo. Trimestralmente

7.6. Condições de habitabilidade das acomodações dos trabalhadores

Os serviços de acomodação devem ser fornecidos aos trabalhadores que se enquadram no escopo de Padrão de Desempenho, o proponente adoptará e implantará políticas sobre qualidade e gestão das acomodações e sobre o fornecimento de serviços básicos. Os serviços de acomodação serão fornecidos de forma condizente com os princípios da não discriminação e da igualdade de oportunidades. Os acordos de acomodação de trabalhadores não devem restringir a liberdade de trânsito ou de associação dos trabalhadores.

NO10.2. As informações fornecidas aos trabalhadores no início do emprego são normalmente abrangidas por disposições relevantes da legislação nacional. Documentos e contratos incluem informações sobre a provisão de alojamento e acomodação e o pagamento requerido.

PLANO DE CONSULTA PÚBLICA

Resumo dos comentários e preocupações recebidos nas reuniões de consulta pública



A consulta pública foi realizada no dia 13 de maio de 2022 na sede da fazenda, Comuna Waco Kungo, Município da Cela, Província do Cuanza Sul, pelas 10h00 às 13h45 em que foram apresentação dos temas agendados foi precedida de um momento de perguntas e respostas e teve o numero de 36 participantes.

Comentários recebidos	Respostas a estes comentários	Âmbito de resolução
<p>Atrasos nos desembolsos dos valores previstos para os Planos de Negócios</p>	<p>O financiamento de um Plano de Negócio obedece às várias etapas, a primeira das quais é a recolha de informações sobre o local de implementação do subprojecto, seguida da elaboração conjunta de um estudo de viabilidade e do plano de negócio. Depois da aprovação do plano de negócio pelo CTI (Comité Técnico de Implementação) é realizada a consulta pública cujo relatório é anexado ao PGAS (Plano de Gestão Ambiental e Social). É importante referir que muitas das vezes os proponentes levam algum tempo para a entrega dos documentos exigidos como condição para aderir ao projecto. Depois de cumpridas estas etapas, o projecto estará em condições de ser aprovado, ou não, dependendo das decisões das estruturas financiadoras.</p>	<p>A ser resolvida no âmbito do PDAC</p>
<p>Preocupações com as queimadas anárquicas que se registam no município, na província e no país em geral e, na área de implementação do subprojecto em particular</p>	<p>As queimadas anárquicas constituem um problema nacional, isto é, não afecta apenas as áreas onde o subprojecto está a ser implementado. A legislação ambiental em vigor proíbe as queimadas anárquicas, tendo em conta os impactos negativos que estas práticas seculares provocam ao meio ambiente e não só. O problema é o cumprimento da lei. A melhor forma de se combater este mal é moldar a consciência dos cidadãos para não queimar, mediante campanhas de sensibilização junto das comunidades vizinhas, autoridades tradicionais, escolas, sociedade civil e outras partes interessadas. Esta actividade deverá ser permanente.</p>	
<p>Problemas em relação aos trabalhadores efectivos quando há óbito na aldeia vizinha</p>	<p>Para contornar a problemática dos óbitos, o proponente dispensa o funcionário durante dois dias caso seja um familiar directo e caso contrário a dispensa será de 1 dia</p>	<p>A ser atendidas pelas entidades governamentais locais</p>
<p>Assaltos constantes, concorrentes com roubos, que se registam nos campos dos produtores agrícolas, por partes de indivíduos desconhecidos, sobretudo para as culturas de grãos</p>	<p>. Para contornar a situação dos roubos o Plano de Negócio da fazenda João Quiteque prevê na rubrica Mão-de-obra, 2 seguranças que serão pagos com recursos do projecto.</p>	<p>A ser atendidas pelas entidades governamentais locais</p>
<p>Sugerem a necessidade de se encontrar um lugar para a destinação dos resíduos produzidos na fazenda, pelo facto de o local de depósito dos resíduos definidos</p>	<p>O TSP ficou com incumbência de contactar com o proponente a Administração</p>	<p>A ser atendidas pelas entidades governamentais locais</p>



pela Administração estar distante dos locais da fazenda.	Municipal do Cella para dar seguimento à proposta.	
--	--	--

Sugerem a necessidade de se encontrar um lugar para a destinação dos resíduos produzidos na fazenda, pelo facto de o local de depósito dos resíduos definidos pela Administração estar distante dos locais da fazenda.

Foram dados às preocupações apresentadas os seguintes encaminhamentos:

a.1. O financiamento de um Plano de Negócio obedece às várias etapas, a primeira das quais é a recolha de informações sobre o local de implementação do subprojecto, seguida da elaboração conjunta de um estudo de viabilidade e do plano de negócio. Depois da aprovação do plano de negócio pelo CTI (Comité Técnico de Implementação) é realizada a consulta pública cujo relatório é anexado ao PGAS (Plano de Gestão Ambiental e Social). É importante referir que muitas das vezes os proponentes levam algum tempo para a entrega dos documentos exigidos como condição para aderir ao projecto. Depois de cumpridas estas etapas, o projecto estará em condições de ser aprovado, ou não, dependendo das decisões das estruturas financiadoras.

b.1. As queimadas anárquicas constituem um problema nacional, isto é, não afecta apenas as áreas onde o subprojecto está a ser implementado. A legislação ambiental em vigor proíbe as queimadas anárquicas, tendo em conta os impactos negativos que estas práticas seculares provocam ao meio ambiente e não só. O problema é o cumprimento da lei. A melhor forma de se combater este mal é moldar a consciência dos cidadãos para não queimar, mediante campanhas de sensibilização junto das comunidades vizinhas, autoridades tradicionais, escolas, sociedade civil e outras partes interessadas. Esta actividade deverá ser permanente.

c.1. Para contornar os efeitos da baixa dos preços dos grãos nos mercados, foram propostas duas saídas. A primeira é o armazenamento dos produtos para serem vendidos na altura de maior procura e preços atractivos. A outra seria, propor junto das autoridades administrativas locais, a venda dos grãos à Reserva Nacional Estratégica.

d.1. Para contornar a situação dos roubos o Plano de Negócio da fazenda João Quiteque prevê na rubrica Mão-de-obra, 4 seguranças que serão pagos com recursos do projecto.

e.1. O TSP ficou com incumbência de contactar com o proponente a Administração Municipal do Cella para dar seguimento à proposta.

MECANISMO DE SUGESTÃO E GESTÃO DE RECLAMAÇÕES

Implementação do MSGR previsto pelo PDAC

Serão disponibilizados diferentes meios/ canais para recebimento das reclamações. Os canais de receção de sugestões/ reclamações específicas do PDAC, são:

- Caixas de reclamações e formulários correspondentes – Serão disponibilizadas nas administrações municipais e comunais onde os subprojectos do PDAC serão implementados. Este método de reclamação exige que o reclamante saiba escrever, mas também permite que se mantenha em anonimato, caso seja a sua vontade;



- Linhas telefónicas gratuitas – O PDAC irá disponibilizar números de telefone gratuitos, que serão divulgados amplamente nas áreas de implementação dos subprojectos do PDAC. Os utilizadores destas linhas verdes podem também manter-se em anonimato caso assim o desejem;
- Endereços de email e endereços postais – O PDAC irá fornecer os emails do projecto, dos Representantes Provinciais e dos especialistas ambientais e de riscos sociais e de género, bem como o endereço postal da UIP em Luanda. Os interessados poderão contactar o PDAC via email ou via correios para emitir as suas sugestões ou reclamações;
- O website do PDAC (www.pdac.com) - Neste momento já está disponível no website, uma ferramenta do mecanismo, com um campo de preenchimento de formulários de reclamações ou sugestões. As reclamações feitas através da janela do MSGR existente no website, são reencaminhadas para os emails dos especialistas de comunicação, ambiente e riscos sociais e género. Para aceder ao formulário de reclamações, o utilizador deverá usar o seguinte link: <https://pdac.ao>

O MSGR do PDAC terá de considerar ações, ajustes e canais específicos para lidar com reclamações relacionadas com Abuso e Exploração Sexual (AES) e Assédio Sexual (AS)., estes ajustes deverão ser estruturados em 6 etapas, conforme descrição abaixo:

- Etapa 1 – Identificação de canais de entrada confiáveis
- Etapa 2 – Avaliação dos recursos disponíveis
- Etapa 3 - Desenvolver procedimentos operacionais padronizados
- Etapa 4 – Demonstrar o compromisso da UIP
- Etapa 5 – Designar claramente tarefas relacionadas a reclamações e formar a equipe
- Etapa 6 – Comunicação sobre o MSGR

Nesta etapa se desenvolve canais de comunicação que facilitem a participação pública, tendo em conta aspectos culturais e limitações de acesso às tecnologias de informação. Estes canais deverão incluir, uma linha verde telefónica, caixas de recepção de reclamações (físicas), trabalhar nas comunidades para criar formas de manifestações culturais

Existe disponibilidade do MSGR para os trabalhadores do projecto e as partes afectadas com procedimentos específicos para atender os casos de EAS/AS. Considerar a realização e formação de pontos focais para o registo e gestão de reclamações na fazenda com auxílio e orientação da UIP do PDAC.

Acções de divulgação do MSGR

O material de divulgação será elaborado por uma empresa especializada em comunicação e esta terá o apoio e colaboração dos especialistas de salvaguardas Sociais e Ambientais, comunicação, com o envolvimento do departamento de Aquisições e a coordenação do subprojecto. A empresa escolhida será contratada por um período de 55 dias e terá as seguintes responsabilidades:

- Produzir materiais de comunicação e divulgação para consciencializar os beneficiários dos Planos de Negócio e os diferentes actores envolvidos na construção de infraestruturas e implementação de projectos agrícolas, quanto à aplicação de conceitos de sustentabilidade ambiental e desenvolvimento social.



- Produzir materiais de comunicação e divulgação para consciencializar as comunidades potencialmente afectadas pelos projectos, sobre conceitos de sustentabilidade ambiental e social.
- Produzir materiais para divulgar e promover a participação pública e a possibilidade/oportunidade de emitir opiniões ou reclamações relacionadas com as actividades do projecto.

Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações (MSGR)

O principal propósito deste mecanismo é registar e resolver qualquer reclamação ou queixa que possa surgir durante as fases de desenho, implementação e operação dos subprojectos inscritos no PDAC.

Os níveis previstos são o nível comunitário (locais de implantação dos projectos), nível provincial (Representantes Provinciais), nível central (UIP) e judiciário.

Serão disponibilizados diferentes meios/ canais para recebimento das reclamações, a saber:

- Caixas de reclamações e formulários correspondentes (ver anexo);
- Linhas telefónicas gratuitas
- Endereços de email e endereços postais;
- O website do PDAC (www.pdac.com) - Neste momento já está disponível no website, uma ferramenta do mecanismo, com um campo de preenchimento de formulários de reclamações ou sugestões.

As queixas e reclamações devem ser enviadas para os seguintes contactos:

E-mail:

- info@dpac.ao
- msggr@pdac.ao
- cuanzasul@pdac.ao
- ufcp@pdac.ao

contacto telefónico

+244 935 834 494

Plano de Acção contra Abuso e Exploração Sexual ou Assédio Sexual

As reclamações e sugestões levantadas por indivíduos ou grupos de indivíduos deverão ser geridas de forma transparente e aceitável para todos os segmentos das comunidades afetadas, O mecanismo de reclamações deve ser proporcional aos impactos e riscos apresentados por um projecto e benéfico tanto para um proponente / operador quanto para partes interessadas.

Este mecanismo dará um tratamento especial às questões relacionadas com a VBG, principalmente quando se tratam de alegações/denúncias sobre Abuso e Exploração Sexual (AES) e Assédio Sexual (AS), que precisam ser tratadas de forma diferente de outros tipos de queixas

8. CUSTOS ESTIMADOS

Tabela 32: Custos estimados do PGAS

Medidas	Custos (AOA)	Observações	Responsabilidade
<p>Minimizar a exposição de solo com risco de erosão: A limpeza do terreno e vegetação deve ser mínima para reduzir a exposição do solo. A vegetação existente deve ser conservada quando possível.</p> <p>Em zonas não cobertas será plantada vegetação adicional para estabilizar as superfícies do solo expostas (eucaliptos, pinheiros cedros, acácias, leguminosas)</p>	150 000,00 Kzs	A vegetação existente na área a limpar é maioritariamente herbácea, serão limpos 120 hectares	Proponente
<p>Manusear e aplicar pesticidas seguindo as recomendações para o manuseamento de materiais perigosos apresentado nas Directrizes gerais de SSMA</p> <p>Não usar pesticidas que se enquadram nas classes de perigo 1a (extremamente perigoso) 1b (altamente perigoso) da OMS</p> <p>Proporcionar treinamento adequado ao pessoal envolvido na pulverização de pesticidas; manter os armazéns de fertilizantes separados dos pesticidas e de maquinarias</p>	200 000,00 Kzs		Proponente
<p>Assegurar que todas as embalagens de pesticidas são recolhidas do campo após o seu uso, e que estão devidamente armazenadas até o descarte final</p> <p>Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos</p> <p>Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem</p>	300.000,00 Kzs		Proponente
<p>Aproveitar os resíduos sólidos gerados na zona rural e pode ser feito em compostagens, na forma de adubação orgânica, em biodigestores para produção e outras técnicas.</p>	50 000,00 Kzs		Proponente
<p>Implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional (PHSST)</p>	250 000,00 Kzs		Proponente
<p>Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem</p>	300.000,00 Kzs		Proponente
<p>Usar vestuário de protecção apropriado, tais como: camisa de mangas compridas, calças compridas, chapéu, luvas e botas</p> <p>Manter no local material para prestar primeiros socorros e pessoal treinado deve estar disponível</p>	150 000,00 Kzs		Proponente
<p>Gestão das produções de forma rigorosa, seguindo os padrões técnicos propostos, e com acompanhamento da equipa de consultores</p>			Proponente



MINAGRIF/PDAC



Criar áreas de repouso específicas para homens e mulheres na fazenda	200.000,00 Kzs		Proponente
Sensibilização dos trabalhadores da fazenda sobre os direitos humanos, utilizando panfletos Promover igualdade de oportunidades para ambos sexos Cumprimento da legislação nacional que estabelece uma idade mínima para o trabalho Cumprir com a convenção da OIT e da sobre os direitos da Criança Mesmos salários e benefícios para trabalho e posição semelhante	100 000,00 Kzs		Proponente
Correcta disseminação de informações sobre oportunidades de emprego e de negócios Priorizar os trabalhadores locais nas oportunidades de emprego existentes; - Interação contínua entre o projecto e moradores locais para garantir que as expectativas sejam correctamente geridos Indução da equipa na protecção da biodiversidade. Programa de conscientização da comunidade sobre a conservação da fauna e flora	100.000,00 Kzs		Proponente
Todos trabalhadores afectos ao PN deverão ter contratos de trabalho, salário mínimo assegurado segundo a Lei Geral do Trabalho.	100.000,00 Kzs		Proponente
Adopção de medidas de biossegurança, uso de máscaras no local de trabalho, lavagem das mãos com água e sabão, uso de álcool em gel	100 000,00 Kzs	O limitado conhecimento das condições de propagação da Covid 19 pode aumentar o nível de contaminação na área do subprojecto e na comunidade	Proponente
TOTAL		2.000.000,00 Kzs	



9. ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO DO SUBPROJECTO

Nas tabelas seguintes são apresentados os impactos ambientais e sociais do subprojecto, as medidas de mitigação, o responsável pela aplicação dessas medidas, os indicadores de verificação e a frequência de verificação dessas medidas.

9.1. Propósito

As ações de implementação das medidas de mitigação serão coordenadas pelo Proponente cujas capacidades ser-lhe-ão administradas pelo Especialista Ambiental e Social da BRLI/Sirius. A equipa do TSP também terá a responsabilidade de realizar o acompanhamento do progresso da implementação das medidas de mitigação e salvaguardas ambientais e sociais durante a implementação do Plano de Negócio. Outros objectivos incluem:

- Determinar se o projecto está sendo realizado em conformidade com as salvaguardas ambientais e sociais e acordos legais;
- Identificar problemas que possam surgir durante a implementação e recomendar formas para resolvê-los;
- Recomendar alterações na concepção/design, conforme o caso, na medida em que o subprojecto evolui ou as circunstâncias mudam;
- Identificar os principais riscos para sustentabilidade do subprojecto e recomendar estratégias de gestão de riscos adequados ao Proponente.

9.2. Meios de verificação e indicadores de execução

Constituem os meios mensuráveis de medição. A sua tradução pode ser expressa em número, percentagem ou localização tangível de um determinado impacto. No presente PGAS foram definidos alguns indicadores, nomeadamente:

- Extensão da área limpa;
- % de área agrícola em pousio durante época 1/época 2;
- % da área agrícola explorado a seguir tecnologia de sementeira directa;
- % da área agrícola com produção de adubos verdes;
- Existência de Plano de resíduos sólidos;
- Locais de descarte de embalagens de agroquímicos;
- Existência de protocolo de aplicação de pesticidas e químicos;
- Indicadores de erosão
 - Monitoria da presença/existência de sinais visíveis de erosão dos solos
 - Percentagem de solos com sementeiras deficientes por causa de erosão



- Existência de obras/sistema anti erosiva funcional e avaliação da sua eficiência
- Práticas conservacionistas (parcelamento em curvas de níveis, trabalho do solo e sementeiras a seguir curvas de níveis, cercamento das parcelas com vegetação perene, uso da sementeira direita, etc.
- Indicadores de baixa/melhoramento da fertilidade
 - Doses de cal aplicadas, frequência das aplicações e pH do solo
 - Existência e implementação dum plano de gestão da fertilidade dos solos da fazenda
 - Quantidades de adubo usado por cultura e avaliação das doses de fertilizantes aplicados por campanha/cultura
 - Sinais de baixa ou aumento da fertilidade dos solos (plantas indicadoras de fraca fertilidade, sinais de carências nas plantas, baixas de rendimentos etc.)
- Existência de equipamento de protecção individual;
- Existência de contrato de trabalho para os trabalhadores efectivos;
- Existência de plano de HSST aprovado pelo serviço regulador de segurança social;
- Disponibilidade de água potável para os trabalhadores;
- Relatórios de sessões de campanha contra Covid 19, HIV/SIDA, VBG, e outros assuntos;

9.3. Acompanhamento

- Relatórios de monitoria trimestrais e anuais partilhados pelo TSP BRLi - Sirius com a UIP ilustrando claramente o estágio de progresso, lições aprendidas e questões emergentes decorrentes da aplicação do plano de mitigação dos impactos adversos;
- Fotografias e mapas ilustrativos do progresso da aplicação das medidas de mitigação dos impactos negativos ambientais e sociais;
- Visitas de campo unilaterais e conjuntas realizadas pelo TSP BRLi - Sirius e UIP

Tabela 33: Plano de Monitoria de impactos da fazenda João Quiteque

PLANO DE MONITORAMENTO DO PGAS DA FAZENDA JOÃO QUITEQUE				
IMPACTOS	MITIGAÇÕES	RESPONSÁVEL	INDICADORES	FREQUÊNCIA DE VERIFICAÇÃO
Limpeza de terreno e Erosão dos solos	Minimizar a exposição de solo com risco de erosão: A limpeza do terreno e vegetação deve ser mínima para reduzir a exposição do solo. A vegetação existente deve ser conservada quando possível. Em zonas não cobertas será plantada vegetação adicional para estabilizar as superfícies do solo expostas (eucaliptos, pinheiros cedros, acácias, leguminosas). Minimizar as perturbações à flora e fauna: as zonas de vegetação sensível deverão ser vedadas; limpeza e organização do local, mantendo a área sempre limpa	Proponente na implementação; BRLi-Sirius no acompanhamento e formação	Monitoria da presença/existência de sinais visíveis de erosão dos solos - Percentagem de solos com sementeiras deficientes por causa de erosão - Existência de obras/sistema anti erosiva funcional e avaliação da sua eficiência Práticas conservacionistas (parcelamento em curvas de níveis, trabalho do solo e sementeiras a seguir curvas de níveis, cercamento das parcelas com vegetação perene, uso da sementeira direita	1 vez por ano
Fertilidade dos solos	Gerir/aumentar a fertilidade dos solos através de técnicas agro-biologias (adubos vedes, restituições dos resíduos, uso de composto, técnica de sementeira directa) como com o uso eficiente dos adubos químicos,	Proponente na implementação; BRLi-Sirius no acompanhamento e formação	Doses de cal aplicadas, frequência das aplicações e Ph do solo - Existência e implementação dum plano de gestão da fertilidade dos solos da fazenda- Quantidades de adubo usado por cultura e avaliação das dosas de fertilizantes aplicados por campanha/cultura - Sinais de baixa au aumento da fertilidade dos solos (plantas indicadoras de fraca fertilidade, sinais de carências nas plantas, baixas de rendimentos etc.)	1 vez por campanha
Contaminação por agroquímicos	Manusear e aplicar pesticidas seguindo as recomendações para o manuseamento de materiais perigosos apresentado nas Directrizes gerais de SSMA; Não usar pesticidas que se enquadram nas classes de perigo 1a (extremamente perigoso) 1b (altamente perigoso) da OMS Proporcionar treinamento adequado ao pessoal envolvido na pulverização de pesticidas manter os armazéns de pesticidas separados dos fertilizantes e de produtos agrícolas	Proponente na implementação; BRLi-Sirius no acompanhamento e formação	Locais de armazenamento de agrotóxicos separados de outros produtos e fechado a chave Nº de trabalhadores equipados com material de protecção Disponível no local plano de gestão de resíduos – conhecimentos das regras de urgência em caso de envenenamento	Por campanha agrícola depois duma boa programação

<p>Geração de resíduos perigosos (embalagens de agroquímicos e outros químicos de manutenção de maquinaria)</p>	<p>Assegurar que todas as embalagens de pesticidas são recolhidas do campo após o seu uso, e que estão devidamente armazenadas até o descarte final.</p> <p>Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos.</p> <p>Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem.</p>	<p>Proponente na implementação; BRLi-Sirius no acompanhamento e formação; PDAC na monitoria & avaliação</p>	<p>Locais de armazenamento e descarte final de embalagens e óleos e lubrificantes da maquinaria – Ausência de lixo espalhado para todos lados na fazenda</p> <p>Os trabalhadores devem aplicar as regras de Manuseio de químicos</p>	<p>Semestral</p>
<p>Contaminação por hidrocarbonetos (vazamento de óleos e combustíveis)</p>	<p>Assegurar que todas as embalagens de pesticidas são recolhidas do campo após o seu uso, e que estão devidamente armazenadas até o descarte final.</p> <p>Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos. - Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem.</p>	<p>Proponente na implementação; BRLi-Sirius no acompanhamento e formação; PDAC na monitoria & avaliação</p>	<p>Locais de armazenamento e descarte final de embalagens e óleos e lubrificantes da maquinaria</p>	<p>Semestral</p>
<p>Geração de resíduos orgânicos</p>	<p>Aproveitar os resíduos sólidos gerados na zona rural e pode ser feito em compostagens, na forma de adubação orgânica, em biodigestores para produção e outras técnicas.</p>	<p>Proponente</p>	<p>Locais para a compostagem; áreas com vegetação incorporada no solo – Uso de composto biológico nas culturas</p>	<p>1 vez por época agrícola</p>
<p>Existe o risco de impactar a saúde dos operários e comunidades locais durante a operação do projecto</p>	<p>Implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional (PHSST)</p> <p>Garantir o abastecimento de água adequado para responder aos consumos efectivos dos trabalhadores</p>	<p>Proponente</p>	<p>Disponibilidade de Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional aprovado pela Autoridade Publica de Segurança Social</p> <p>Implementação dum acompanhamento sanitário e medical dos trabalhadores</p> <p>Definição de regras de segurança</p> <p>Existência duma mala de 1º seguros -</p>	<p>1 vez por semestre</p>
<p>Risco de desemprego no seio dos trabalhadores eventuais</p>	<p>Sensibilizar os trabalhadores e as comunidades a melhorar os sistemas tradicionais de agricultura com agricultura melhor adaptada ao clima e solo e mais produtiva, com sistemas de irrigação eficiente</p>	<p>Proponentes com o apoio do TSP BRLi-SIRIUS</p>	<p>Número de trabalhadores que cultivam campos nas baixas e que adoptam melhoramentos tecnológicos</p>	<p>Anual</p>

<p>Riscos de assédio sexual ou outras formas de violência baseada no género dentro da fazenda</p>	<p>Construção de pequenos espaços separados (homens e mulheres) com material local e com mínima comodidade, para albergar os trabalhadores durante os períodos de descanso;</p> <p>Implementação dum Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações (MSGR)</p>	<p>Proponente com apoio do TSP</p>	<p>Existência de dois espaços na fazenda: 1 para senhoras e outro para senhores, bem sinalizados</p> <p>Existência de latrinas separadas para os sexos</p>	<p>Anual</p>
<p>Potencial violação dos direitos do trabalhador</p>	<p>Acompanhar o proponente na gestão dos trabalhadores e no cumprimento das suas obrigações que constam na lei geral do trabalho</p> <p>Aumentar as competências internas, mediante formações dos trabalhadores</p>	<p>Proponente com o apoio do TSP BRLI-SIRIUS</p>	<p>Declaração de todos os trabalhadores permanentes- Existência duma pasta para cada trabalhador</p> <p>Pagamento dos custos INSS para todos os trabalhadores</p> <p>Número de trabalhadores que capacitados e que demonstrem as suas habilidades</p>	<p>Semestral</p>
<p>Violência e desigualdades de género e trabalho infantil</p>	<p>Sensibilização dos trabalhadores da fazenda sobre os direitos humanos, utilizando panfletos</p> <p>Promover igualdade de oportunidades para ambos sexos</p> <p>Cumprir a legislação nacional que estabelece uma idade mínima para o trabalho</p> <p>Cumprir com a convenção da OIT e da sobre os direitos da Criança</p> <p>Mesmos salários e benefícios para trabalho e posição semelhante</p>	<p>Proponente, Administração Local com o apoio da BRLI-SIRIUS</p>	<p>Pequenas brochuras e panfletos sobre direitos humanos e igualdade do género; 2 sessões de sensibilização por ano</p>	<p>Semestral</p>
<p>Condições sanitárias das populações</p>	<p>Fornecer informação, educação e comunicação sobre uso seguro de água e comportamentos de higiene</p> <p>Implementar medidas de luta contra vectores de transmissão de doenças.</p>	<p>Proponente</p>	<p>Números de pontos de água potável existente;</p> <p>Números de casas de banho existente</p>	<p>Semestral</p>



Condições de habitabilidade e acomodação	Fornecer acomodações aos trabalhadores separados por género e para as crianças passarem o dia enquanto as mães estão a trabalhar	Proponente	Número de acomodações existentes	semestralmente
---	--	------------	----------------------------------	----------------

Com as recomendações e visitas que serão feitas pelos técnicos ambientais a fazenda de forma a ajudar a cumprir com as recomendações sugeridas (de forma a evitar não conformidades), o projecto prevê-se acções de formação e informações relevantes (como desenvolver panfletos, posters ou outros materiais para garantir que os trabalhadores agrícolas não qualificados entendam claramente e possam devem adoptar nas suas actividades diárias) para a melhoria da qualidade de vida e para a preservação do ambiente no local e na envolvente



10. Outros Aspectos

10.1. Padronização das actividades previstas no processo produtivo

A padronização das actividades do processo produtivo também faz parte do plano de higiene e segurança do trabalho. O fazendeiro deverá criar esquemas que mostrem quem é o responsável por uma determinada tarefa, bem como os passos para que ela seja cumprida de tal forma que, caso algo venha a falhar, será possível fazer a pronta identificação e tomar as medidas necessárias para que isso não volte a acontecer.

10.2. Reporting e cronograma de implementação e elaboração de relatórios

Tabela 34: Cronograma de Implementação e Elaboração de Relatório



Tabela de Calendário de Implementação e Relatórios

	ano 1												
	época 1			época 2			cacimbo						
	Ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago
Medidas de mitigação													
Existência dum plano de parcelamento geral da fazenda (parcelas agrícolas, limites de parcelas, superfícies de cada parcelas, áreas preservadas, área das infraestruturas etc.) com eventuais medidas anti erosivas, medidas de drenagem e outras													
Elaboração do plano de parcelamento da fazenda													
Decisão sobre as medidas anti erosivas a implementar													
realização das medidas e obras de parcelamento e anti erosivas													
Viveiro de plantas para cercamento das parcelas													
Implementação de Programa de Gestão de uso de agroquímicos (Fertilizantes e agroquímicos)													
Planeamento da produção (rotação, sementeira por cultura, agenda de trabalho, dose e tempo de aplicação de fertilizantes, uso de agro químicos com produtos, doses e datas de aplicação)													
compra dos agroquímicos													
preparação dos equipamentos de tratamento (manutenção, ajustamento)													
Distribuição dos equipamentos de segurança e formação dos trabalhadores no uso dos pesticidas e medidas de segurança													
Elaboração dum manual técnico sobre o uso de agroquímicos, regras de segurança, etc.													
Formação treinamento dos trabalhadores da fazenda designados para tomar conta dos tratamentos													
implementação do programa de uso de agroquímicos (fertilizantes e pesticidas) conforme planeado													
Preparação e implementação de um Programa de HSST													
elaboração do programa HSST													
Compra dos produtos e equipamentos incluídos no Programa HSST													
Realização das obras de infraestruturas incluídas no programa HSST													
Elaboração dum regulamento interno sobre normas e procedimentos HSST													
Formação treinamento dos trabalhadores da fazenda sobre regulamento interno e procedimentos HSST													
Implementação das medidas do programa HSST													
Promover campanhas de sensibilização do HIV/SIDA na fazenda e nas comunidades circunvizinhas													
Elaboração dum programa de sensibilização													
Formação do proponente pela experta social do PDAC sobre HIV/SIDA													
Realização duma sensibilização para os trabalhadores da fazenda													
Adoção de medidas de biossegurança, uso de máscaras no local de trabalho, lavagem das mãos com água e sabão, uso de álcool e gel e distanciamento social													
Elaboração dum programa de sensibilização													
Formação do proponente pela experta social do PDAC sobre HIV/SIDA													
Compra dos equipamentos mínima de proteção													
elaboração dum regulamento mínimo sobre medidas de biossegurança													
sensibilização dos trabalhadores permanentes e eventuais													
Monitorização (Prevista monitoria regular no primeiro ano, pois é qo arranque da implementação do PGAS) Será feita uma visita bi mensal nos 6 primeiro meses para ser depois trimestral													
Existência dum plano de parcelamento geral da fazenda (parcelas agrícolas, limites de parcelas, superfícies de cada parcelas, áreas preservadas, área das infraestruturas etc.) com eventuais medidas anti erosivas, medidas de drenagem e outras			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extensão da área limpa e extensão com calagem			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Superfície e % de área sem culturas, nem coberta viva ou morta durante as épocas de cultivo			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Existência de Plano de resíduos sólidos (incluindo locais de descarte de embalagens de agroquímicos) e implementação			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Existência de protocolo de aplicação de pesticidas e químicos e aplicação conforme			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Existência de equipamento de proteção e uso conforme			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Existência de contrato de trabalho para os trabalhadores efetivos; trabalhadores declarados			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Existência de plano de HSST aprovado pelo serviço regulador de segurança social e aplicação conforme			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Disponibilidade de água potável			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Disponibilidades de sanitas			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Relatórios de sessões de sensibilização contra HIV/SIDA			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Relatório de sessões de sensibilização contra Covid 19 e respeito das medidas governamental dentro da fazenda			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As visitas de monitoria serão multidisciplinares tomando em conta a totalidade das medidas de mitigação do PGAS													
Fortalecimento institucional													
Consulta Pública: A consulta publica é realizada antes do lançamento do Plano de Negocio e não entra nessa tabela													
Implementação do PGAS													
Monitorização e avaliação do PGAS			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Treinamento e assistência técnica													
Treinamento do proponente sobre o PGAS e as diferentes medidas de mitigação													
assistência técnica no plano de parcelamento da fazenda e medidas anti erosivas													
assistência técnica na planeamento pormenorizada das produções e necessidades de insumos													
formação sobre uso de químicos para o proponente e pessoal													
Outras Capacitação do Proponente													
Relatórios: Previsão de 2 relatórios anuais, o primeiro para avaliar a primeira campanha e medidas de mitigação implementadas (previsão de entregue em março) e a segunda para a segunda campanha e cacimbo e medidas de mitigação (previsão de entregue em setembro)													
Relatórios de Progresso								X					



Actividade	Ano 2				Ano 3				Ano 4			
	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3
Medidas de mitigação												
Durante os anos 2, 3 e 4 a implementação das medidas de mitigação vai consistir na manutenção melhoramento do que foi realizado no primeira ano de arranque do projecto												
Existência dum plano de parcelamento geral da fazenda e implementação de medidas anti erosivas de drenagem e outras												
Extensão da área limpa e extensão com calagem												
Superfície e % de área sem culturas, nem coberta viva ou morta durante as épocas de cultivo	época 1	época 2		época 1	época 2		época 1	época 2		época 1	época 2	
Existência de Plano de resíduos sólidos (incluindo locais de descarte de embalagens de agroquímicos) e implementação												
Existência de protocolo de aplicação de pesticidas e químicos e aplicação conforme	época 1	época 2		época 1	época 2		época 1	época 2		época 1	época 2	
Existência de equipamento de proteção e uso conforme	época 1	época 2		época 1	época 2		época 1	época 2		época 1	época 2	
Existência de contrato de trabalho para os trabalhadores efetivos; trabalhadores declarados												
Existência de plano de HSST aprovado pelo serviço regulador de segurança social e aplicação conforme												
Disponibilidade de água potável												
Disponibilidades de sanitas												
Relatórios de sessões de sensibilização contra HIV/SIDA												
Relatório de sessões de sensibilização contra Covid 19 e respeito das medidas governamental dentro da fazenda									?	?	?	?
Monitorização (A partir do segundo ano a monitorização será semestral, a primeira em setembro para avaliar o planeamento realizado e campanha agrícola época 2 e cacimbo e a segunda em fevereiro para avaliar a campanha agrícola 1)												
plano de parcelamento geral da fazenda respectidos e eventuais medidas anti erosivas, medidas de drenagem e outras mantidas e melhoradas	X		X	X		X	X	X		X	X	
Extensão da área limpa e extensão com calagem	X		X	X		X	X	X		X	X	
Superfície e % de área sem culturas, nem coberta viva ou morta durante as épocas de cultivo	X		X	X		X	X	X		X	X	
Plano de resíduos sólidos (incluindo locais de descarte de embalagens de agroquímicos) implementado conforme	X		X	X		X	X	X		X	X	
Protocolo de aplicação de pesticidas e químicos aplicado conforme	X		X	X		X	X	X		X	X	
Existência de equipamento de proteção e uso conforme	X		X	X		X	X	X		X	X	
Existência de contrato de trabalho para todos os trabalhadores efetivos; trabalhadores declarados	X		X	X		X	X	X		X	X	
plano de HSST aplicado conforme	X		X	X		X	X	X		X	X	
Disponibilidade de água potável	X		X	X		X	X	X		X	X	
Disponibilidades de sanitas	X		X	X		X	X	X		X	X	
Relatórios de sessões de sensibilização contra HIV/SIDA	X		X	X		X	X	X		X	X	
Adopção de medidas de biossegurança contra Covid 19	X		X	X		X	X	X		X	X	
As visitas de monitoria serão multidisciplinar tomando em conta a totalidade das medidas de mitigação do PGAS												
Fortalecimento institucional												
Consulta Pública realizada antes do início do Plano de Negocio												
Implementação do PGAS												
Monitorização e avaliação do PGAS	X		X	X		X	X	X		X	X	
Treinamento												
Capacitação do Proponente												
O proponente receberá minimamente uma capacitação anual com muitos assuntos relacionados com o PGAS												
Relatórios (Previsão de 2 relatórios anual para o seguimento do PGAS)												
Relatórios de Progresso	X		X	X		X	X	X		X	X	



11. ANEXOS

11.1. Anexo I: Relatório da Consulta Pública

REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA DA CONJUNTA COM FAZENDA JOÃO QUITEQUE E COAPIPA

Data: 10 de maio de 2022

Local: Sede da Cooperativa, Comuna Waco Kungo, Município da Cela, Província do Cuanza Sul

Hora: 11H00 –14H00

Neste dia, hora e local, teve lugar a reunião de consulta pública sobre o Plano de Negócio da Fazenda João Quiteque. Os objectivos pretendidos com este encontro foram os seguintes:

Objectivo Geral:

Divulgação do Plano de Negócio da fazenda acima citada a ser implementado no município da Cela, onde o PDAC está a ser implementado, na província do Kwanza Sul.

Objectivos específicos:

- Apresentação pública do Plano de Negócio da fazenda João Quiteque;
- Permitir que as partes interessadas (promotor e público em geral) expressem as suas opiniões e preocupações relativamente aos riscos ambientais e sociais e que estas sejam tidas em conta nos processos de tomada de decisão;
- Assegurar um tratamento especial aos grupos vulneráveis, como jovens, mulheres e meninas, que são potenciais vítimas de todo o tipo de discriminação e violência baseada no género.

Participantes

Presentes no encontro estiveram 36 individualidades entre os quais os proponentes e dirigentes da cooperativa, beneficiários directos (trabalhadores da fazenda), beneficiários indirectos (autoridades tradicionais das aldeias vizinhas, líderes de opinião); representante da Administração Local (Ver lista de presenças em anexo).

Agenda de trabalho:

- Apresentação do subprojecto (Resumo do Plano de Negócio);
- Principais impactos ambientais e sociais resultantes das actividades do subprojecto;
- Apresentação do MSGR;
- Momento para apresentação das preocupações das partes interessadas, seguido de respostas às questões apresentadas.



Intervenientes

- Daniel Sassupe, Especialista Ambiental e Social do TSP BRLi/SIRIUS;
- Proponentes;
- Pessoas interessadas

Resumo da apresentação

- Apresentação do subprojecto fazenda João Quiteque
- O especialista ambiental e social do TSP BRLi-Sirius fez um resumo do Plano de Negócio do subprojecto em referência, tendo incidido nos seguintes aspectos:
- Custo estimado do projecto
- Recursos próprios
- Financiamento PDAC (Matching grant
- Empréstimo Bancário
- Objectivos do subprojecto
- Breve descrição do projecto proposto
- Beneficiários do subprojecto:
- Principais impactos ambientais e sociais resultantes das actividades do subprojecto
- Os principais riscos ambientais e sociais associados ao projecto
- Apresentação do MSGR

Momento para apresentação perguntas e respostas:

- Atrasos nos desembolsos dos valores previstos para os Planos de Negócios;
- Preocupações com as queimadas anárquicas que se registam no município, na província e no país em geral e, na área de implementação do subprojecto em particular;
- A baixa dos preços do milho, feijão e soja que se registam neste momento nos mercados formal e informal, que pode comprometer o reembolso caso Plano de Negócio seja aprovado;
- Assaltos constantes, concorrentes com roubos, que se registam nos campos dos produtores agrícolas, por partes de indivíduos desconhecidos, sobretudo para as culturas de grãos;



- Sugerem a necessidade de se encontrar um lugar para a destinação dos resíduos produzidos na fazenda, pelo facto de o local de depósito dos resíduos definidos pela Administração estar distante dos locais da fazenda.

11.1.1. Fotografias



Figura 10: O Especialista Ambiental e Social com a Direcção da Fazenda João Quiteque depois do encontro



Figura 11 Soba da Aldeia e uma das participantes ao encontro

11.2. Anexo II: Croquis de Localização do Subprojecto

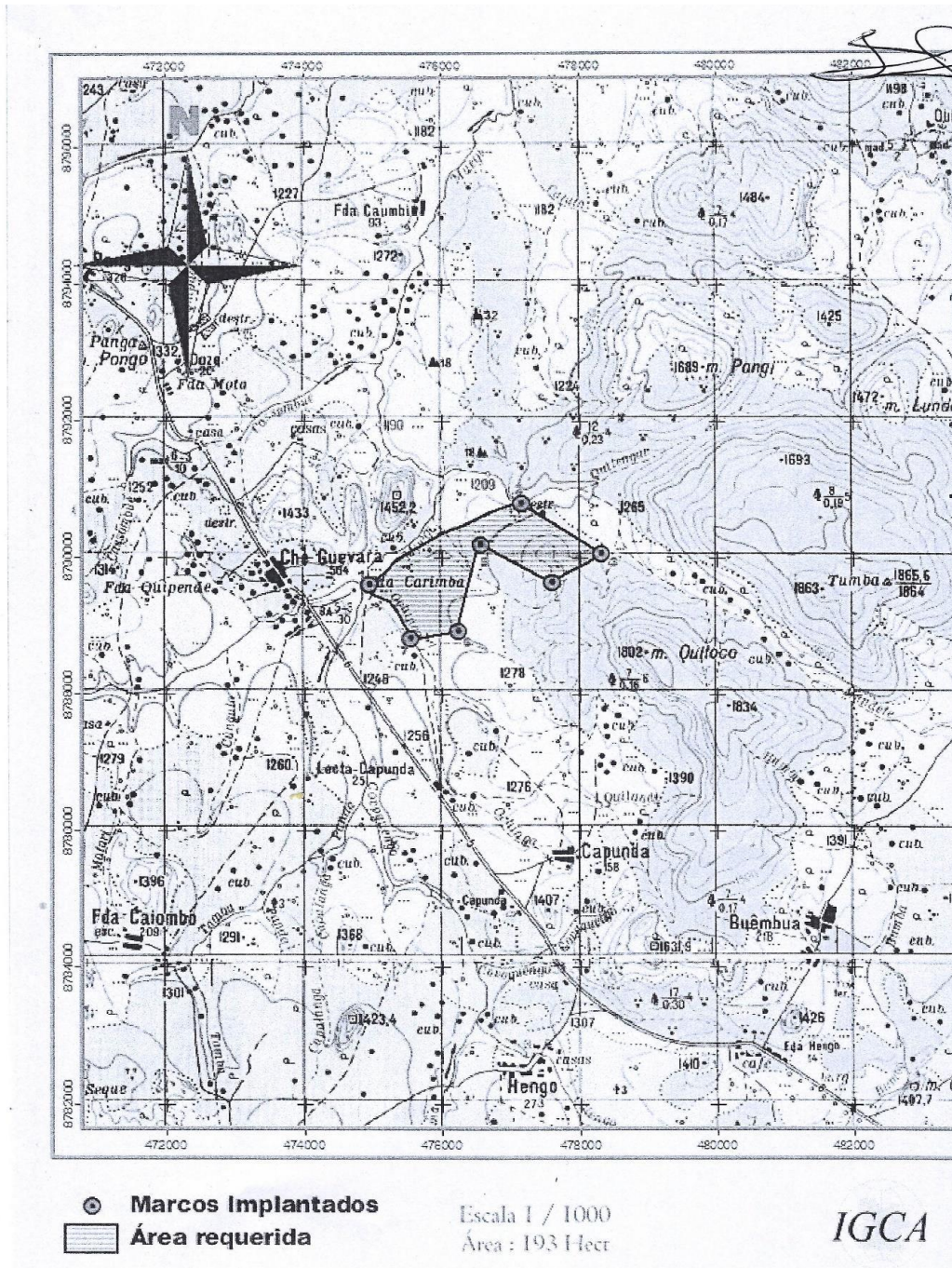



Figura 11: Croquis de Localização

11.3. Anexo III. Título de Concessão de Terra da Fazenda João Quiteque

<p style="text-align: center;"> REPÚBLICA DE ANGOLA GOVERNO DA PROVÍNCIA DO CUANZA SUL</p> <p style="text-align: center;">CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE</p> <p>Aos cinco dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte, na Cidade do Sumbe, no Edifício do Governo da Província, sito na rua da Marginal, Compareceram:</p> <p>Primeiro: JOB PEDRO CASTELO CAPAPINHA, Governador da Província do Cuanza Sul, nomeado por Despacho Presidencial, na qualidade de autoridade concedente, ao abrigo do disposto no Artigo 43º nº 2 da Lei nº 9/04, de 9 de Novembro Lei de Terras e 42º nº 1 do Regulamento Geral de Concessão de Terrenos, adiante designado Primeiro Outorgante; e</p> <p>Segundo: JOÃO QUITEQUE, solteiro, de 56 anos de idade, de nacionalidade angolana, filho de Quiteque Quitangassi e de Albertina Quiteque, natural do Ebo, Município do Ebo, Província do Cuanza Sul, portador do Bilhete de Identidade N° 003512177KS038, passado pelo arquivo de Identificação de Luanda, aos 12 de Dezembro de 2018, residente na rua Aldeia nova, casa nº 47, Bairro Aldeamento Quatro, Cela, adiante designado por superficiário ou Segundo Outorgante;</p> <p>E, pelo Primeiro Outorgante foi dito: É competente para a concessão de uma parcela de terreno Rural, com uma área total de 191 (cento e noventa e um), hectares identificado na planta topográfica, com as coordenadas referenciadas nos marcos da demarcação provisória, que constitui anexo I ao presente contrato.</p>



Por ambas as partes foi dito:

Que em observância ao Despacho de 05.08.2020 é celebrado o presente Contrato de Direito de Superfície, nos termos do artigo 49º nº 1 da Lei nº 9/04 de 9 de Novembro, nas condições seguintes:

**CLÁUSULA 1.
OBJECTO**

O presente Contrato tem por objecto estabelecer os termos e condições segundo os quais o Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante o direito de superfície sobre a parcela de terreno rural, identificado na planta, que será destinado a fins Agrícola, sito no lugar denominado Calemba Balaia, Comuna do Condé, Município do Ebo, Província do Cuanza Sul.

**CLÁUSULA 2.
CONCESSÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE**

1. O Primeiro Outorgante concede ao Segundo Outorgante a título provisório, nos termos do artigo 78º do Regulamento Geral de Concessão de Terrenos, e este aceita livremente, nas condições estipuladas no presente contrato, o direito de superfície sobre a parcela de terreno identificado na planta, anexa ao presente contrato;
2. A concessão converter-se-á em definitiva, verificados os índices de aproveitamento do terreno, de acordo com o plano de exploração apresentado;
3. O prazo de transição da concessão provisória a definitiva, não pode ser superior a cinco anos;
4. Compete ao Primeiro Outorgante o anúncio do facto extintivo da concessão provisória por violação dos requisitos constantes do número 3;
5. No silêncio do Primeiro Outorgante e decorridos cinco anos desde a concessão provisória e realizada a demarcação definitiva a concessão considera-se definitiva.

Figura 12: Título de Concessão de Terra

11.4. Anexo IV: Registo fotográfico da Fazenda antes do financiamento



Figura 13: Pormenor do pavilhão da fazenda JOÃO QUITEQUE

11.5. Anexo V: Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Gestão de Reclamações – PDAC

Tabela 35: Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Reclamações do PDAC

Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Reclamações - PDAC		
1	Identificação (a pessoa pode optar por manter-se no anonimato)	Nome: Idade: Desejo manter-me anónimo: SimNão:..... A minha identidade não poderá ser divulgada sem o meu consentimento: sim..... Não.....
2	Contactos	Contacte-me por: Telefone.....email.....
3	Descrição da reclamação	O que aconteceu..... Aonde aconteceu..... Quando aconteceu.....
Assinatura:.....Enviado por:..... Data:		



11.6. Anexo VI: Ficha de Registo de Não Conformidades da fazenda JOÃO QUITEQUE

Tabela 36: Relatório De Não Conformidades (RNC)

Nome do subprojecto: Fazenda JOÃO QUITEQUE		RELATÓRIO DE NÃO CONFORMIDADES (RNC)	
Nome do Colaborador:		RNC nº:	Data:
Origem da Não Conformidade			
Detalhes da Não Conformidade			
Descrição		Abrangência	
Acção de Correção (Acção Imediata)		Data Impl.	Responsável
Análise das Causa (Por que ocorreu a não conformidade?)			
1		Observação:	
2		Observação:	
Medidas Preventivas		Riscos/ Oportunidades	Data Limite
Medidas Correctivas		Riscos/ Oportunidades	Data Limite
Acompanhamento da Implementação		Responsável	Estado
Verificação da Eficácia			
Responsável pela Verificação:		Data:	<input type="checkbox"/> Eficaz
			<input type="checkbox"/> Não Eficaz <input type="checkbox"/> Nova RNC:
			Revisão:
			Data:



11.1. Anexo VIII: Código de Conduta do PDAC



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTA
GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA
PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL

CÓDIGO DE CONDUTA INDIVIDUAL

1. OBJETIVOS

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada para auxiliar, proteger e contribuir na promoção de condições de Desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres e/ou em situação de vulnerabilidade, através de Programas de combate à pobreza e estabilização económica.

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial intervém em zonas críticas que clamam por investimentos públicos, de modo a aumentar a oferta dos serviços sociais básicos e aliviar as carências a nível das comunidades.

O presente código de conduta tem como objectivo assegurar que todos os colaboradores envolvidos em Programas/Projectos implementados pelo PDAC assumam o compromisso de salvaguardar os valores, princípios éticos e normas de conduta adoptadas pela instituição, a serem preservados no seu relacionamento com as Administrações Municipais, empresas, prestadores de serviços, parceiros e a comunidade em geral, por via da observância de valores, princípios e práticas institucionais alicerçadas na: (i) aplicação das normas ambientais, sociais, de saúde e de segurança no trabalho (NASSS) do projecto e de saúde e segurança ocupacional (SSO); (ii) prevenção, reportagem e resposta a Violência Baseada no Género (VBG) e a Violência Contra Crianças (VCC) no local de trabalho, nas comunidades circundantes imediatas e nos municípios, bairros/aldeias alvo da intervenção do PDAC.

As diretrizes deste Código permitem avaliar e minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre valores e princípios éticos, mas não detalham, necessariamente, todas as situações que possam surgir no dia-a-dia.

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial considera que o seu incumprimento do código de conduta na sua generalidade e, em particular a participação em actos de Violência Baseada no Género (VBG) ou Violência Contra Crianças, seja no local de trabalho, na sua envolvente ou nas comunidades circundantes, constitui um acto de conduta imprópria sujeito à aplicação de sanções que podem culminar na cessação do termo de compromisso/contrato. A denúncia à Polícia daquele(a)s que cometam actos de VBG ou VCC será realizada caso se justifique.

DEFINIÇÕES

No âmbito da aplicação do presente código de conduta tem-se em consideração as seguintes definições:

PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial: É uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial criada para auxiliar proteger e contribuir na promoção de condições de



desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres ou em condições de vulnerabilidade, através Programas de combate à pobreza e estabilização económica.

Normas de Ambientais, Sociais, Saúde e Segurança (NASSS): É um termo que abrange questões relacionadas com o impacto do projecto no ambiente, nas comunidades e nos trabalhadores.

Saúde e Segurança Ocupacional (SSO): A saúde e a segurança ocupacional foca-se na protecção da segurança, da saúde e do bem-estar dos trabalhadores. A fruição destes padrões ao mais alto nível é um direito humano básico que deve ser acessível a todos os trabalhadores.

Violência Baseada no Género (VBG): É um termo que engloba qualquer acto prejudicial que seja perpetrado contra a vontade de uma pessoa e que se **baseie em diferenças socialmente atribuídas (ou seja, género) entre homens e mulheres**. Inclui ameaças ou actos que inflijam danos físicos, sexuais ou mentais ou sofrimento, coacção e outras privações de liberdade. Estes actos podem ocorrer em público ou em privado. O termo VBG é usado para sublinhar a desigualdade sistémica entre homens e mulheres (que existe em todas as sociedades do mundo) e actua como uma característica unificadora e fundamental da maioria das formas de violência perpetradas contra mulheres e raparigas. A Declaração das Nações Unidas de 1993 sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres define a violência contra as mulheres como "qualquer acto de violência baseada no género que resulte ou seja susceptível de resultar em danos físicos, sexuais ou psicológicos ou sofrimento às mulheres".

Os seis tipos principais de VBG são:

- **Violação:** Penetração não consensual (ainda que ligeira) da vagina, ânus ou boca com o órgão sexual masculino, com outra parte do corpo ou um objecto.
- **Agressão Sexual:** Qualquer forma de contacto sexual não consensual que não resulte ou inclua penetração. Exemplos incluem: tentativa de violação, bem como beijos indesejados, acariciamentos ou toques de genitais e nádegas.

Assédio Sexual: São avanços sexuais indesejáveis, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual. O assédio sexual nem sempre é explícito ou óbvio, pode incluir actos implícitos e subtis, mas envolve sempre uma dinâmica de poder e género em que uma pessoa no poder usa a sua posição para assediar outra com base no seu género. A conduta sexual não é bem-vinda sempre que a pessoa sujeita a ela considera indesejável (por exemplo, olhar alguém de cima a baixo; beijar; uivar ou fazer sons inapropriados; andar à volta de alguém; assobiar; em alguns casos, dar presentes pessoais).

Favores Sexuais: É uma forma de assédio sexual e inclui fazer promessas de tratamento favorável (por exemplo, promoção) ou ameaças de tratamento desfavorável (por exemplo, perda de emprego) dependentes de actos sexuais — ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou explorador.

- **Agressão Física:** Um acto de violência física que não é de natureza sexual. Exemplos incluem: bater, dar estalos, sufocar, cortar, empurrar, queimar, disparar ou usar qualquer arma, ataques com ácidos ou actos que resultem em dor, desconforto, ferimentos ou morte.
- **Casamento Forçado:** O casamento de uma pessoa contra a sua vontade.
- **Negação de Recursos, Oportunidades ou Serviços:** Negação do legítimo acesso a recursos económicos/activos ou oportunidades de subsistência, educação, saúde ou



outros serviços sociais (por exemplo, uma viúva impedida de receber uma herança, rendimentos retirados à força por um parceiro íntimo ou membro da família, uma mulher impedida de usar contraceptivos, uma rapariga impedida de frequentar a escola, etc.).

- **Abuso Psicológico/Emocional:** Acto de infligir dor ou lesão mental ou emocional. Exemplos incluem: ameaças de violência física ou sexual, intimidação, humilhação, isolamento forçado, perseguição, assédio, atenção indesejada, observações, gestos ou palavras escritas de natureza sexual e/ou ameaçadora, destruição de coisas acarinhadas, etc.

Violência Contra Crianças (VCC): É definido como danos físicos, sexuais, emocionais e/ou psicológicos, negligência ou tratamento negligente de crianças menores de 18 anos, incluindo a exposição a tais danos, que resultem em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. Isto inclui o uso de crianças para fins lucrativos, trabalho, gratificação sexual, ou alguma outra vantagem pessoal ou financeira. Isto também inclui outras actividades, como o uso de computadores, telemóveis, câmaras de vídeo e digitais ou qualquer outro meio para explorar ou assediar crianças ou aceder a pornografia infantil.

Aliciamento: São comportamentos que facilitam a procura de uma criança para actividade sexual. Por exemplo, um agressor pode construir uma relação de confiança com a criança, e depois procurar sexualizar essa relação (por exemplo, encorajando sentimentos românticos ou expondo a criança a conceitos sexuais através da pornografia). Este aliciamento pode ser feito presencialmente ou com recurso a dispositivos electrónicos.

Criança: Termo utilizado quando nos referimos a um «menor», isto é uma pessoa com menos de 18 anos de idade. Esta definição está em conformidade com o artigo 1º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Consentimento: É a escolha informada subjacente à intenção livre e voluntária de um indivíduo, aceitação ou acordo para fazer algo. Não é considerado consentimento quando tal aceitação ou acordo é obtido através do uso de ameaças, força ou outras formas de coacção, rapto, fraude, engano ou deturpação. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, o Banco Mundial considera que o consentimento não pode ser dado por crianças menores de 18 anos, mesmo que a legislação nacional do país em que o Código de Conduta é aplicado preveja uma idade inferior. A crença errada sobre a idade da criança e o consentimento da criança não é uma defesa.

3 Termo de compromisso

Eu _____ [*escrever o nome*], exercendo a função de _____ [*escrever a função*], na Província de _____, declaro que li o código de conduta da instituição e reconheço que é importante subscrever as normas ambientais, sociais, de saúde e segurança no trabalho (NASSS) e os requisitos de saúde e segurança ocupacional (SSO), bem como prevenir a Violência Baseada no Género (VBG) e a Violência Contra Crianças (VCC).

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial considera que o incumprimento do código de conduta, na sua generalidade, e, em particular a realização de actos de VBG ou VCC, seja no local de trabalho, na sua envolvente ou nas comunidades circundantes, constitui um acto de conduta imprópria, sujeito à aplicação de sanções que



podem culminar na cessação do termo de compromisso/contrato. A denúncia à Polícia daquele(a)s que cometam actos de VBG ou VCC será realizada caso se justifique.

Concordo que enquanto estiver a trabalhar em projectos implementados pelo FAS:

1. Participarei nos cursos de formação relacionados com NASSS, SSO, VIH/SIDA, VBG e VCC, proporcionados pela instituição;
2. Usarei o meu equipamento de protecção individual (EPI) e de identificação sempre que estiver a trabalhar ou estiver envolvido em actividades relacionadas com Projectos e Programas do PDAC;
3. Não usarei trajes inadequados para o ambiente de trabalho;
4. Não farei uso de álcool durante o período de trabalho, nem de estupefacientes ou outras substâncias que possam prejudicar as minhas faculdades;
5. Autorizarei a verificação dos meus antecedentes criminais;
6. Tratarei as mulheres, crianças (pessoas com menos de 18 anos) e homens com respeito, independentemente da raça, cor, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, deficiência, nascimento ou outro estatuto;
7. Não usarei linguagem inapropriada ou terei comportamentos inapropriados, (assédio, abuso sexual) que sejam humilhantes ou culturalmente inapropriados com mulheres, crianças ou homens;
8. Não praticarei actos de assédio sexual, como sejam avanços sexuais indesejáveis, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual, incluindo actos subtis de tal comportamento (por exemplo, olhar alguém de cima abaixo; beijar, uivar ou emitir sons desapropriado; andar à volta de alguém; assobiar; dar presentes pessoais; fazer comentários sobre a vida sexual de alguém; etc.);
9. Não me envolverei em favores sexuais, por exemplo, fazer promessas ou tratamento favorável dependente de actos sexuais ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou explorador;
10. Não encetarei contactos sexuais ou actividade com beneficiário(a)s do Projecto, seus dependentes, incluindo o aliciamento, ou contacto através de meios digitais. A crença errada sobre a idade de uma criança não será considerada como defesa. O consentimento da criança também não poderá ser usado como defesa ou desculpa.
11. A menos que haja o consentimento total de todas as partes envolvidas, não terei interacções sexuais com membros das comunidades em que trabalho ou nas comunidades circundantes. Isto inclui relações que envolvam a retenção ou a promessa de prestação efectiva de benefícios (monetários ou não monetários) aos membros da comunidade em troca de sexo. Tal actividade sexual é considerada "não consensual" no âmbito do presente Código;
12. Denunciarei às instâncias superiores do PDAC quaisquer actos de VBG ou VCC suspeitos ou reais cometidos por um colega de trabalho, seja ele funcionário de base, com cargos de chefia, quer seja ou não do PDAC, ou quaisquer violações deste Código de Conduta;
13. Manterei informado o PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial sobre as questões que afectam as comunidades.

Sempre que realizar visitas domiciliares e tiver necessidade de me dirigir ou dialogar com crianças menores de 18 anos:

14. Certificar-me-ei que outro adulto está presente, enquanto estiver a trabalhar na proximidade das crianças;



15. Não convidarei crianças desacompanhadas não relacionadas com a minha família para a minha casa, a não ser que estejam em risco imediato de ferimentos ou em perigo físico;
16. Não utilizarei computadores, telemóveis, câmaras de vídeo e digitais ou qualquer outro meio para explorar ou assediar crianças ou aceder a pornografia infantil (ver também "Uso de imagens infantis para fins de trabalho" abaixo);
17. Não aplicarei punição física ou disciplinar a crianças;
18. Abster-me-ei de contratar crianças com idade inferior a 14 anos ¹ (ou outra idade mais elevada que seja referida na legislação nacional) para realizar trabalho doméstico ou outro, ou qualquer trabalho que as coloque em risco significativo de lesão;
19. Cumprirei todas as disposições legais relevantes, incluindo as leis laborais em relação ao trabalho infantil, e as políticas de salvaguarda do Banco Mundial sobre o trabalho infantil e a idade mínima.
20. Terei os devidos cuidados ao fotografar ou filmar crianças para fins profissionais.

Utilização de Imagens Infantis para Fins Relacionados com o Trabalho

Ao fotografar ou filmar uma criança para fins relacionados com o trabalho, devo:

21. Antes de fotografar ou filmar uma criança, avaliar e esforçar-me por cumprir as tradições locais ou as restrições de reprodução de imagens pessoais;
22. Antes de fotografar ou filmar uma criança, obter o consentimento informado da criança e do seu progenitor ou tutor. Como parte disto, devo explicar como a fotografia ou filme será usado;
23. Garantir que fotografias, filmes, vídeos e DVDs apresentam as crianças de forma digna e respeitosa e não de forma vulnerável ou submissa. As crianças devem estar adequadamente vestidas e não estar em poses que possam ser consideradas como sexualmente sugestivas;
24. Certificar-me-ei que as imagens são representações honestas do contexto e dos factos;
25. Certificar-me-ei que as etiquetas de ficheiros digitais para envio por via electrónica não revelam informações sobre a identidade da criança.

Sanções

Entendo que se eu violar este Código de Conduta Individual, o meu empregador tomará medidas disciplinares que podem incluir:

1. Aviso informal.
2. Aviso formal.
3. Treino adicional.
4. Perda de até uma semana de subsídio.
5. Suspensão do emprego (sem pagamento de salário), por um período mínimo de 1 mês até um máximo de 6 meses.
6. Cessaçãõ do vínculo laboral/contratual.
7. Denúncia à polícia, se necessário. Abertura de processo-crime junto das entidades judiciais.

¹ Lei sobre a protecção e desenvolvimento integral da Criança (Lei nº 25/12)



Compreendo que é minha responsabilidade assegurar que as normas ambientais, sociais, e de saúde e segurança sejam cumpridas. Que vou aderir ao plano de gestão da saúde e ocupacional. Que evitarei acções ou comportamentos que possam ser interpretados como VBG ou VCC. Tais acções serão uma violação deste Código de Conduta Individual. Reconheço, por este meio, que li o código de conduta individual acima, aceito cumprir as disposições nele contidas e compreendo as minhas funções e responsabilidades para prevenir e responder às questões ASSS, SSO, VBG e VCC. Compreendo que qualquer acção incompatível com este Código de Conduta Individual ou a ausência de acção mandatada por este Código de Conduta Individual pode resultar em acções disciplinares e podem afectar o meu actual e futuros empregos.

Assinatura: _____

Nome (letra de imprensa): _____

Função: _____

Data: _____